

# RELATÓRIO & CONTAS 2017



**BANCO INTERNACIONAL  
DE S. TOMÉ E PRÍNCIPE**

DESDE SEMPRE · PARA SEMPRE

# ÍNDICE

|                                                              |     |
|--------------------------------------------------------------|-----|
| 1. PRINCIPAIS INDICADORES.....                               | 3   |
| 2. MENSAGEM DA COMISSÃO EXECUTIVA.....                       | 7   |
| 3. PRINCIPAIS REFERÊNCIAS.....                               | 11  |
| 3.1. Estrutura Acionista.....                                | 12  |
| 3.2. Órgãos Sociais.....                                     | 12  |
| 3.3. Marcos da Atividade.....                                | 13  |
| 4. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO E FINANCEIRO.....            | 15  |
| 4.1. Contexto Internacional .....                            | 16  |
| 4.2. Contexto Nacional.....                                  | 22  |
| 5. ESTRATÉGIA DE NEGÓCIO E PRESENÇA GEOGRÁFICA DO BISTP..... | 30  |
| 5.1. Estratégia do Modelo de Negócio.....                    | 31  |
| 5.2. Presença Geográfica e Canal de Distribuição.....        | 33  |
| 6. PRINCIPAIS ÁREAS DE NEGÓCIO DO BISTP EM 2017.....         | 34  |
| 6.1. Banca Corporativa: Empresas e Instituições.....         | 43  |
| 6.2. Princípios de Gestão de Riscos.....                     | 49  |
| 7. RECURSOS HUMANOS.....                                     | 51  |
| 7.1. Distribuição por Vínculo Jurídico.....                  | 52  |
| 7.2. Distribuição Funcional.....                             | 53  |
| 7.3. Distribuição segundo género.....                        | 54  |
| 7.4. Distribuição por escalão etário.....                    | 55  |
| 7.5. Distribuição por antiguidade.....                       | 55  |
| 7.6. Distribuição segundo o nível de escolaridade.....       | 56  |
| 8. RESPONSABILIDADE SOCIAL.....                              | 57  |
| 9. ANÁLISE FINANCEIRA.....                                   | 60  |
| 9.1. Componentes do Balanço.....                             | 61  |
| 9.2. Componentes da Demonstração de Resultados.....          | 63  |
| 10. PROPOSTA DE APLICAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS.....  | 64  |
| 11. RELATÓRIO DE AUDITORIA EXTERNA.....                      | 66  |
| 12. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....                           | 70  |
| 12.1. Balanço.....                                           | 71  |
| 12.2. Demonstração de Resultados.....                        | 72  |
| 12.3. Demonstração de Alteração na Situação Líquida.....     | 73  |
| 12.4. Demonstração dos Fluxos de Caixa.....                  | 74  |
| 13. NOTAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....                  | 75  |
| 14. RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL.....              | 106 |



1.

PRINCIPAIS INDICADORES

## PRINCIPAIS INDICADORES

| Milhares de Dobras            | 2017                 | 2016                 | 2015                 | Variação Homóloga |               |
|-------------------------------|----------------------|----------------------|----------------------|-------------------|---------------|
|                               |                      |                      |                      | 2017 Vs. 2016     | 2016 Vs. 2015 |
| <b>Volume de Negócio</b>      | <b>2.921.041.378</b> | <b>2.743.160.946</b> | <b>2.823.425.281</b> | <b>6,48%</b>      | <b>-2,84%</b> |
| Crédito a Clientes            | 875.618.811          | 793.388.958          | 790.406.851          | 10,36%            | 0,38%         |
| Recursos de Clientes          | 1.925.093.417        | 1.874.682.822        | 1.909.711.594        | 2,69%             | -1,83%        |
| Crédito Documentário          | 30.197.106           | 9.309.822            | 12.875.628           | 224,36%           | -27,69%       |
| Garantias Bancárias Prestadas | 90.132.044           | 65.779.344           | 110.431.207          | 37,02%            | -40,43%       |
| <b>Balanço</b>                |                      |                      |                      |                   |               |
| Activo Líquido                | 2.353.596.974        | 2.301.469.295        | 2.369.666.687        | 2,26%             | -2,88%        |
| Crédito Líquido               | 682.181.626          | 620.134.070          | 644.370.515          | 10,01%            | -3,76%        |
| Recursos de Clientes          | 1.925.093.417        | 1.874.682.822        | 1.909.711.594        | 2,69%             | -1,83%        |
| Situação Líquida              | 362.263.525          | 367.098.694          | 384.569.090          | -1,32%            | -4,54%        |
| <b>Resultados</b>             |                      |                      |                      |                   |               |
| Margem Financeira             | 104.770.762          | 99.296.107           | 98.485.252           | 5,51%             | 0,82%         |
| Margem Complementar           | 118.781.945          | 98.553.065           | 90.133.470           | 20,53%            | 9,34%         |
| Produto Bancário              | 223.552.708          | 197.849.171          | 188.618.722          | 12,99%            | 4,89%         |
| Resultado de Exploração       | 106.185.887          | 82.913.378           | 69.102.715           | 28,07%            | 19,99%        |
| Resultado antes de Imposto    | 54.438.343           | 46.535.281           | 35.577.238           | 16,98%            | 30,80%        |
| Resultado Líquido             | 39.154.518           | 32.831.591           | 25.576.708           | 19,26%            | 28,37%        |



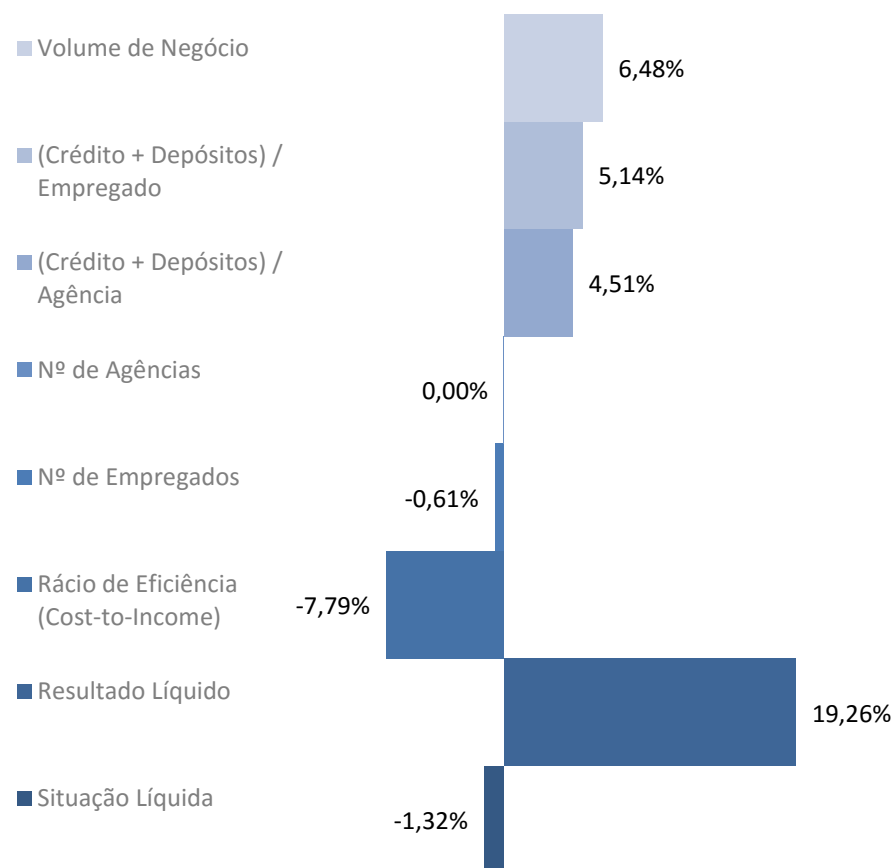
## PRINCIPAIS INDICADORES

|                                               |             |             |             |            |             |  |
|-----------------------------------------------|-------------|-------------|-------------|------------|-------------|--|
| Rácios                                        |             |             |             |            |             |  |
| ROE                                           | 10,81%      | 8,94%       | 6,65%       | 1,86% p.p  | 2,29% p.p   |  |
| ROA                                           | 1,66%       | 1,43%       | 1,08%       | 0,24% p.p  | 0,35% p.p   |  |
| Margem Financeira/ Activo                     | 4,45%       | 4,31%       | 4,16%       | 0,14% p.p  | 0,16% p.p   |  |
| Margem Complementar/ Produto Bancário         | 53,13%      | 49,81%      | 47,79%      | 3,32% p.p  | 2,03% p.p   |  |
| Rácio de Eficiência ( <i>Cost-to-Income</i> ) | 64,87%      | 72,66%      | 75,47%      | -7,79% p.p | -2,81% p.p  |  |
| Capitais Próprios/ Activo                     | 15,39%      | 15,95%      | 16,23%      | -0,66% p.p | -0,28% p.p  |  |
| Rácio de Transformação                        | 35,44%      | 33,08%      | 33,74%      | 2,36% p.p  | -0,66% p.p  |  |
| Crédito Vencido/ Crédito a Clientes           | 24,74%      | 25,85%      | 19,47%      | -1,12% p.p | 6,39% p.p   |  |
| Provisão para Crédito Vencido/Crédito Vencido | 89,30%      | 84,46%      | 94,90%      | 4,84% p.p  | -10,44% p.p |  |
| Solvabilidade                                 | 24,80%      | 24,10%      | 20,40%      | 0,70% p.p  | 3,70% p.p   |  |
| Liquidez                                      | 67,10%      | 66,60%      | 65,60%      | 0,50% p.p  | 1,00% p.p   |  |
| Nº de Empregados                              | 164         | 165         | 168         | -0,61%     | -1,79% p.p  |  |
| Nº de Agências                                | 12          | 12          | 12          | 0,00%      | 0,00%       |  |
| (Crédito + Depósitos) / Agência               | 217.272.920 | 207.896.903 | 212.835.564 | 4,51%      | -2,32%      |  |
| (Crédito + Depósitos) / Empregado             | 15.898.019  | 15.120.102  | 15.202.870  | 5,14%      | -0,54%      |  |

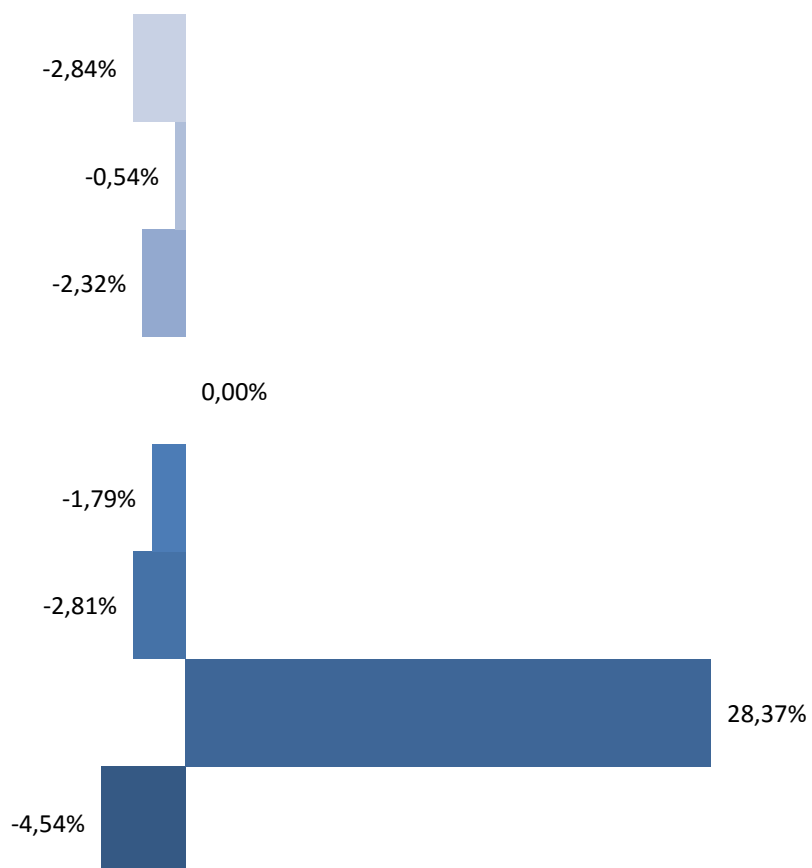
## PRINCIPAIS INDICADORES

### EVOLUÇÃO GRÁFICA DOS INDICADORES

Evolução (2017 Vs. 2016)



Evolução (2016 Vs. 2015)





2.

MENSAGEM DA COMISSÃO  
EXECUTIVA

O ano de 2017 foi, à imagem de 2016, de significativa adversidade para a economia em geral e para o sector financeiro em particular.

Vários fatores contribuíram para um contexto particularmente adverso vivido neste ano, destacando-se a contínua redução do fluxo de entrada de recursos em divisas para a economia, contrastando com um aumento de volume de fluxo de saída de moeda estrangeira do País, em busca de mercados mais atrativos, além de se verificar um aumento de empresas em dificuldades, por falta de liquidez e de negócios.

Para o sector bancário, este ano foi mais um de grandes desafios e um teste de resiliência a todos os níveis. O grande desafio para o sector financeiro continua a ser o de garantir os níveis de rentabilidade, solvência e de risco adequados, assim como uma maior resiliência aos choques internos e externos.

Permanecem contudo entraves de relevo que tendem a condicionar um melhor desempenho do sector. A dimensão micro do mercado (em termos de população e poder de compra), a fraca proteção legal e a morosidade na resolução judicial de processos contenciosos, forte pressão às saídas de divisas, o baixo nível de diversificação da economia (sendo a economia orientada essencialmente para importação de bens de consumo), o elevado nível de informalidade da economia e a forte dependência da maior parte das empresas das despesas/investimentos realizados pelo Estado, podem ser vistas como algumas das principais dificuldades que tornam a missão do sector financeiro muito difícil.

Assim, em 2017 o sector conheceu momentos de grandes dificuldades e de redução efetiva das suas reservas externas, resultante da escassez de divisas necessárias para responder às fortes pressões de saída de divisas para fins de importação e repatriamento de capital. A redução do investimento estrangeiro também tem concorrido para a menor entrada de divisas.

As condicionantes atrás citadas tornam-se ainda mais visíveis em conjunturas adversas.

Registou-se também um aumento na deterioração da situação financeira dos agentes económicos, em particular empresas, cuja atividade/receitas estão muito dependentes dos pagamentos do Estado, facto que elevou o risco de deterioração da carteira de crédito e consequente aumento de provisões.

Continuamos perante uma conjuntura em que as oportunidades de negócio escasseiam e minimiza-se a possibilidade de aumento do volume do negócio (crédito e captação), uma vez que o aumento do crédito pressupõem aumentar o nível de risco de crédito e o aumento de captação implica aumentar custos; mesmo assim, os bancos, em geral, não pouparam esforços no sentido de manter um nível intenso de atividade, em especial no tocante à oferta de novos produtos, redução das taxas de juro nominais de forma significativa, visando estimular o crescimento das suas respetivas carteiras de crédito, e aligeiramento de algumas condições de segurança (garantias), para tornar o crédito mais aliciante.

Porém, essas ações continuadas dos bancos visando a redução da taxa ativa, trouxeram também como efeito negativo a rentabilização menos eficiente dos recursos.

A vulnerabilidade do sistema financeiro nacional persiste, constatando-se níveis de rentabilidade ainda negativos e solvabilidade requerendo reforço de capital, consequência da dificuldade na obtenção de melhores negócios com riscos aceitáveis.

A emissão de bilhetes de tesouro, apesar de a taxa não ter correspondido às expectativas, tem sido uma alternativa para o sector financeiro aplicar algum excesso de liquidez na economia e obter alguma rentabilidade sobre essa liquidez a menor risco.



### Atividade do BISTP em 2017

No tocante ao BISTP em particular, foi notório o efeito das predisposições tomadas em face das mutações ocorridas no sector bancário.

A redução das taxas ativas para melhor ajustar o *pricing* às capacidades financeiras dos clientes, permitiu estimular o aumento da carteira de crédito em 10,36%. Os ajustes feitos em baixa das taxas de juros de depósitos a prazo, em face do excesso de liquidez e reduzidas alternativas de aplicação dessa liquidez em condições de riscos aceitáveis, não afetaram muito os depósitos totais que cresceram em 2,69%.

O desafio para o BISTP foi também o de manter a sua quota de líder no mercado, mas também continuar a manter os indicadores de liquidez, solvabilidade e rentabilidade em terreno positivo, através de uma gestão prudencial do ativo e do passivo.

A intensificação de ações comerciais e oferta de produtos e serviços primando cada vez mais pela qualidade, rigor e segurança, profissionalismo, rentabilidade dos ativos, a par da racionalização dos custos, foram fundamentais para que ao longo do ano o Banco pudesse manter os seus resultados e rácios em terrenos positivos, e garantir estabilidade ao nível dos principais elementos do balanço.

Com a preocupação de melhor servir os clientes de forma rápida, cómoda e a todo o momento, o Banco pretende continuar o seu plano de modernização e expansão ao nível do país, através da banca eletrónica. Assim em 2017, o banco instalou 4 áreas automáticas, contendo cada uma ATM, fazendo com que o BISTP pudesse estar presente fisicamente em todas as capitais distritais. Ainda no âmbito da expansão via banca eletrónica, o Banco tem, de igual modo, privilegiado a venda cruzada dos seus produtos, como cartão de débito e TPA/POS.

Para fomentar a utilização cada vez maior dos canais eletrónicos, o Banco intensificou ações comerciais (publicidade e sorteios) cujos resultados foram muito satisfatórios, tanto ao nível de utilização de cartões de débito como de TPA/POS.

Do ponto de vista contabilístico, mais precisamente, no cálculo de provisões para riscos gerais, em 2017 o Banco decidiu avançar com redução de 3,25% para 2%, com vista estar alinhado com a NAP 07/2007 do BCSTP. Simultaneamente, o Banco continuou mantendo uma política de provisão rigorosa e prudencial nos casos já considerados problemáticos e/ou em dificuldades.

Conjugados todos estes factos, foi possível em 2017 o BISTP manter os seus rácios prudenciais em níveis bastante confortáveis (Liquidez e Solvabilidade) e, aumentar a sua rentabilidade com a obtenção de um Resultado Líquido positivo, acima do registado em 2016 em 19,26%.

De realçar que o contínuo apoio incondicional da estrutura acionista (Estado São-Tomense, Caixa Geral de Depósitos, Banco Angolano de Investimentos), assim como o total empenho dos Colaboradores do Banco, tem sido preponderante para o BISTP alcançar resultados satisfatórios, mesmo em conjunturas manifestamente adversas.

### Perspectivas e compromissos para 2018

O compromisso do BISTP visando o contínuo investimento e a modernização dos serviços financeiros que possam contribuir para melhoria da economia, é total, apesar das adversidades e da pequenez do mercado, pois, o Banco acredita na viabilidade futura deste mercado.

Para 2018, perspectiva-se uma conjuntura ainda algo adversa, mas, esperamos que haja melhorias em relação ao ano findo.

O Banco continuará a apostar na “Excelência” e desenvolvimento da sua atividade como estratégia para melhor servir os seus Clientes, e, no criterioso controlo do risco e dos custos para assim atingir os objetivos de rendibilidade, solidez e liquidez.

Assim, pretende-se dar enfoque às seguintes ações:

- Dinamizar o crédito a particulares e empresas;
- Diversificar e melhorar a repartição de risco;
- Dinamizar a atividade de recuperação do crédito em atraso/incumprimento
- Aumentar a pró-atividade comercial de modo a alcançar objetivos fixados por unidade de negócio;
- Aumentar o número de clientes, nomeadamente através de uma maior bancarização da população;
- Continuar a aposta no reforço de segurança do sistema informático e da banca eletrónica;
- Melhorar o controlo e racionalização dos custos.

A administração do BISTP espera poder continuar a merecer a confiança e contar com todo o apoio dos seus *Stakeholders* de forma a poder continuar a contribuir positivamente para este projeto de sucesso que tem sido o BISTP, com o lema “desde sempre - para sempre”.





3.

PRINCIPAIS  
REFERÊNCIAS

### 3.1 Estrutura Acionista



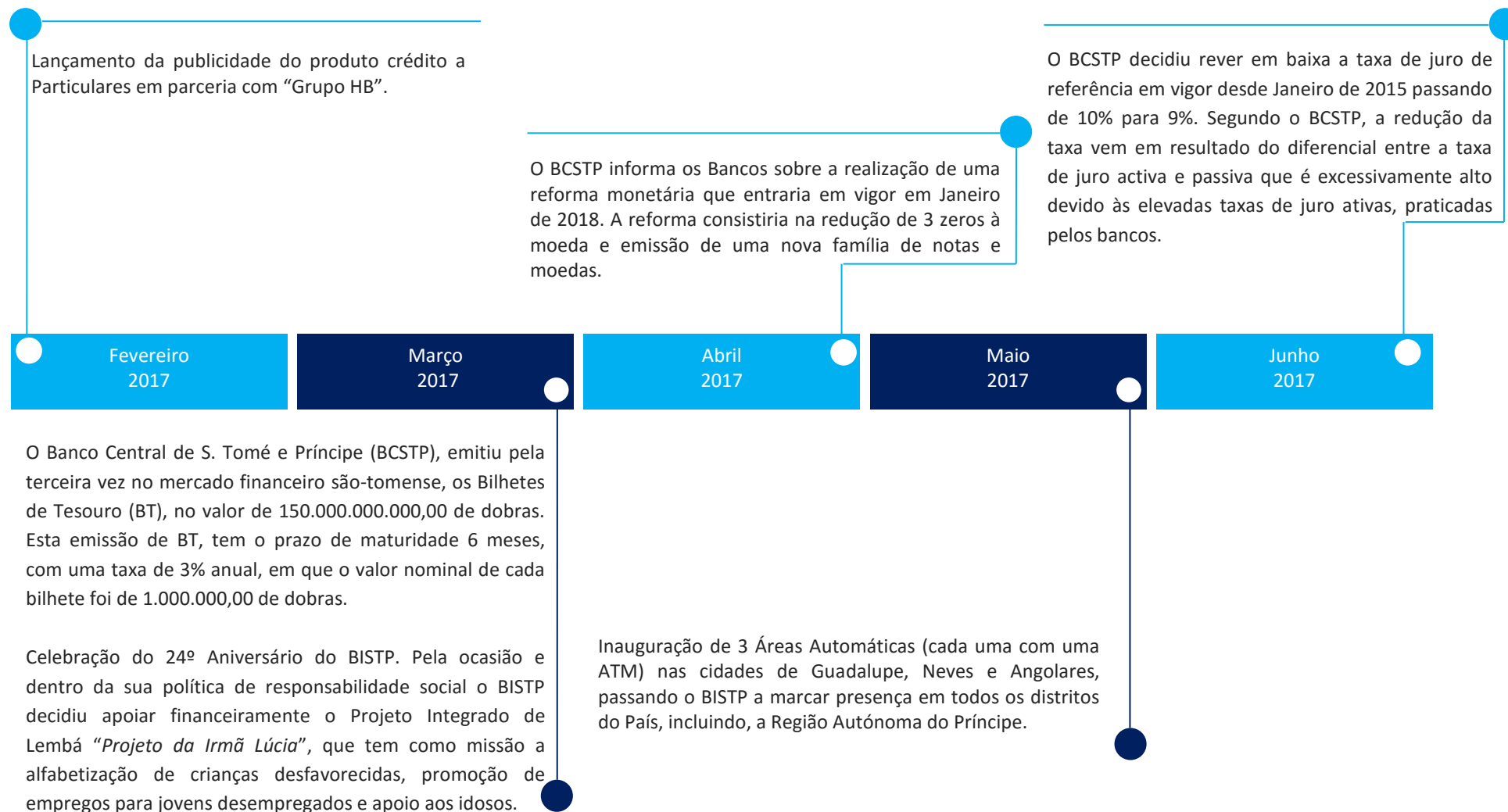
### 3.2 Órgãos Sociais

| Mesa da Assembleia Geral                       | Conselho de Administração                                             |
|------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------|
| José Lourenço Soares<br>( <i>Presidente</i> )  | Armindo Silvestre de Ceita do Espírito Santo<br>( <i>Presidente</i> ) |
| Ana Silveira<br>( <i>Secretária</i> )          | Miguel Malheiro Reymão<br>( <i>Vogal</i> )                            |
| Inokcelina dos Santos<br>( <i>Secretária</i> ) | Agostinho Quaresma dos Santos Fernandes<br>( <i>Vogal</i> )           |
|                                                | Lucamba Magalhães<br>( <i>Vogal</i> )                                 |
|                                                | João Carlos Aguiar Cristóvão<br>( <i>Vogal</i> )                      |

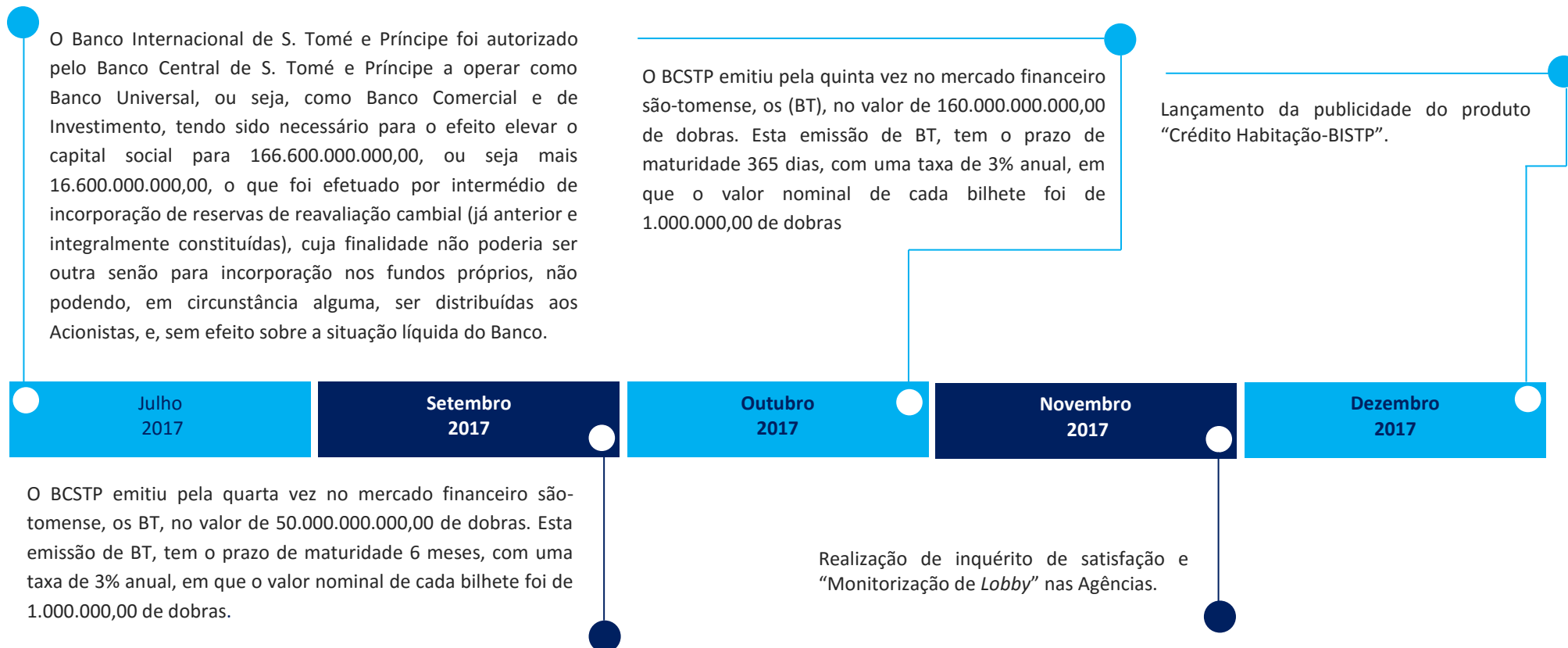
  

| Comissão Executiva                                                            | Conselho Fiscal                                         |
|-------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------|
| Miguel Malheiro Reymão<br>( <i>Presidente</i> )                               | João Barata da Silva<br>( <i>Presidente</i> )           |
| Agostinho Quaresma dos Santos Fernandes<br>( <i>Administrador Executivo</i> ) | Molelalisio Santos Afonso Fernandes<br>( <i>Vogal</i> ) |
| Lucamba Magalhães<br>( <i>Administrador Executivo</i> )                       | Nyaneka Nazaré Ferreira Sousa<br>( <i>Vogal</i> )       |

### 3.3 Marcos da Atividade



## PRINCIPAIS REFERÊNCIAS







# 4.

## ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO E FINANCEIRO



### 4.1 Contexto Internacional

O FMI estimou que a economia mundial neste ano de 2017 registaria um crescimento, impulsionado pela estabilização dos preços das matérias-primas e por uma retoma do comércio global. De acordo com o mais recente relatório da perspectiva da economia mundial de Janeiro de 2018, o PIB mundial cresceu 3,7% em 2017, mais 0,1 que a previsão do relatório saído em Outubro de 2017. As condições de investimento ao nível mundial melhoraram num contexto de baixa volatilidade financeira, redução de fragilidade no setor bancário, em consequência da política monetária adotada pelo BCE, recuperação em vários setores de *commodities*, com destaque para o preço do petróleo.

Com as economias dos países avançados e emergentes dando sinais de maior estabilidade e risco controlado do ponto de vista das ameaças que pairavam sobre o sistema financeiro europeu e da bolsa chinesa, a economia mundial tem registado sinais claros de melhoria, oferecendo oportunidade aos países para se concentrarem em criar políticas sobre questões de longo prazo; entre elas, o crescimento económico de baixo carbono, a redução das desigualdades, a diversificação económica e a eliminação de barreiras profundas que dificultam o desenvolvimento.

Com a previsão de crescimento de 3,7% em 2017 e 3,9% em 2018, a economia mundial vai crescer mais do que a média de 3,4% nos últimos cinco anos. O FMI confirma, ainda, que o crescimento não vai abrandar em 2018, porque a conjuntura mundial vai continuar a estar em trajetória ascendente.

Apesar da boa perspectiva da economia mundial, a incerteza ao nível da política poderá representar um travão no dinamismo económico, no futuro. A vitória de Donald Trump, o Brexit e a ascensão dos movimentos populistas na Europa poderão ser fatores de instabilidade que penalizarão a economia mundial nos próximos tempos. No entanto, na opinião da diretora do FMI, Christine Lagarde, a economia mundial tem tido uma forte recuperação e está melhor distribuída, e, irá voltar aos níveis médios que precederam a crise financeira de 2007 e 2008.

### EUA e Zona Euro (Economias mais avançadas)

#### Zona Euro

Em finais de Março de 2017, Londres lançou o processo de saída da União Europeia, nove meses depois do referendo que dividiu o país. Depois de meses de discussões, no início de Dezembro de 2017, Bruxelas e Londres acertaram as modalidades desta saída, abrindo caminho para discussões comerciais.

Em Maio de 2017, o centrista e pró-europeu Emmanuel Macron, de 39 anos, ganhou com ampla margem as eleições presidenciais na França. À frente de um movimento criado um ano antes, “Em marcha!”, Macron deixou pela primeira vez fora do Palácio do Eliseu os dois grandes partidos que dominaram a política francesa por 60 anos, o Partido Socialista e Os Republicanos.

Em Outubro de 2017, apesar da proibição da justiça espanhola, foi realizado na Catalunha um referendo sobre sua independência. No dia 27, o Parlamento catalão proclamou unilateralmente a sua independência. O governo espanhol de Mariano Rajoy destituiu imediatamente o Executivo regional, suspendeu a autonomia catalã e convocou eleições antecipadas na região para Dezembro de 2017. O presidente catalão destituído, Carles Puigdemont, refugiou-se em Bruxelas para evitar ser preso.

Mesmo com estas *nuances*, o ano de 2017 para a Zona Euro, foi de robustez da economia já que foi confirmada pela segunda leitura do produto interno bruto (PIB), o avanço de 2,4%. Este valor representa o crescimento económico mais elevado em dez anos, superado apenas pelos 3% registados em 2007, e dentro do que estava a ser estimado por bancos e instituições financeiras. A produção industrial na zona do euro teve uma evolução de 0,4% no mês de Dezembro em relação a Novembro e de 5,2% sobre o mesmo período do ano anterior. Esta expansão anual foi impulsionada

pelo fabrico de bens duráveis e bens intermédios, onde os destaques muito positivos foram Roménia, Irlanda e Eslovénia.

A economia alemã teve um crescimento 2,5%. O resultado superou os 1,9% do crescimento registado em 2016 e representa o ritmo de crescimento mais forte desde 2011. Esta evolução foi obtida através da forte alta das exportações.

Na economia francesa, verificou-se um crescimento em torno dos 1,8% e foi a maior subida em seis anos. A aceleração da atividade em 2017 deveu-se principalmente aos investimentos das empresas que aumentaram 4,3%, mais nove décimos do que em 2016, enquanto as despesas privadas aumentaram 5,1%, em comparação com 2,4% em 2016.

A Espanha também foi um dos países europeus de maior crescimento, com evolução estimada para seu PIB em torno de 3,1%. O bom comportamento da demanda interna continua a ser o tónico da economia espanhola e aponta boas perspectivas para 2018, apesar das taxas de crescimento mais moderadas em processo de lógica normalização depois de anos de avanços acima de 3%.

Após dois anos de recessão, a economia italiana cresceu 1,4%, embora inferior às previsões que eram de 1,5% e também abaixo do registado pela média dos parceiros europeus. Ao mesmo tempo, a taxa de desemprego mantém-se acima dos dois dígitos (11,1%), com o desemprego jovem ainda em níveis muito elevados.

A economia portuguesa cresceu 2,7% em 2017, mais 1,2 pontos percentuais que o verificado no ano anterior. Esta evolução resultou do aumento do contributo da procura interna, refletindo principalmente a aceleração do investimento, uma vez que a procura externa líquida apresentou um contributo idêntico ao registado em 2016. Este é o ritmo de crescimento mais elevado desde 2000.

Segundo Christine Lagarde, a zona do Euro está fortemente consolidada em comparação a uma década atrás e a moeda vai bem, embora tenha defendido que a união monetária (que é uma criação magistral única que constitui uma alternativa à China e aos Estados Unidos) se traduza em outros projetos sociais e de cooperação fora da Europa.

## Estados Unidos de América

Em Janeiro de 2017, o magnata republicano Donald Trump, de 70 anos, assumiu como presidente depois de vencer as eleições em Novembro de 2016, mas as acusações de conluio com a Rússia ofuscaram o início de seu mandato e continuam a causar dores de cabeça. Neste ano, Donald Trump abandonou ou ameaçou abandonar vários acordos internacionais (livre comércio/ clima/ saúde/ Unesco). Em Dezembro de 2017 voltou a confirmar sua política de ruptura ao reconhecer Jerusalém como capital de Israel, o que gerou uma onda de críticas e de protestos em todo o mundo. Ao longo do ano de 2017, os Estados Unidos da América, intensificaram a Guerra Fria com a Coreia do Norte, com acusações e provocações de parte a parte, mostrando ao mundo que a relação marcada por fortes atritos que vem desde o final da Segunda Grande Guerra está para perdurar.

De acordo com Departamento de Comércio Dos Estados Unidos da América, a economia deste país cresceu 2,3% em 2017, mostrando uma aceleração em relação aos 1,5% de 2016. No entanto, no quarto trimestre, a economia desacelerou inesperadamente, com o PIB a expandir-se a uma taxa anual de 2,6%. Este crescimento ficou aquém do esperado, uma vez que os economistas esperavam um avanço de 3%. O quarto trimestre foi contido por um ritmo modesto de acumulação de *stocks* e pela alta nos gastos do consumidor em 3 anos, resultando num aumento das importações. Não obstante este abrandamento, a demanda doméstica saltou 4,6%, com um ritmo mais forte desde o quarto trimestre de 2014, destacando a força da economia americana.

Os gastos do consumidor, que correspondem a mais de dois terços da atividade económica dos EUA, aumentaram a uma taxa de 3,8% e este foi o ritmo mais elevado dos últimos 3 anos. O aumento dos gastos do consumidor foi saciado com as importações, que cresceram 13,9% no quarto trimestre, nível mais elevado desde 2010, compensando o aumento das exportações. A forte procura doméstica é parte de uma recuperação global sincronizada que inclui a zona Euro e a Ásia. Esta procura também aumentou diante da promessa do presidente Donald Trump de fortes

## ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO E FINANCEIRO

cortes de impostos, cumprida em Dezembro, quando o Congresso dos EUA aprovou a maior reforma do código tributário em 30 anos.

Para 2018, os economistas estão a projetar que o crescimento anual do PIB atingirá a meta do governo americano de 3%, impulsionado em parte pela desvalorização do dólar face a outras divisas, bem como pela subida dos preços do petróleo e também pelo fortalecimento da economia global.

Os EUA estão numa fase de ciclo cada vez mais madura. O governo continua a apoiar a sua expansão e a demanda interna continuará a dar suporte ao crescimento, assim como o consumo privado e o investimento, que crescem em ritmos elevados, ao mesmo tempo em que o índice de desemprego está em níveis mínimos.

### Emergentes

A melhoria da dinâmica da taxa de crescimento estimada para 2017 e 2018 deveu-se à revisão em alta de algumas projeções para grandes economias e grupos de economias, com destaque para as economias desenvolvidas e três dos BRIC. Depois da forte fuga de capitais de muitos mercados em 2013, a ameaça da crise na Bolsa de Valores da China em 2015 e a grave crise brasileira, as economias emergentes voltaram à cena e têm forças renovadas. Três razões explicam esse retorno em grande estilo: o maior crescimento económico do mundo desenvolvido, a expansão da procura interna em seus próprios países à medida que as classes médias crescem e a recuperação do preço das matérias-primas, que em última instância permitiu que Rússia e Brasil saíssem da recessão.

A OCDE prevê que a economia chinesa cresça 6,8% em 2017, abaixo da média de 7,9% que a segunda potência mundial registou entre 2011 e 2015, prognosticando ainda um abrandamento do crescimento até 6,2% para o período 2018-2022. Esta moderação da economia da China está atribuída a problemas de capacidade e vulnerabilidade do mercado financeiro, ao passo que o consumo privado, os investimentos as exportações mater-se-ão em alta.

Já o PIB da Índia vai aumentar 6,7% este ano, contra 7,1% em 2016, enquanto a projeção para o período 2018-2022 é de 7,3%. O relatório da OCDE avalia positivamente a liberalização em algumas indústrias indianas, apesar de alertar que maus ativos nos bancos podem limitar a procura.

Após dois anos de queda, a economia brasileira voltou a crescer em 2017 e conseguiu sair da recessão. O FMI estima uma expansão de 1,1% em comparação com o ano de 2016. Este resultado vem confirmar o ano positivo para o país, depois de dois anos seguidos de quedas na atividade económica e o fim da pior recessão da história do Brasil. Para 2018, a expectativa do governo é de que a economia brasileira cresça cerca de 3%. Para o FMI, a taxa de expansão económica será em torno de 1,9% em 2018.

Para reaquecer a economia e combater a recessão, o governo de Michel Temer anunciou, no ano passado, medidas como a liberação de saques das contas inativas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço que ajudaram a reduzir o grau de endividamento das famílias e, ao mesmo tempo, contribuiu para a melhoria do nível de atividade, principalmente via comércio. Além disso, com a inflação comportada, o Banco Central reduziu fortemente os juros básicos, representados pela taxa Selic, no ano passado. Atualmente, a taxa está no mínimo histórico de 6,75% ao ano, o que favorece a renegociação de dívidas e os investimentos no setor produtivo.

A Rússia voltou a crescer em 2017, após dois anos de recessão, de acordo com as perspetivas do FMI. O PIB subiu 1,8% no ano passado, após recuar 2,8% em 2015 e 0,2% em 2016, mas, o final de 2017 foi marcado por uma desaceleração, especialmente na produção industrial. Os setores que mais cresceram foram o dos transportes (3,7%), comunicações (3,6%), comércio (3,1%), seguidos de matérias-primas (1,4%) e agricultura (1,2%). O aumento dos preços mundiais de carvão levou a uma elevação acentuada das exportações russas e melhorou os indicadores financeiros do transporte ferroviário. O crescimento dos empréstimos ao consumidor mostra que o consumo da população, que diminuía durante os últimos dois anos, volta a aumentar.

## ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO E FINANCEIRO

No entanto, esses sinais de recuperação ainda não despertaram a recuperação económica geral, e diversos setores da economia continuam a mostrar sintomas da crise. Esta expansão é modesta e comparação com outros anos (quando o preço do petróleo estava em alta) e não será suficiente para impulsionar os salários reais, que caíram por 4 anos consecutivos. De acordo com estimativas do Ministério da Economia, a economia crescerá apenas entre 1,5% e 2% durante os próximos três anos e nem com o aumento dos preços do petróleo poderão dar uma grande ajuda.

O PIB da África do Sul cresceu 1,3% em 2017, ganhando força significativa em relação ao avanço de 0,6% registado em 2016, segundo dados publicados pela Agência de Estatísticas do país, a Stats SA. O resultado veio acima da expectativa do próprio governo sul-africano, que previa expansão de 1% do PIB no ano passado. Apenas no quarto trimestre de 2017, o PIB da África do Sul cresceu a uma taxa anualizada de 3,1%, depois de aumentar 2,3% no terceiro trimestre. As condições monetárias melhoraram após um declínio constante da taxa de inflação (+4,8%). Além disso, a África do Sul está a beneficiar dos preços crescentes dos metais e da grande apetência por altos rendimentos na economia mundial. No entanto, a deterioração do saldo fiscal e o seu impacto na dinâmica da dívida criaram uma nova onda de redução de ratings soberanos e corporativos. Os custos de crédito mais elevados, bem como as finanças públicas deterioradas, podem afetar as insolvências (-7%) num futuro próximo.

Em 2018 e 2019, o governo prevê que o PIB avance 1,5% e 1,8%,

### África Subsaariana

O crescimento económico na África Subsaariana está a recuperar a um ritmo modesto e progrediu de 1,4% para 2,7% em 2017 de acordo com o FMI, ou seja, quase o dobro do registado no ano passado, mas alerta para a necessidade de reequilibrar os orçamentos e controlar a dívida pública. No entanto, estes valores continuam ainda bem abaixo da tendência do passado e pouco acima do crescimento da população. Ainda na ressaca da crise dos preços baixos do petróleo e

do abrandamento mundial, as economias africanas de crescimento mais rápido continuam a ser impulsionadas pela despesa pública, com os níveis da dívida e os custos do serviço da dívida a aumentarem. A dívida pública passou os 50% do PIB em 22 países no final do ano passado.

O FMI refere ainda que os custos de servir a dívida estão a tornar-se um fardo, especialmente para os países produtores de petróleo, e em Angola, Gabão e Nigéria vão mesmo passar os 60% das receitas do governo em 2017. Em países como Etiópia e Senegal, o crescimento permanece amplamente estável, apoiado por investimentos em infra-estrutura e aumento da produção agrícola. Nos países exportadores de metais, o aumento da produção e do investimento no setor de mineração, em face do aumento dos preços dos metais, permitiu uma recuperação da atividade

Os técnicos do FMI avisam que as emissões de dívida, chegaram aos 4,6 mil milhões de dólares entre Janeiro e Junho, comparado com apenas 570 milhões de dólares para o total do ano passado, evidenciando acrescidas necessidades de financiamento das economias desta região. Por outro lado a inflação global diminuiu em toda a região em 2017, em face a taxas de câmbio estáveis e à desaceleração da inflação dos preços dos alimentos devido à maior produção agrícola na Nigéria. Para os países exportadores de petróleo, como são os casos dos lusófonos Angola e Guiné Equatorial, os esforços de consolidação orçamental chegam, em média, a 5,3 pontos percentuais do PIB nos próximos cinco anos. E nalguns casos, como Angola, um ajustamento considerável já foi feito nos últimos dois anos. No entanto, concluem os peritos do FMI, a maior parte do ajustamento até agora foi atingido através de cortes na despesa de capital, reflectindo uma combinação de constrangimentos financeiros e escolhas políticas deliberadas”.



No futuro, a África Subsaariana deverá ver um aumento moderado da atividade económica, com crescimento aumentando para 3,2% em 2018 e 3,5% em 2019 à medida que os preços das *commodities* e a procura doméstica cresça.

### Perspetivas para 2018

A economia internacional registou bom desempenho em 2017 e tem condições favoráveis para manter este ritmo de expansão em 2018, destaca o Banco Mundial no relatório Perspectivas Económicas Globais. Contudo, a instituição adverte que este ciclo positivo pode ser apenas de curto prazo, se os países não adotarem medidas para expandirem o crescimento potencial, especialmente com o incremento de investimentos e da produtividade.

O Banco Mundial prevê um crescimento económico global próximo a 3,9% em 2018 mais forte que em 2017, à medida que a recuperação no investimento, manufatura e comércio continuarem e ao passo que as economias em desenvolvimento, exportadoras de produtos básicos, se beneficiarem de melhores preços desses produtos.

Segundo o documento, a estimativa para o PIB dos EUA em 2017 subiu de 2,1% para 2,3%. No caso da China, a maior revisão realizada pelo Banco Mundial ocorreu em relação ao PIB de 2017, que passou de 6,5% para 6,8%. A estimativa subiu de 6,3% para 6,4% em 2018 e ficará estável em 6,3% para 2019. Quanto a 2020, a projeção é de 6,2%.

Em relação à Zona Euro, o Banco Mundial fez as revisões de alta mais expressivas em relação às principais economias do mundo. A projeção para 2017 aumentou de 1,7% para 2,4% e para 2018 subiu de 1,5% para 2,2%. Em relação a 2019, o aumento da estimativa foi um pouco mais modesto, de 1,5% para 1,7% e para 2020 a previsão é de incremento de 1,5%.

Para o Japão, o Banco Mundial também elevou suas projeções de crescimento de 2017, de 1,5% para 1,7%, e para 2018, de 1,0% para 1,3%. Para 2019, a estimativa

subiu 0,2 pontos percentuais e aumentou de 0,6% para 0,8%. Em relação a 2020, a previsão é de uma expansão de 0,5%.

Segundo o relatório do Banco Mundial, em 2018, o crescimento nas economias avançadas deverá ser uma taxa levemente moderada de 2,2% à medida que os bancos centrais removerem gradualmente sua acomodação pós-crise e o investimento atingir um ponto de estabilização. De acordo com as projeções, o crescimento nos mercados emergentes e nas economias em desenvolvimento deverá se fortalecer chegando a 4,5% em 2018, à medida que os exportadores de produtos básicos continuarem a recuperar-se.

De acordo com o Banco Mundial, um dos elementos que ajudou no crescimento global em 2017 foi a expansão significativa do comércio internacional, que foi beneficiado pela melhoria de investimentos. Mas a velocidade das operações de exportações e importações globais deve moderar em 2018 e 2019, com uma redução da aceleração da Formação Bruta de Capital Fixo em economias avançadas e menor volume de encomendas da China.

## ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO E FINANCEIRO

O relatório destaca que as condições financeiras globais continuaram benignas no ano passado, mas devem ficar não tão favoráveis em 2018 com a normalização da política monetária nas principais economias avançadas.

Para o Banco Mundial, os preços de energia e de metais devem se estabilizar neste ano após terem apresentado avanços expressivos em 2017. No caso dos preços agrícolas, em geral, a instituição também prevê estabilidade em 2018.

Embora o Banco Mundial ressalte que 2018 pode ser o primeiro ano desde a Grande Recessão de 2008 em que a economia global vai operar em capacidade total ou quase total, esta adverte que este bom desempenho pode ser um feito transitório.

A chave para que o ritmo de expansão do nível de atividade mundial seja prolongado no longo prazo, é ampliar o crescimento potencial pelo planeta. Sem esta melhoria estrutural, ficam em risco os ganhos na qualidade dos padrões de vida e na redução da pobreza no mundo inteiro.

Para o Banco Mundial, os diversos países precisarão utilizar mais instrumentos do que as tradicionais ações de políticas fiscal e monetária para ampliar o PIB potencial. Segundo a instituição, o nível de atividade global tem restrições para manter uma dinâmica de forte crescimento por vários anos seguidos, sobretudo porque há diminuição do ritmo de avanço da Formação Bruta de Capital Fixo, produtividade, num contexto de envelhecimento da mão-de-obra a nível internacional. Há, portanto, uma desaceleração do crescimento potencial pelo planeta, o que é uma situação generalizada e afeta economias responsáveis por mais de 65% do PIB mundial.

Este documento adverte também que, sem o esforço para reforçar as condições de expansão da economia internacional no longo prazo, o declínio do PIB potencial do mundo poderá estender-se à próxima década e retardar tanto o crescimento global normal em 0,25 pontos percentuais, como o crescimento normal nos mercados emergentes e nas economias em desenvolvimento durante esse período.

De acordo com o Banco Mundial, as previsões de crescimento globais têm riscos, que podem ocorrer, por exemplo, com uma alteração súbita das condições financeiras mundiais. Aumentar as restrições ao comércio e intensificar as tensões geopolíticas podem desencorajar a confiança e a atividade.

### 4.2 Contexto Nacional

Enquanto se registou um ano francamente bom para muitas economias no planeta, em São Tomé e Príncipe as fragilidades registadas em anos anteriores foram ainda mais notadas, visto vivermos na permanente dependência dos nossos parceiros. A crise vivida por estes países em anos anteriores, deixaram e continuam a deixar marcas fortes na nossa economia e têm sido um dos grandes obstáculos na execução de vários projetos de investimento.

Nos primeiros meses de 2017, foi aprovado o Orçamento Geral do Estado para 2017, pela maioria parlamentar que sustenta o Governo, com os votos contra do MLSTP (maior partido da oposição) e do PCD. O orçamento de Estado, avaliado em 132 milhões de euros, seria financiado em quase 90% pelos parceiros internacionais. Segundo o documento, o setor das infra-estruturas absorvia 17,3% das verbas destinadas ao investimento público. A educação receberia 15,7%, a saúde 13%, o Ministério das Finanças e Economia Azul ficaria com 7,5% e o Ministério da Agricultura, 6%. O Chefe do Governo, Patrice Trovoada anunciou ações no sentido de alargar a base tributária para aumentar as receitas. Mostrou-se também seguro que as exportações iriam aumentar em 2017, nomeadamente o cacau, que o fluxo turístico iria crescer e que o investimento público e privado iria ser maior em relação ao ano de 2016. Mas este otimismo moderado demonstrado por Patrice Trovoada não o impediu de avisar que o ano de 2017 iria ser mais um ano difícil e que exigiria muitos sacrifícios.

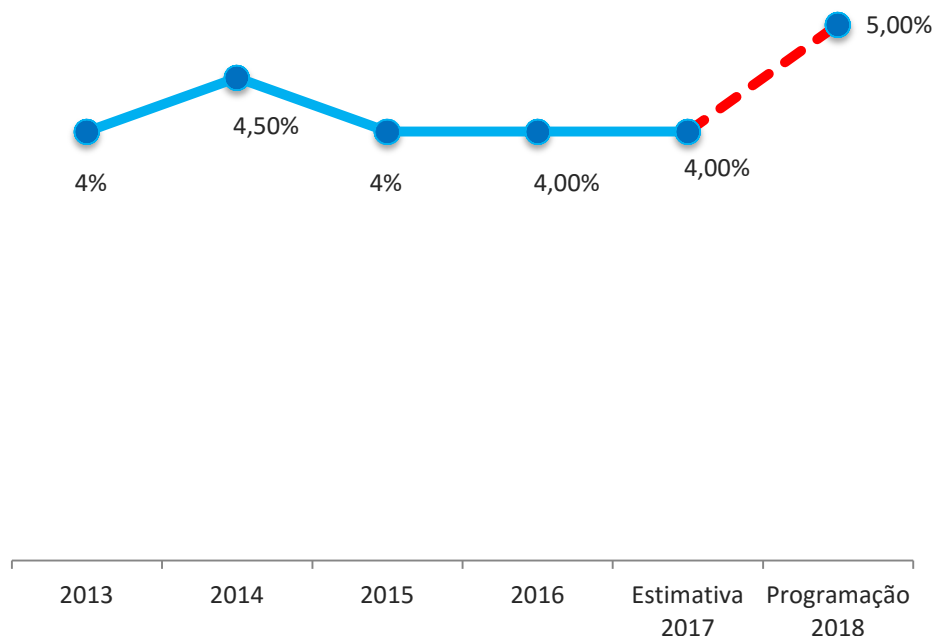
Também foi o ano em que São Tomé e Príncipe e a China reforçaram ainda mais a cooperação bilateral, desde a rutura com Taiwan no final do ano de 2016. Neste

momento, o país tem vários projetos em carteira e conta com a ajuda da República Popular da China para concretizá-los. Da parte deste nosso parceiro há a promessa da colaboração no processo de transformação de São Tomé e Príncipe. Mas estes têm avisado que esta colaboração implica também a conquista do desenvolvimento de forma independente, ou seja, sem a cultura de mãos estendidas em busca da assistência financeira internacional. A China tem destacado o setor das infra-estruturas no grupo de uma série de áreas de intervenção, que inclui também a agricultura e sectores ligados a economia do mar ou economia azul.

### Evolução Macroeconómica

Mesmo com a fraca dinamização da economia vivida no ano de 2017 em São Tomé e Príncipe, esta continua a dar mostras de querer sobreviver à crise que tem abatido no país ao longo dos anos. E sendo assim, o Fundo Monetário Internacional, no seu relatório de 27 de Novembro de 2017, resultante da sua última missão de avaliação económica de S. Tomé e Príncipe, afirmou que a economia do país manteve-se estável e estimou que o PIB nacional iria crescer a um ritmo sustentado de 4% em 2017, mas mais lentamente que o projetado na segunda avaliação em Junho, que apontava para um crescimento de 5%. Contudo, para 2018 perspetiva-se um crescimento de 5% e, a médio prazo, o FMI aponta para melhores perspetivas de crescimento da economia que deverá acelerar para 5,5%, impulsionado pelo turismo, a agricultura e o investimento com financiamento externo.

## Taxa de crescimento do PIB



Fonte: Relatório do FMI 2017 de Novembro de 2017

O equilíbrio das finanças públicas continua a ser um dos principais objetivos macroeconómicos do país.

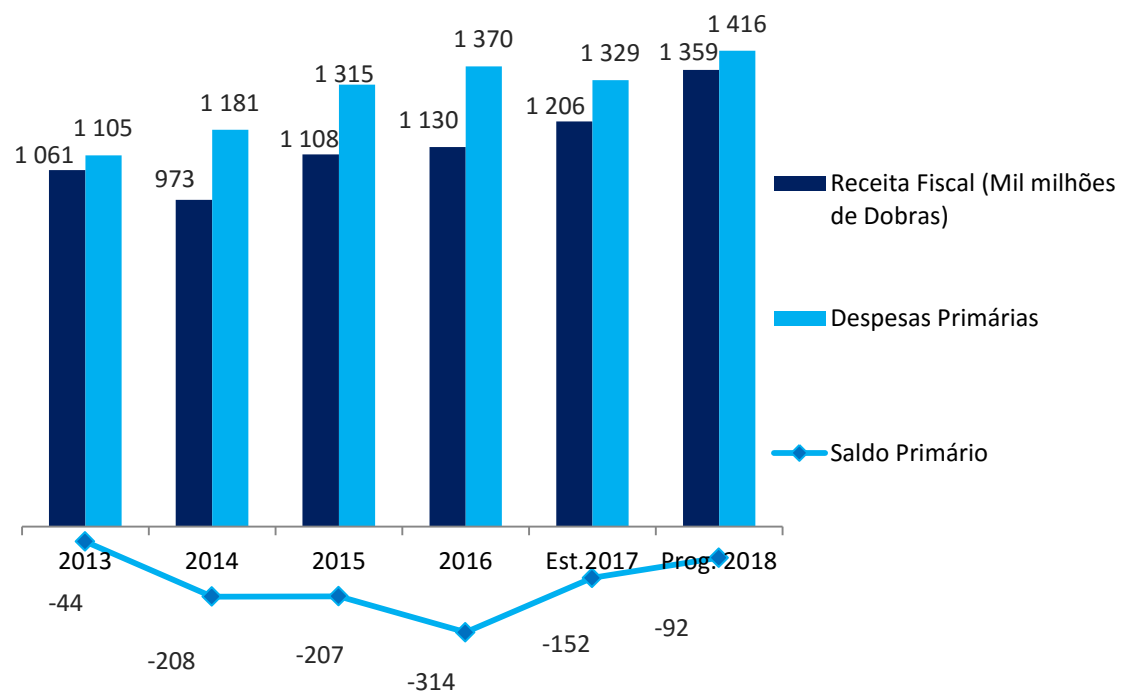
De acordo com as estimativas do FMI, o défice primário interno atingiu 4% do PIB em 2016 face à meta de 2% do PIB programado, impulsionado pela despesa excessiva no período que antecedeu as eleições presidenciais em duas voltas. Em face desta derrapagem, **medidas fiscais corretivas foram adotadas em finais de 2016 e princípio de 2017, para permitir a meta do défice de 1,8% do PIB para 2017**. As medidas visando a redução das despesas em 2017, levaram as despesas primárias internas para 1,5% do PIB (anualizadas) nos primeiros oito meses face ao mesmo período em 2016. Em simultâneo, do lado da receita, aplicaram medidas fiscais no final de 2016 e reviram o orçamento para aumentar a receita. Assim, novas medidas foram introduzidas no orçamento revisto de Maio de 2017, como um novo imposto de consumo sobre as bebidas alcoólicas importadas e direitos aduaneiros mais elevados sobre certas mercadorias importadas. O governo também chegou a acordos em Julho com algumas grandes empresas privadas e empresas públicas para o pagamento gradual de impostos atrasados, incluindo o IRS retido na fonte sobre os salários dos empregados e o imposto sobre o consumo.

Contudo, a receita fiscal até ao fim de Agosto ficou aquém do previsto. Consequentemente, o défice primário interno chegou a 2,7% do PIB (taxa anualizada) em Agosto, consideravelmente acima da meta de 1,8% do PIB para o ano inteiro.

As autoridades reiteraram o seu empenho em atingir a meta do programa de 1,8% do PIB para o final de 2017. Continuarão a monitorizar de perto a execução orçamental em 2017 e estão prontas a limitar ainda mais as despesas não obrigatórias, se necessário, para garantir que as autorizações de despesa permanecem dentro dos recursos disponíveis.



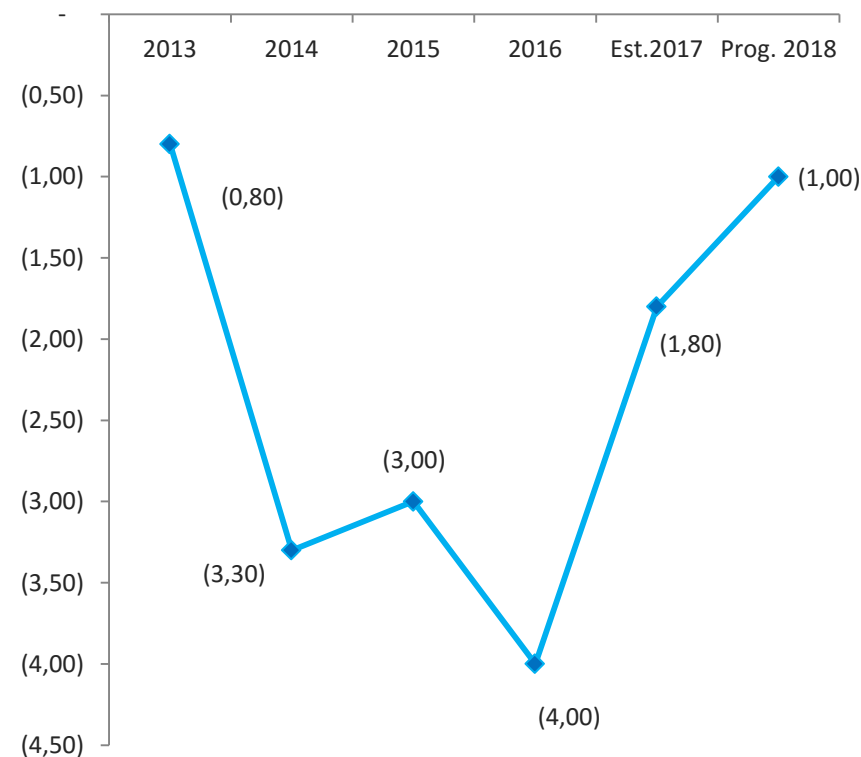
## Evolução do Saldo Primário



Fonte: Relatório do FMI 27 de Novembro de 2017

Em consequência da dificuldade sentida no aumento mais importante das receitas totais, capaz de cobrir as despesas correntes e de investimento, fazendo com que o Estado ainda continue muito dependente das ajudas externas, sendo que algumas delas não se materializam, elevando, deste modo, o nível de incerteza na execução Orçamental, o Governo tem vindo a ajustar o seu programa orçamental, muito em

## Saldo Primário (Percentagem do PIB)



função das receitas internas, o que tem levado a redução do valor de orçamento proposto. Esta evolução decrescente vem evidenciar uma maior dificuldade que a economia tem vindo a conhecer, assim como menor expectativa no crescimento do PIB, uma vez que a execução orçamental é o principal acelerador da atividade da economia nacional. Em 2017 o orçamento foi revisto em baixa, tendo-se fixado em

## ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO E FINANCEIRO

STD 3.237.556 Mil Milhões, o que, comparado com o orçamento de 2016, representa uma queda de -13%. Para 2018, o orçamento proposto representa uma tímida subida na ordem de 1,26%, elevando-se a STD 3.278.265 Mil Milhões, evidenciando uma menor expectativa das autoridades governamentais quanto à aceleração do crescimento em 2018.

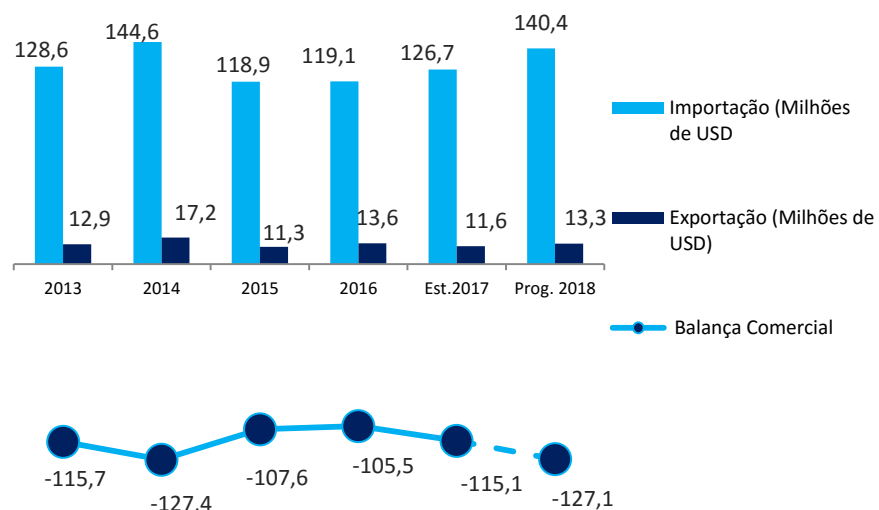
As fragilidades da economia nacional estão também expostas no défice estrutural da sua balança comercial, com o combustível a ter maior peso na importação nacional.

Em 2016 o total das importações fixou-se em USD 119,1 Milhões, contra as exportações que se fixaram em USD 13,6 Milhões, representadas essencialmente pelo cacau com um peso de 76%. Em 2017, o FMI projeta um aumento de importação em 6,38% e uma redução das exportações, prevendo-se para as exportações face a 2016 -14,71%, fixando-se respetivamente em USD 126,7 e USD 11,6 Milhões. Esta queda projetada das exportações é devida à menor exportação de cacau verificada no ano em curso e à diminuição do seu preço no mercado

internacional. Sendo assim, a exportação representa somente 3,1% do PIB.

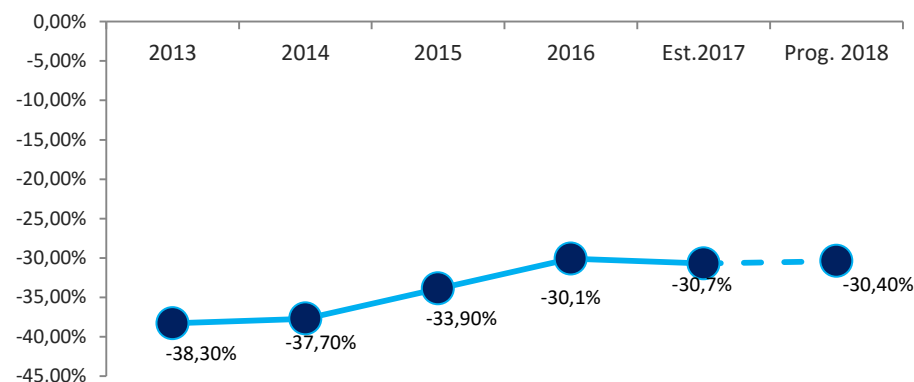
Com a melhoria do preço das matérias primas no mercado internacional, inclusive o cacau, espera-se para 2018 que as exportações cresçam em 14,7%, na expectativa que os produtores elevem a produção, a qualidade e a certificação deste produto, que é o de maior exportação do país, e, para continuarem a ser uma referência nos mercados internacionais. Do lado da importação, denota-se que com a subida do preço de petróleo, as importações deverão expandir-se na ordem de 6,38%, situando-se nos USD 126,7 Milhões. Está prevista assim a deterioração do rácio de cobertura da exportação pela importação, refletindo o grande desequilíbrio da balança comercial, que irá andar em torno de USD 115,1 Milhões em 2017 e USD 127,1 Milhões em 2018. O estrutural desequilíbrio ao nível da balança tem originado uma forte pressão para saída de divisas que são historicamente raras, conduzindo à redução das reservas externas.

### Balança Comercial



Fonte: Relatório do FMI 27 de Novembro de 2017

### Défice da Balança Comercial (Percentagem do PIB)

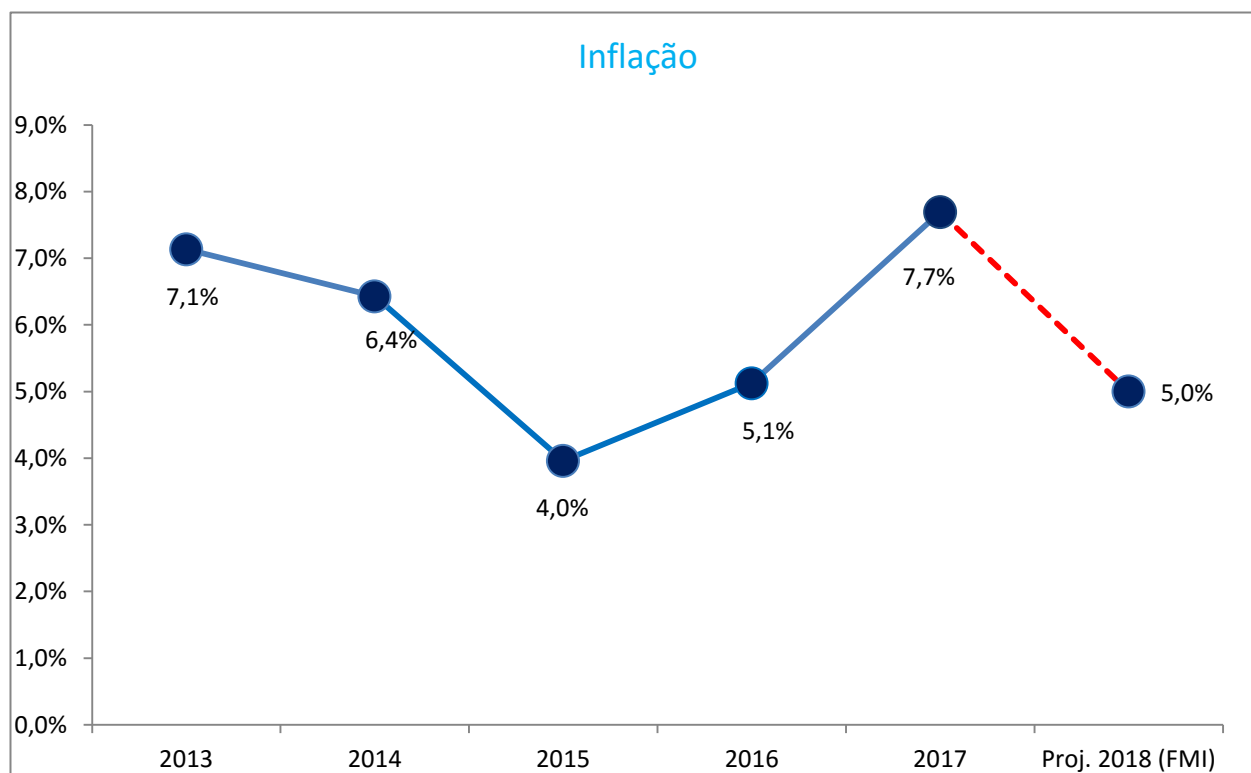


Fonte: Relatório do FMI 27 de Novembro de 2017

## ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO E FINANCEIRO

De acordo com o relatório do FMI, da terceira e quarta avaliação à economia de São Tomé e Príncipe, as reservas internacionais do país irão fixar-se nos USD 58,7 representando 4 meses de importação, sendo um valor ligeiramente acima da referência que são de 3 meses.

Segundo e de acordo com os dados do Instituto Nacional de Estatísticas (INE) a inflação acumulada em 2017 atingiu os 7,7%, contra 5,12% registado no ano anterior, com uma variação de 2,58pp. Este aumento da inflação deveu-se ao aumento dos preços dos produtos produzidos no país, cuja cultura foi prejudicada pelo aumento da precipitação,



Fonte: FMI e BCSTP

mas também aos efeitos do aumento das taxas aduaneiras para determinados bens importados, em particular as bebidas alcoólicas. Mas de acordo com o FMI, é de esperar que a inflação desacelere no ano de 2018 para se fixar em 5%, sendo que a consolidação desta redução será verificada no médio prazo, à medida que os baixos preços internacionais dos alimentos e do petróleo compensam o impacto da fraca produção interna.

A economia nacional também se encontra perante um risco de sobre-endividamento, de acordo com o FMI. Relativamente à dívida externa, o FMI considera que o cenário de base mostra que a dívida é sustentável no médio prazo se o governo mantiver a consolidação orçamental, evitar empréstimos não concessionais e trabalhar para diversificar a economia e expandir a base de exportações. Porém, o rácio dívida total/PIB, que inclui a dívida interna, permanece elevado. Segundo o Gabinete de Gestão da dívida, em 2016 o peso da dívida sobre o PIB era de 80,7% até Setembro. Em 2017, mais precisamente até Agosto, o nível da dívida estava em 75,6% do PIB. Ainda em 2017, no terceiro e quarto trimestre, o Estado emitiu dois Títulos de Tesouro, no valor total de STD 210 Mil Milhões, elevando ainda mais o seu endividamento junto ao setor bancário.

### Economia e Investimentos

Tendo por base o relatório do FMI, o crescimento do PIB deverá ficar em 4% em 2017 e acelerar para 5% no médio prazo, impulsionado pela atividade na construção, na agricultura e no turismo, que, por seu lado, são impulsionadas por projetos de infraestrutura com financiamento externo, inclusivamente a expansão do aeroporto e a construção de estradas. Os projetos com financiamento externo poderão ser implantados mais cedo que o previsto; alguns indícios sugerem que novos projetos financiados pelo Banco Mundial e a UE poderão ser concretizados em breve. Em especial, dois projetos financiados pelo Banco Mundial poderão avançar mais rapidamente do que o previsto e um projeto de expansão do aeroporto poderá começar já em meados de 2018. Depois do reatamento de relações diplomáticas com a China em Dezembro de 2016, é provável que se acelere o investimento e o apoio económico do país, inclusivamente pelo setor privado, como indica o aumento das visitas de empresários chineses e a recente criação de uma associação de empresas chinesas.

A União Europeia assinou um acordo com o Governo são-tomense, de financiamento do projeto de desenvolvimento agrícola. O acordo de cooperação avaliado em 6.750.000,00 dólares, prevê a redinamização de 3 fileiras agrícolas para exportação, nomeadamente o cacau, o café e pimenta. Helmut Kultz, Chefe da Delegação da União Europeia para S. Tomé e Príncipe, com sede em Libreville-Gabão, adiantou que os grandes objectivos do pacote financeiro serão redinamizar a economia, a criação de emprego, através do reforço das fileiras agrícolas de exportação, o que vai acontecer com a melhoria da produção sustentável nacional de culturas tradicionais de exportação, e a consolidação do acesso desses produtos ao mercado internacional.

No princípio de 2017, foi anunciado que o sistema das Nações Unidas em São Tomé e Príncipe, iria investir este ano mais de 13 milhões de dólares na implementação de projetos que permitem a melhoria da governação, a promoção da coesão social, o crescimento económico e a resiliência.

O Banco Mundial, anunciou o aumento de ajuda financeira de cerca de 75 milhões de dólares a São Tomé e Príncipe, cujo desbloqueamento será feito por *tranches* durante 3 anos, para financiar projetos nos sectores de energia, educação, transportes e na área de proteção ambiental. Esta decisão surge após esta instituição financeira internacional, ter dado a nota positiva a São Tomé e Príncipe, pelo desempenho financeiro nos últimos três anos, entre os quais a existência de uma relação muito produtiva com os setores são-tomenses que gerem os fundos colocados à disposição por esta instituição.

Já no último trimestre, O Banco Mundial voltou a manifestar a disponibilidade de conceder um donativo de cerca de 100 milhões de dólares a São Tomé e Príncipe para projectos infraestruturais, energia e apoio orçamental, nos próximos três anos. A representante desta instituição financeira, Clara Sousa, afirmou que o desbloqueamento será em forma de donativo, atendendo o comportamento macroeconómico são-tomense. Além de financiamento aos projetos infraestruturais do país, Clara Sousa citou ainda o sector da energia que passa pela construção de barragens hidroelétricas e por um sistema de distribuição da luz, bem como injeção no domínio social visando a redução da pobreza.

São Tomé e Príncipe e Emirados Árabes Unidos assinaram um acordo aéreo, visando a regulamentação dos voos da Emirates Airlines no espaço aéreo do arquipélago e realização de outras operações comerciais entre as companhias áreas dos dois países. Além da regulamentação dos voos da Emirates Airlines que passam pelo espaço aéreo são-tomense, o acordo prevê ainda a reciprocidade por parte das companhias são-tomenses, sobretudo STP-Airways, poderem usufruir dos espaços Árabes Unidos. Face ao anunciado projecto da modernização e o alargamento do aeroporto internacional de São Tomé e Príncipe, o acordo prevê numa segunda fase as operações de escala de voos da Emirates Airlines no território são-tomense.

Posteriormente, o primeiro-ministro são-tomense, Patrice Trovoada, deslocou-se ao Dubai, onde participou na conferência dos fundos soberanos e dos investimentos, sobretudo, para os países do continente africano. Patrice Trovoada afirmou que esta viagem visava também vários encontros com investidores, e que toda a luta de São Tomé e Príncipe vai no sentido de que os investimentos públicos sejam substituídos por investimentos privados, uma vez que o público tende a baixar nos últimos tempos.

### Mercado Monetário

Visando cobrir o défice de tesouraria, o Estado, através do Banco Central de São Tomé e Príncipe (BCSTP), emitiu por três vezes no mercado financeiro são-tomense, os Bilhetes de Tesouro, no valor de 150.000.000.000,00 (em 03/08/2017) para 6 meses, 50.000.000.000,00 (em 30/08/2017) para 6 meses e 160.000.000.000,00 (em 30/10/2017) para 1 ano. A taxa aplicada ao Bilhetes de Tesouro é 3% anual, e, o valor nominal de cada bilhete foi de 1.000.000,00 de dobras. Este mecanismo tem uma grande importância para a gestão de liquidez e de financiamento do défice fiscal, bem como, a diversificação de opções de aplicação de poupança dos agentes económicos. O sector bancário detinha sobre o Estado, até final de 2017, um total STD 360 Mil Milhões de dívida sob forma de Bilhetes de Tesouro.

Em finais de Junho de 2017, o BCSTP decidiu rever em baixa a taxa de juro de referência em vigor desde Janeiro de 2015 passando de 10% para 9%. Segundo o BCSTP, a redução da taxa vem em resultado do diferencial entre a taxa de juro activa e passiva que é excessivamente alto devido às elevadas taxas de juro activas praticadas pelos bancos, facto que condiciona o nível de intermediação financeira, com repercussão no investimento privado e no desempenho da actividade económica.

Como já foi dito no ano anterior, o BCSTP, irá proceder à reforma monetária da DOBRA no primeiro dia de Janeiro de 2018. A actual família da moeda são-tomense está em circulação há quase duas décadas, facto que comporta elevado risco ao país, tendo em conta a possibilidade de contrafação por um lado e por outro um perigo

para a saúde pública decorrente do desgaste considerável de boa parte das notas emitidas. Tem sido prática internacional a substituição de uma família de notas em cada 10 anos, dependendo da qualidade do material utilizado no seu fabrico. A nova família da DOBRA a ser emitida pelo BCSTP, terá seis novas denominações em notas e cinco novas denominações em moeda, todas elas com menos três dígitos.

As novas notas terão características de segurança inovadoras para coibir a contrafação, e a taxa de câmbio após a redenominação será de 24,50 dobras por 1 euro. O BCSTP deu início a uma ampla campanha de sensibilização para facilitar a transição e apoiar este plano de reforma monetária.

### Sector Bancário

Segundo o FMI, depois da anunciada falência do Banco Equador, de capital maioritário angolano, o governo são-tomense continua a monitorizar a liquidação deste banco com o objetivo de quantificar monetariamente os restantes ativos do banco e minimizar o custo orçamental. Após os atrasos causados pela greve no sistema judiciário, o liquidatário foi empossado em Setembro de 2017 e adotou mecanismos para dar início ao trabalho envolvido no processo de liquidação. Sob a jurisdição dos tribunais, o liquidatário utilizará o produto líquido da liquidação para o reembolso dos custos de encerramento do banco, de acordo com a gradação dos créditos.

O BCSTP continuará a reduzir as vulnerabilidades do sector bancário através da monitorização frequente e de uma supervisão melhorada. No relatório do FMI é relatado que o Banco Central realizou avaliações da qualidade dos activos que resultaram em correctas reclassificações e no aumento do nível de crédito malparado.

Dado os seus principais objectivos de promover a estabilidade financeira e a eficiência da intermediação financeira, o BCSTP tem estado a fazer um esforço intensivo e concertado para a aplicação de três importantes instrumentos, nomeadamente o Plano de Implementação para o Desenvolvimento do Setor



## ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO E FINANCEIRO

Financeiro (PIDSF), o Plano Estratégico do BCSTP e a Estratégia de Redução dos Créditos Malparados. Espera-se, assim, alcançar um nível adequado de desenvolvimento do setor financeiro para que ele contribua para o crescimento e o desenvolvimento do país.

Nesse contexto, o BCSTP irá intensificar a supervisão do sistema bancário com base no risco e acompanhar atentamente os bancos vulneráveis em busca de sinais de possível insolvência. Além disso, os esforços continuarão a orientar-se para a redução do nível elevado de créditos malparados no sector bancário. Espera-se ainda no âmbito das reformas preconizadas facilitar mecanismos, nomeadamente a venda ou a reestruturação de empréstimos e a monitorização de garantias através

do desenvolvimento do mercado, da reforma dos regimes de execução de dívidas e de insolvência, da introdução de resoluções extrajudiciais e da melhoria da capacidade dos bancos de monitorizar os créditos malparados e o risco de crédito dos clientes através de uma versão atualizada do sistema de registo de crédito.

Neste setor bancário, o excesso de liquidez é elevado e o crescimento de crédito permanece anémico. Segundo o FMI, a massa monetária diminuiu 4,4% em termos homólogos em Junho de 2017, o que reflete o menor volume de ativos externos líquidos, ao passo que o crédito à economia interna cresceu 3,6% ao longo do mesmo período. Daí a decisão tomada pelo BCSTP em reduzir a sua taxa de juro de referência de 10% para 9% para estimular a atividade económica.

| Dados do Sector |                      |                      | Quota de BISTP |       |
|-----------------|----------------------|----------------------|----------------|-------|
|                 | 2016                 | 2017                 | 2016           | 2017  |
| Crédito         | 1.589.084.504.474,80 | 1.512.501.654.645,94 | 49,9%          | 55,1% |
| Depósito        | 2.549.620.419.506,94 | 2.673.266.757.124,47 | 73,5%          | 72,0% |
| Fundos Próprios | 1.001.489.528.590,99 | 952.835.309.111,34   | 36,7%          | 38,0% |
| Ativo Total     | 4.435.400.766.951,34 | 3.999.901.637.565,15 | 51,9%          | 53,1% |
| Balcões         | 21                   | 21                   | 57,1%          | 57,1% |
| ATM             | 27                   | 32                   | 74,1%          | 75,0% |

Montantes em STD

Fonte: GPC

|                            | Rácios do Sector |          | Rácios do BISTP |          |
|----------------------------|------------------|----------|-----------------|----------|
|                            | 2016             | Jun.2017 | 2016            | Jun.2017 |
| Solvabilidade *            | 27,80%           | 30,10%   | 24,10%          | 22,11%   |
| Peso do crédito mal parado | 27,10%           | 26,00%   | 25,85%          | 24,78%   |
| ROE                        | -0,20%           | 1,80%    | 8,94%           | 5,48%    |
| Cost-to-income             | 81%              | 77%      | 72,7%           | 65,12%   |
| Liquidez Geral*            | 71%              | 61%      | 66,60%          | 62,40%   |

Fonte dos Rácios do Setor : [www.bcstp.st](http://www.bcstp.st)

Nível Regulamentar : Solvabilidade :  $\geq 12\%$  Liquidez Geral  $\geq 20\%$



5.

ESTRATÉGIA DE NEGÓCIO E  
PRESENÇA GEOGRÁFICA DO  
BISTP

### 5.1 Estratégia e Modelo de Negócio

Primeira instituição financeira do mercado santomense, tanto em termos de quota de mercado como em anos de atividade, o percurso do BISTP se confunde com as evoluções ocorridas no sector financeiro e na economia, o que, naturalmente, faz com que o Banco se demarque como um dos principais propulsores do sistema financeiro e um verdadeiro motor de apoio ao desenvolvimento económico e social, ao longo desses anos de atividade.

A reconhecida importância do papel que o Banco vem desempenhando na economia e na vida dos santomenses, e da responsabilidade acrescida, para que num futuro mais próximo, o Banco desencadeie mais ações potencializadoras de maior crescimento e diversificação da economia, com impactos mais diretos nas pequenas e médias empresas e na vida das pessoas, tem sido expressada de forma clara e inequívoca pelos acionistas e amplamente difundidas pela Comissão Executiva para todas as estruturas orgânica do Banco.

A formalização do BISTP, em Julho de 2017, como o **Banco Comercial e de Investimento**, destaca-se como uma transformação importante e necessária para dar continuidade às suas aspirações de se posicionar cada vez mais como o **Motor de Desenvolvimento Económico e Social de S. Tomé e Príncipe**. Com essa ampliação de licença de funcionamento, o Banco estará em condições de agregar mais valor ao seu modelo de negócio, através da realização de operações de maturidades mais dilatadas, abrindo possibilidade às empresas e às famílias de poderem realizar os seus projetos de investimento a médio e longo prazo.

Nesta perspetiva, o Banco no seu modelo de negócio continuará desenvolvendo a sua atividade de intermediação financeira oferecendo serviços financeiros universais orientados para o segmento de Particulares, Empresas e Instituições, sendo que para cada um destes segmentos o Banco tende a criar produtos financeiros que visam

atender necessidades de curto e médio prazo (mais numa ótica de Banca de Retalho) e às aspirações de longo prazo (assente numa ótica de Banca de Investimento).

Imbuído da importante missão de intermediação financeira, o Banco na implementação da sua estratégia comercial procurou chegar junto dos agentes económicos aforradores, pela melhoria, alargamento e promoção dos seus canais de distribuição, e dos agentes económicos, que procuram melhores condições de financiamento, através de uma comunicação mais direta e incisiva dos produtos e serviços financeiros do Banco, com particular destaque para o crédito a habitação.

A adoção duma estratégia comercial que tem privilegiado uma comunicação e ações de propaganda mais direta junto do público-alvo tem-se traduzido no aumento de número de clientes e operações, bem como do sentimento de confiança na marca BISTP.

O sucesso alcançado pelo banco no seu modelo e estratégia de negócio ao longo da sua atividade, e em 2017 em particular, resulta do grande profissionalismo e a qualidade do seu capital humano. O grupo de 164 colaboradores, que em 2017 não economizaram esforços para darem o seu contributo no engrandecimento deste projeto de sucesso que é o BISTP, apesar da sua heterogeneidade, comungam os valores de Profissionalismo, Rigor, Prudência e Transparência inscritos no ADN do Banco, que são responsáveis pelas evoluções positivas registadas ao nível de solidez financeira, liquidez, rentabilidade e pela notoriedade e confiança alcançada junto de todos os *stakeholders*.

A consolidação da posição de líder de mercado, o reforço contínuo da confiança depositada no Banco para garantir a perenidade do negócio tem passado, também, pela melhoria da qualidade dos serviços, melhoria de infraestruturas tecnológicas, melhoria e expansão das instalações físicas e virtuais, e capacitação dos recursos humanos.

Assim, ciente da importância da contínua elevação, aos melhores padrões internacionais de todo o conjunto de factores que concorrem para a perenidade do

## ESTRATÉGIA DE NEGÓCIO E PRESENÇA GEOGRÁFICA DO BISTP

negócio, o Banco, no ano de 2017, desencadeou ações que pudessem dar continuidade a busca de melhorias visando o alcance, do ponto de vista do cliente, de excelência ao nível **Comercial, Sistema de Informação, Modernização das Instalações e Recursos Humanos**.

- ❖ **Excelência na área Comercial:** Movidos por uma forte determinação de melhor servir os clientes, em termos de oferta de produtos e serviços ajustados à necessidade e capacidade financeira de cada segmento de clientes, as áreas comerciais privilegiaram uma estratégia de maior proximidade com os clientes para melhor auscultar e perceber as mutações que vão ocorrendo no mercado em termos de necessidade dos clientes. A maior aproximação e uma escuta mais atenta levou o banco a reajustar alguns dos seus produtos em termos de *pricing* e maturidade, assim como a sua estratégia de propaganda e comunicação, que passou a ser mais direcionada ao público-alvo. Com efeito deste ajuste em termos de abordagem comercial, foi possível lançar produtos em parcerias com empresas, assinar protocolos com instituições públicas e privadas geradoras de valor acrescentado para todas as partes concernentes.

O crescimento dos depósitos, e principalmente do crédito registado ao longo de 2017, reflete os efeitos positivos resultantes da força comercial do banco e da melhoria da qualidade dos serviços e produtos oferecidos.

Dando continuidade às ações de disseminação de uso de cartão de débito, à imagem de 2016, foi promovido uma campanha “Compra fácil, é com cartão”, com prémios aliciantes sorteados através dos recibos das compras feitas pelos clientes nas diferentes Casas comerciais, que abraçaram a campanha promovida pelo Banco.

- ❖ **Modernização e Expansão das Instalações:** O Banco na sua política de expansão e modernização, instalou 4 áreas automáticas, contendo cada uma uma ATM, sendo uma na capital e 3 fora da capital, garantindo a presença física em todos os distritos do país. A montagem dessas áreas visa levar o serviço bancário às populações que se encontram mais distantes da capital, favorecendo maior comodidade de acesso a

menor custo aos serviços, contribuindo assim para o aumento da bancarização da população e mesmo para a inclusão financeira nas áreas mais periféricas.

- ❖ **Recursos Humanos:** A conservação de uma equipa motivada, dinâmica, versátil, homogénea (dentro de uma heterogeneidade cada vez maior), capaz de adaptar-se rapidamente às mutações do mercado e às orientações estratégicas, continua sendo o grande desafio para o GRH. Para o alcance de uma equipa de profissionais de excelência e totalmente comprometidos com os objetivos estratégicos do Banco, o GRH tem vindo a melhorar de forma contínua os seus processos a vários níveis. Neste ano de 2017 foram realizadas 3 importantes ações de formação visando a melhoria do conhecimento dos colaboradores tanto no domínio do risco como do negócio, com significativo destaque para o Risco de Branqueamento de Capitais e Prevenção ao Financiamento do Terrorismo e para a Negociação Comercial.

Um dos objetivos centrais do plano de formação contínua, reside na vontade de dotar os Colaboradores de conhecimentos mais atuais e específicos, visando a melhoria do seu desempenho no cumprimento das suas atividades, alinhar as ações do Colaborador com os objetivos do Banco, e, permitir o desenvolvimento pessoal e profissional.

- ❖ **Sistema de Informação:** No que concerne aos Sistemas de Informação, em 2017, o Gabinete de Sistemas de Informação (GSI), além de implementar ajustes tecnológicos, também promoveu ações visando a redução de custos e aumento de produtividade.

A convicção que a geração de confiança e a satisfação do cliente é fundamental para o alcance dos objetivos de solidez, liquidez e rendibilidade, é partilhada por toda a estrutura do BISTP. Por essa razão, o Banco continuará fiel aos seus valores fundamentais (rigor, prudência, transparência e profissionalismo) e à persecução de “Excelência” nas suas diversas áreas, de forma a fortalecer cada vez mais a confiança dos diferentes atores económicos na marca BISTP e a melhorar o índice de satisfação dos clientes em cada relação estabelecida com o Banco.

### 5.2 Presença Geográfica e Canal de Distribuição

Atualmente presente fisicamente em todas as capitais distritais, com uma rede de 12 agências e 24 ATM e 89 POS, o BISTP procura ir cada vez mais longe, levando os seus serviços bancários cada vez mais próximo da população. A expansão da sua rede por todo o país, tornando o serviço bancário acessível a todos, e o aumento do nível de bancarização, é um objectivo e uma ambição que o BISTP mantém vivo.

No ano de 2017 o banco inaugurou 4 áreas automáticas, contendo cada uma no seu interior uma ATM, sendo 1 na cidade de Angolares (Distrito de Caué), 1 na cidade de Neves (Distrito de Lembá), 1 na cidade de Guadalupe (Distrito de Lobata) e 1 no Aeroporto (Distrito de Água - Grande). Com as atuais 12 agências e 24 ATM, o BISTP apresenta uma quota de mercado respetivamente de 57% e 75%.

Ao nível de TPA/POS's, o BISTP tem dado continuidade à renovação dos seus equipamentos, substituindo os POS's com fio por POS's sem fios (GPRS), com vista a melhorar a qualidade de comunicação e conferir maior eficiência nas transações, procurando assim poder aumentar o nível de penetração junto das casas comerciais, que em alguns casos, ainda se mostram relutantes quanto à utilização deste meio de pagamento.

O aumento do nível de “bancarização” da população é intrínseca à missão do banco, que é de promover a melhoria da situação económica e social dos santomenses, permitindo que a maioria da população possa beneficiar das vantagens que oferecem os serviços financeiros. A “bancarização” é um lema que continua a ser defendido e difundido pelo BISTP no processo de expansão do seu canal de distribuição pelo país. Com intuito de fomentar a bancarização da economia, criando condições para o favorecimento de uma maior inclusão financeira, levando o serviço financeiro às populações até agora excluídas do sistema e que não usufruem das vantagens dos serviços financeiros, o BISTP tem a ambição de paulatinamente ir alargando a sua presença geográfica para os restantes Distritos, pelo aumento de parque de ATM's, POS's e por via digital (*Internet-Banking*), sendo que estes vêm-se assumindo como um canal privilegiado no estabelecimento da relação imediata e

direta do cliente com o Banco, mas também pelo aumento, caso venha a justificar, de mais Agências.





6.

PRINCIPAIS ÁREAS DE NEGÓCIO  
DO BISTP EM 2017

### Banca de Retalho: Particulares

No ano de 2017, o segmento de Particulares ficou marcado por uma forte dinâmica de captação e retenção de clientes, que permitiu o crescimento do volume de crédito. Esta dinâmica foi conseguida através da construção de uma maior proximidade e informação prestada aos clientes, privilegiando comunicação mais direta, e de celebração de parcerias com casas comerciais e protocolos com empresas e instituições.

A força comercial imprimida pela DPA (Direção de Particulares e Agências) em conjunto com a DEM (Direção de Empresas), manteve a estratégia de captação e de retenção de clientes com potencial de negócios com vantagens estratégicas para o Banco, disponibilizando para estes clientes soluções de financiamento e serviços apelativos.

Neste contexto, o segmento de particulares conheceu um crescimento na ordem de 7% no volume de crédito, passando a ter um peso de 51,80% sobre o crédito global do banco, contra 53,54% em 2016, sendo que esta redução de peso de 1,74 pontos percentuais resulta de um maior crescimento do crédito às empresas e instituições.

A carteira de depósitos para este segmento, conheceu uma evolução negativa tendo contraído em -7,78%, fazendo com que o seu peso no total da carteira de depósitos (depósitos à ordem e a prazo) caísse para 49,3%, sendo um recuo em 5,6 pontos percentuais face a 2016.

Não obstante a redução do peso dos clientes particulares no volume de crédito e depósitos, com um peso combinado (Créditos e Depósitos) de 50% sobre o total da

carteira de crédito e depósitos do banco, este segmento tem uma importância significativa na atividade e na estratégia do banco.

Assim, não obstante as já evocadas contrariedades da conjuntura económica nacional e do sector financeiro em específico, intensificou-se as ações que visam melhorar o conhecimento sobre os clientes e o nível de satisfação das nossas soluções financeiras. Neste sentido as áreas comerciais realizaram várias visitas visando a auscultação, prospeção de novas possibilidades de negócios e a divulgação de forma mais direta dos produtos e serviços do banco. Em resultado desta abordagem mais direta e incisiva, foi possível identificar necessidades de reajuste dos produtos em termos de *pricing*, maturidades e montantes, de modo a atender de forma mais satisfatória as exigências dos diferentes perfis de clientes dentro deste segmento. Em consequência destes ajustes, também foi possível estabelecer protocolos com diversas instituições e empresas, com condições mais apelativas para os clientes e não clientes com vínculo laboral com essas entidades, o que tem permitido captar e fidelizar clientes.

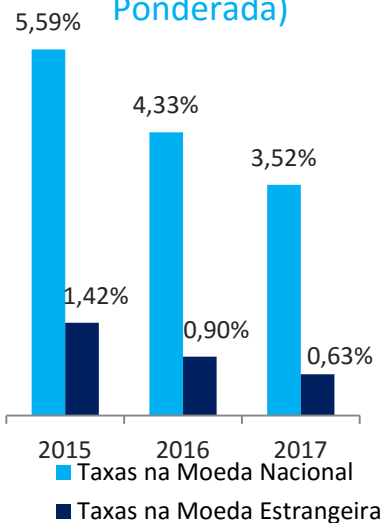
A evolução do crédito reflete o efeito da dinâmica do Banco neste ano.

### Depósitos

O estado de fragilidade que o sector financeiro nacional ainda apresenta, tendo a falência do Banco Equador como o ápice de confirmação desta fragilidade, alimenta alguma incerteza e receio dos agentes económicos relativamente à solidez do sector financeiro e à segurança dos depósitos. O aumento do custo de vida registado nesse ano, também concorreu para uma menor propensão à poupança.

A redução dos depósitos de clientes, neste segmento, também é resultado da política de revisão em baixa das taxas de remuneração dos depósitos a prazo, adotada perante uma situação de excesso de liquidez, no caso da moeda nacional, e possibilidades reduzidas para a melhor rentabilização da mesma.

### Taxa de Captação (Média Ponderada)



|                          | Carteira de Depósitos de Clientes (Expressos em STD) |                      |                    | Variação |          |
|--------------------------|------------------------------------------------------|----------------------|--------------------|----------|----------|
|                          | 2015                                                 | 2016                 | 2017               | 16.Vs.15 | 17.Vs.16 |
| <b>Depósitos a Ordem</b> | 696.376.934.399,20                                   | 705.129.706.548,32   | 634.655.094.103,10 | 1,26%    | -9,99%   |
| <b>Depósitos a Prazo</b> | 401.117.432.067,10                                   | 323.233.810.552,58   | 313.697.763.020,50 | -19,42%  | -2,95%   |
| <b>Total</b>             | 1.097.494.366.466,30                                 | 1.028.363.517.100,90 | 948.352.857.123,60 | -6,30%   | -7,78%   |

Assim, nota-se que os de depósitos neste segmento fixaram-se em MSTD 948.352, traduzindo-se numa queda de MSTD -80.010 face a 2016, ou seja -7,78%.

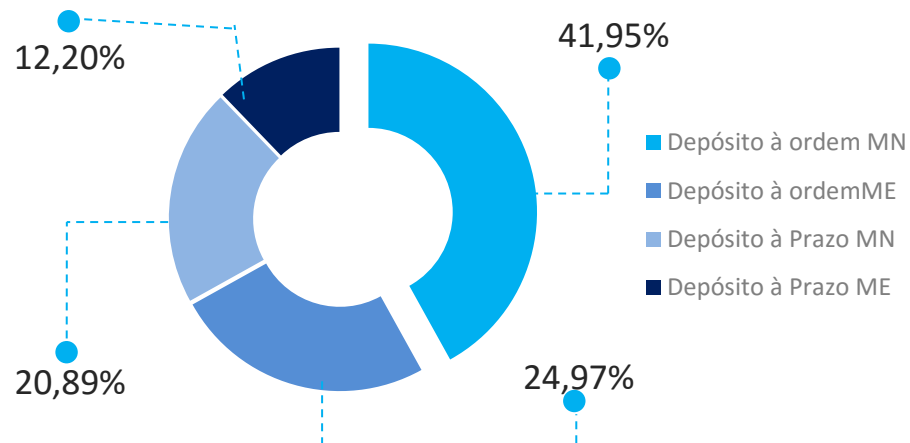
A queda de depósitos neste segmento foi mais importante nos depósitos à ordem (-9,99%) face a 2016, mas ainda assim os depósitos à ordem têm um peso de 66,92% no total dos depósitos neste segmento, contra 33,08% dos depósitos a prazo.

Relativamente aos depósitos a prazo, verifica-se que a redução da taxa de captação em 2016 na ordem de -22,54%, quando comparado com 2015, poderá explicar, em parte, a redução dos depósitos a prazo, no mesmo período, na ordem de -19,42%.

Porém a mesma relação já não se verificou na redução na ordem de -18,62% em 2017, visto que a carteira dos depósitos a prazo registou uma ligeira queda (-2,95%), quando comparado com 2016, evidenciando menor volatilidade da carteira de depósitos a prazo e podendo corresponder a clientes cujo perfil privilegia a segurança dos seus depósitos.

No que toca à composição dos depósitos por natureza de moeda, salienta-se a existência de uma maior predominância de depósitos em moeda nacional (62,82% do total dos depósitos) face ao depósito em moeda estrangeira (37,16%).

### Peso dos depósitos por natureza de moeda



A captação e fidelização de novos depósitos, em particular deste segmento, que aparenta ser mais estável, tem sido o foco do BISTP, nas suas ações comerciais e de *marketing*. Todavia, um acompanhamento da evolução das taxas de remuneração dos depósitos com vista à obtenção de *funding* com custo mais ajustado à capacidade de rentabilização dos mesmos no mercado, estará no centro da estratégia de captação e retenção dos depósitos.

### Crédito

O volume da carteira de crédito neste segmento, em 2017, conheceu uma expansão na ordem de 7,0% face a 2016, correspondendo a um crescimento em termos absolutos de + MSTD 29.503.

## PRINCIPAIS ÁREAS DE NEGÓCIO DO BISTP EM 2017

| Carteira de Crédito           |          |                 |          |                 |       |                 |          |          |        |          |
|-------------------------------|----------|-----------------|----------|-----------------|-------|-----------------|----------|----------|--------|----------|
| Carteira de Crédito           | 2015     |                 | 2016     |                 | 2017  |                 | Variação |          |        |          |
|                               | 16 Vs.15 |                 | 17 Vs.16 |                 |       |                 |          |          |        |          |
|                               | Nº       | Montante        | Nº       | Montante        | Nº    | Montante        | Nº       | Montante | Nº     | Montante |
| Crédito Regular               | 3.492    | 355.372.280.912 | 4.695    | 346.217.501.544 | 5.029 | 372.636.158.090 | 34,5%    | -2,6%    | 7,1%   | 7,6%     |
| Crédito Irregular             | 91       | 57.225.626.159  | 109      | 74.583.396.678  | 129   | 76.985.623.546  | 19,8%    | 30,3%    | 18,3%  | 3,2%     |
| Descobertos                   | 719      | 550.638.645     | 1.232    | 889.419.082     | 915   | 572.195.052     | 71,3%    | 61,5%    | -25,7% | 76,8%    |
| Total da Carteira de Créditos | 4.302    | 413.148.545.716 | 6.036    | 421.690.317.305 | 6.073 | 451.193.976.688 | 40,3%    | 2,1%     | 0,6%   | 7,0%     |

Montantes em STD

O crescimento da carteira neste segmento foi sustentado pelo crescimento do crédito em situação regular que conheceu uma expansão de 7,6%, face a 2016, sendo que o crédito ao consumo e outros créditos a particulares que mais contribuíram para este crescimento, registaram uma variação de 21,4% e 15,2% respetivamente. Os produtos de crédito, como o “Salário Mais” e produtos de crédito criados em parcerias com empresas como “HBmais” e “Ecomais”, favoreceram o crescimento do crédito, em resultado do *pricing* mais atrativo, celeridade e simplicidade na sua subscrição. Esta evolução reflete a abordagem mais incisiva feita pela força comercial do banco ao longo de 2017.



## PRINCIPAIS ÁREAS DE NEGÓCIO DO BISTP EM 2017

| Carteira de Crédito -Regular |               |                 |  |       |                 |       |                 | Variação |          |          |          |
|------------------------------|---------------|-----------------|--|-------|-----------------|-------|-----------------|----------|----------|----------|----------|
| 2015                         |               |                 |  | 2016  |                 | 2017  |                 | 16 Vs.15 |          | 17 Vs.16 |          |
| Crédito Regular              | Nº            | Montante        |  | Nº    | Montante        | Nº    | Montante        | Nº       | Montante | Nº       | Montante |
| Habitação                    | c/ 160        | 133.041.994.351 |  | 153   | 121.011.659.391 | 149   | 111.972.907.408 | -4,4%    | -9,0%    | -2,6%    | -7,5%    |
| Garantia Hipotec.            |               |                 |  |       |                 |       |                 |          |          |          |          |
| Consumo                      | 945           | 49.410.269.670  |  | 2.239 | 69.791.480.663  | 2.674 | 84.759.137.807  | 136,9%   | 41,2%    | 19,4%    | 21,4%    |
| Automóvel                    | 39            | 6.652.831.130   |  | 26    | 4.652.614.049   | 14    | 2.349.313.312   | -33,3%   | -30,1%   | -46,2%   | -49,5%   |
| Saúde                        | -             | -               |  | 10    | 878.315.751     | 12    | 876.242.796     | -        | -        | 20,0%    | -0,2%    |
| Outros a particulares        | 2.348         | 166.267.185.762 |  | 2.267 | 149.883.431.690 | 2.180 | 172.678.556.767 | -3,4%    | -9,9%    | -3,8%    | 15,2%    |
| Total Regular                | Crédito 3.492 | 355.372.280.912 |  | 4.695 | 346.217.501.544 | 5.029 | 372.636.158.090 | 34,5%    | -2,6%    | 7,1%     | 7,6%     |

Montantes em STD

A dificuldade relacionada com a obtenção e legalização de terrenos por parte de pessoas singulares tem concorrido para a evolução não satisfatória do crédito à habitação, apesar das melhorias feitas ao produto em termos de *pricing* e prazos para melhor se ajustar à necessidade dos clientes. Apesar do número de novos pedidos de crédito a habitação ainda estar abaixo das expetativas, espera-se que com o aumento do nível de comunicação poderá ser possível ir aumentando o volume de deste crédito.

Apesar das ações realizadas visando o acompanhamento e recuperação dos créditos quando estes estão em incumprimento, a deterioração da situação financeira das

famílias e pequenos negócios, resultante de uma conjuntura económica adversa, concorreram para o aumento do crédito com atrasos por mais de 90 dias. Os esforços desencadeados pelo Gabinete de Recuperação de Crédito em estreita cooperação com o Gabinete Jurídico, e pela via de acordos extra-judiciais, resultaram na recuperação parcial de alguns créditos que estão em contencioso, havendo prespetiva de se poder continuar a recuperar gradualmente estes créditos no futuro. Ainda assim, importa salientar que a dificuldade de resolução em tempo útil dos processos de crédito mal parado que se encontram ao nível dos tribunais, não favorece um melhor nível de recuperação.

## PRINCIPAIS ÁREAS DE NEGÓCIO DO BISTP EM 2017

| Carteira Crédito Irregular                        |  |           |                          |            |                          |            |                          |              |              | Variação      |               |
|---------------------------------------------------|--|-----------|--------------------------|------------|--------------------------|------------|--------------------------|--------------|--------------|---------------|---------------|
|                                                   |  | 2015      |                          | 2016       |                          | 2017       |                          | 16 Vs.15     |              | 17 Vs.16      |               |
| Crédito Irregular                                 |  | Nº        | Montante                 | Nº         | Montante                 | Nº         | Montante                 | Nº           | Montante     | Nº            | Montante      |
| <b>Com atrasos &gt; 90 dias</b>                   |  |           |                          |            |                          |            |                          |              |              |               |               |
| Habitação com Garantia                            |  | 8         | 5.252.168.677,51         | 12         | 13.562.326.514,08        | 18         | 18.947.521.332,52        | 50,0%        | 158,2%       | 50,0%         | 39,7%         |
| Hipotecária                                       |  |           |                          |            |                          |            |                          |              |              |               |               |
| Consumo                                           |  | 10        | 649.717.256,85           | 20         | 994.875.621,66           | 3          | 1.339.220.024,16         | 100,0%       | 53,1%        | -85,0%        | 34,6%         |
| Automóvel                                         |  | 1         | 14.588.763,50            | 1          | 216.988.727,97           | 37         | 844.240.483,36           | 0,0%         | 1387,4%      | 3600%         | 289,1%        |
| Outros                                            |  | 31        | 27.901.183.695,93        | 28         | 21.368.744.105,53        | 32         | 27.596.273.398,81        | -9,7%        | -23,4%       | 14,3%         | 29,1%         |
| <b>Total de créditos com atrasos &gt; 90 dias</b> |  | <b>50</b> | <b>33.817.658.393,79</b> | <b>61</b>  | <b>36.142.934.969,24</b> | <b>90</b>  | <b>48.727.255.238,85</b> | <b>22,0%</b> | <b>6,9%</b>  | <b>47,5%</b>  | <b>34,8%</b>  |
| <b>Contencioso</b>                                |  |           |                          |            |                          |            |                          |              |              |               |               |
| Habitação com Garantia                            |  | 4         | 2.758.558.012,00         | 9          | 6.452.611.494,78         | 5          | 5.421.037.357,82         | 125,0%       | 133,9%       | -44,4%        | -16,0%        |
| Hipotecária                                       |  |           |                          |            |                          |            |                          |              |              |               |               |
| Consumo                                           |  | 9         | 6.323.962.514,90         | 11         | 4.201.571.069,24         | 10         | 3.467.583.456,17         | 22,2%        | -33,6%       | -9,1%         | -17,5%        |
| Outros                                            |  | 28        | 14.325.447.238,05        | 28         | 27.786.279.144,75        | 24         | 19.369.747.493,29        | 0,0%         | 94,0%        | -14,3%        | -30,3%        |
| <b>Total de créditos em contencioso</b>           |  | <b>41</b> | <b>23.407.967.764,95</b> | <b>48</b>  | <b>38.440.461.708,77</b> | <b>39</b>  | <b>28.258.368.307,28</b> | <b>17,1%</b> | <b>64,2%</b> | <b>-18,8%</b> | <b>-26,5%</b> |
| <b>Total Crédito Irregular</b>                    |  | <b>91</b> | <b>57.225.626.158,74</b> | <b>109</b> | <b>74.583.396.678,01</b> | <b>129</b> | <b>76.985.623.546,12</b> | <b>19,8%</b> | <b>30,3%</b> | <b>18,3%</b>  | <b>3,2%</b>   |

Montantes em STD

## PRINCIPAIS ÁREAS DE NEGÓCIO DO BISTP EM 2017

Da análise da evolução da qualidade do crédito neste segmento destacam-se os seguintes aspetos:

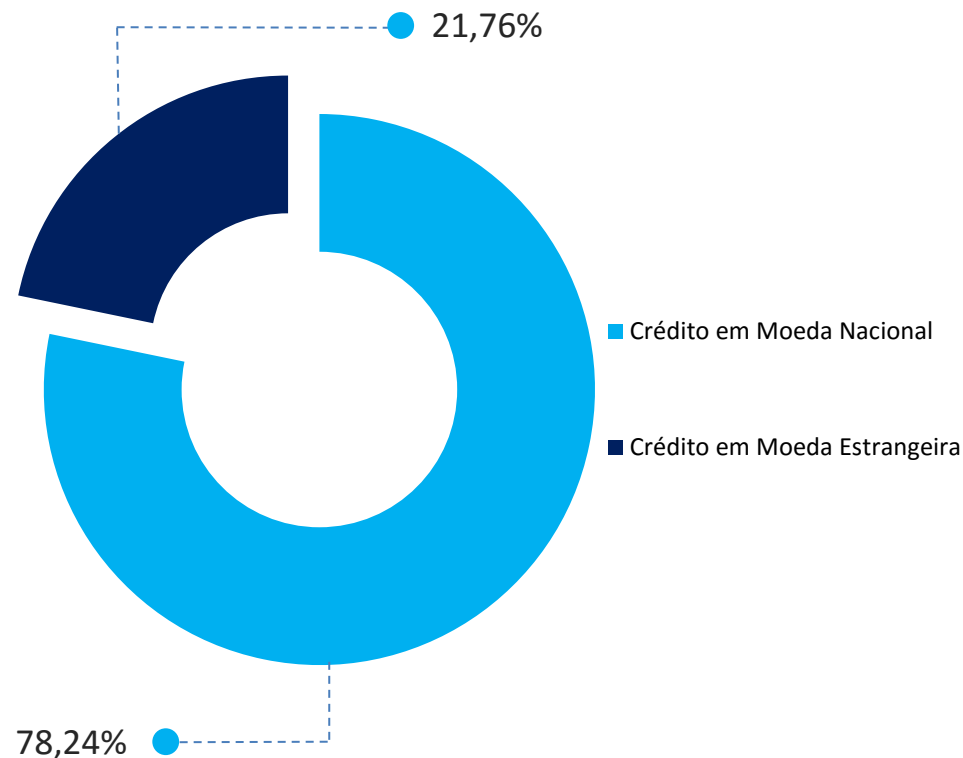
(a) Redução ligeira da cobertura do crédito total (Regular e Irregular) pela provisão, neste segmento, situando-se em 15,6% (Dezembro 2016: 18,3%), justificado pela redução das provisões para riscos gerais de crédito de 3,25% para 2%.

(b) O crédito em atraso a mais de 90 dias fixou-se em MSTD 48.727, contra MSTD 36.142 em 2016, ou seja um aumento de 34,8%, ao passo que o crédito em contencioso caiu em -26,5%, tendo passado de MSTD 38.440 para MSTD 28.258. A redução de crédito em contencioso por via de recuperações, que comportam uma taxa de provisão máxima (100%), contribuiu para a redução da cobertura de crédito irregular pela provisão para cobrança duvidosa, tendo passado de 87% em 2016 para 80%;

Apesar de se registar uma redução do rácio de cobertura de provisão, em particular, de provisão para cobrança duvidosa sobre crédito irregular, o Banco tem pautado por critérios de rigor e prudência nesta matéria o que tem permitido que a cobertura das provisões se situe em níveis bastante confortáveis em todos os segmentos da carteira de crédito do BISTP.

Relativamente à evolução de crédito por natureza de moeda, a estratégia continua sendo a de ajustar a moeda em que o financiamento é concedido ao cliente à moeda de rendimento do cliente. Como o essencial do rendimento dos clientes é na moeda local, tem-se registado um maior peso do crédito na moeda local em detrimento da moeda estrangeira.

### Peso dos créditos por natureza de moeda



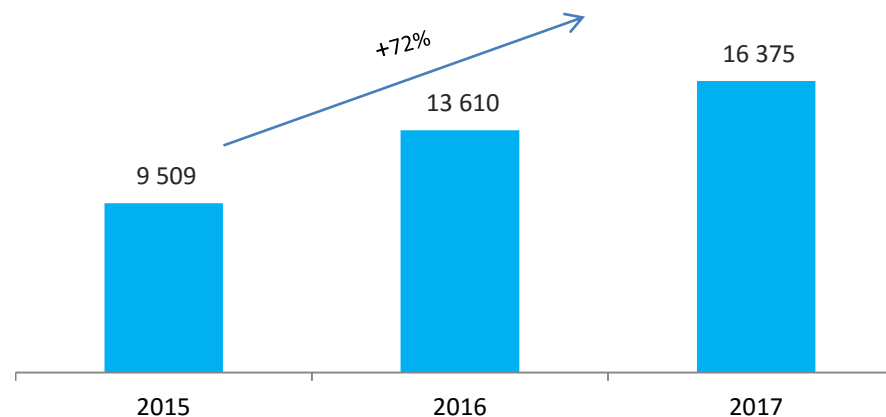
### Cartão de Débito e *e-banking* (Kwa-Non)

No âmbito da política de massificação de cartões de débito “Dobra 24”, o Banco continua promovendo a venda cruzada do cartão com operação de crédito, ou seja a venda de um crédito pressupõe a colocação de um cartão de débito. Em resultado da venda cruzada, tem sido possível aumentar o nível de penetração dos cartões junto dos clientes. Ainda no que concerne à promoção visando o maior uso dos cartões, à imagem de 2016, o Banco lançou no mês de Dezembro uma campanha “ Compra Fácil, é com cartão” de incentivo ao uso de cartões de débitos nas compras, tendo-se registado nesta ocasião um crescimento significativo de transações com cartões realizadas nos POS.

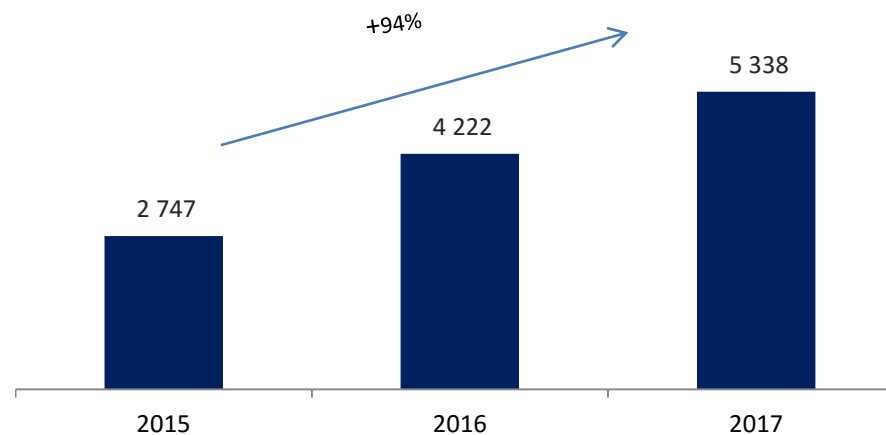
Além deste serviço oferecer maior comodidade ao cliente, permitirá ao Banco reduzir o atual nível elevado de afluência dos clientes ao balcão para realizarem operações de levantamento, transferências e consultas de saldos e movimentos nas contas.

Para continuar a responder à procura cada vez mais crescente dos meios de pagamento automático (ATM e TPA/POS), em resultado de aumento de número de cartões por parte dos clientes deste segmento, o BISTP aumentou o número de máquinas ATM e tem estado a trocar os seus POS com fio pelos POS sem fio (GPRS) que têm melhor qualidade de comunicação. Além disso, tem promovido ações visando maior penetração do e-banking junto dos clientes.

#### Evolução do Cartão de Débito



#### Contratos de E-banking- "Kwa-Non"



## 6.1 Banca Corporativa: Empresas e Instituições

As dificuldades financeiras sentidas, em particular pelo sector privado nacional, têm condicionado a capacidade do mesmo em recorrer aos bancos para investir na modernização e expansão. Avançando num sentido inverso estão as empresas e instituições públicas de gestão autónoma, que têm reforçado os investimentos na modernização e na melhoria de qualidade dos seus serviços.

Sendo o sector empresarial ainda muito incipiente, dispondo de potencial de crescimento, o BISTP, em 2017, deu sequência à orientação estratégica de afirmação da sua liderança neste segmento, através de encarteiramento e de um acompanhamento personalizado dos clientes, assegurado pelos gestores, que tentam estabelecer, através de uma abordagem integrada das necessidades empresariais e particulares dos seus clientes, uma relação positiva e duradoura entre o banco e o cliente.

O segmento **Empresas e Instituições** tinha um peso respetivamente de 48,2% e 50,6% do total da carteira de crédito e de depósito em 2017.

### Depósitos

O volume de depósitos para este segmento conheceu em 2017 um crescimento na ordem de 15,46%, representando um incremento de + MSTD 130.511, sustentado pelo crescimento em 21,73% dos depósitos à ordem.

Os depósitos a prazo registaram pelo contrário uma queda na ordem de -78,74%, justificado pelo vencimento de depósitos a prazo ocorrido em Dezembro e a passagem automática para depósitos à ordem. Daí, o peso dos depósitos a prazo neste segmento passou de 6,24% em 2016 para 1,15% em 2017, evidenciando muita concentração e pouca estabilidade dos depósitos a prazo neste segmento.

No que se refere à composição dos depósitos por natureza de moeda, nota-se que os depósitos em moeda nacional representam 69,83% do total dos depósitos, contra 64,6% em 2016.

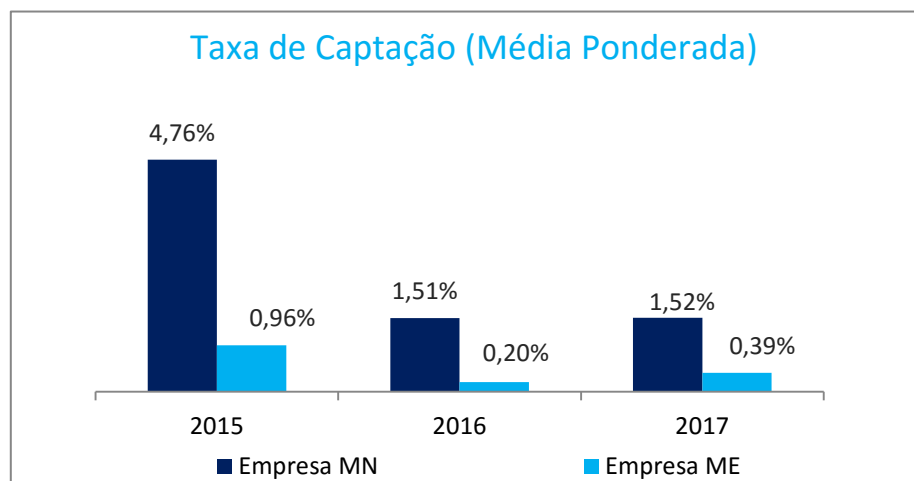
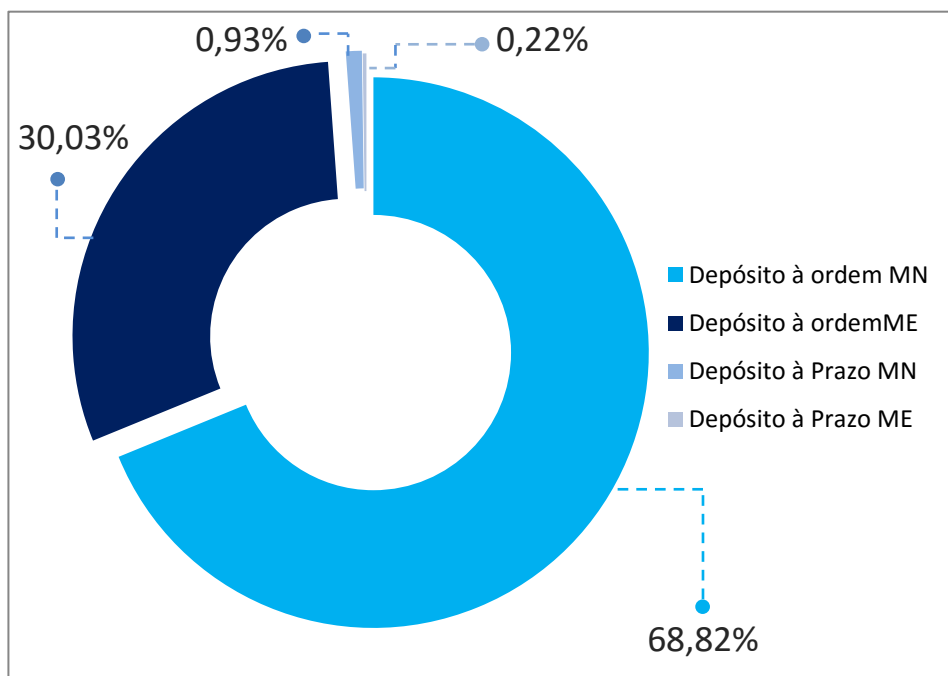


## PRINCIPAIS ÁREAS DE NEGÓCIO DO BISTP EM 2017

### Segmentação de depósitos por tipo

| Carteira de Depósitos de Clientes (Valores expressos em STD) |                    |                    |                    | Variação |          |
|--------------------------------------------------------------|--------------------|--------------------|--------------------|----------|----------|
| Tipo de Depósitos (Carteira)                                 | 2015               | 2016               | 2017               | 16.Vs.15 | 17.Vs.16 |
| Depósitos a Ordem                                            | 776.186.884.945,57 | 791.663.152.803,65 | 963.680.080.107,36 | 1,99%    | 21,73%   |
| Depósitos a Prazo                                            | 33.364.596.044,76  | 52.714.617.139,55  | 11.208.850.133,44  | 58,00%   | -78,74%  |
| Total de Depósitos de Clientes                               | 809.551.480.990,33 | 844.377.769.943,20 | 974.888.930.240,80 | 4,30%    | 15,46%   |

### Peso dos depósitos por natureza de moeda



As taxas de captação têm vindo a cair para este segmento, ajustando-se à situação de excesso de liquidez no mercado e reduzido escopo de alternativas para rentabilizar esses recursos a risco reduzido. Os depósitos a prazo deste segmento são mais voláteis e tendem, geralmente, procurar melhores rentabilidades.

## PRINCIPAIS ÁREAS DE NEGÓCIO DO BISTP EM 2017

### Crédito

Em termos gerais o crédito à economia conheceu crescimento de 14,72%, o que em termos absolutos representa um crescimento de MSTD 53.886. Esta evolução vem evidenciar que, apesar da conjuntura adversa, o BISTP tem dado uma atenção

particular a este segmento, procurando soluções de financiamento mais adequadas ao contexto económico de um modo geral e à situação de cada empresa, em particular.

| Carteira de Crédito                  | 2015       |                        | 2016       |                        | 2017       |                        | Variação |          |          |          |
|--------------------------------------|------------|------------------------|------------|------------------------|------------|------------------------|----------|----------|----------|----------|
|                                      | Nº         | Montante               | Nº         | Montante               | Nº         | Montante               | 16 Vs.15 |          | 17 Vs.16 |          |
|                                      |            |                        |            |                        |            |                        | Nº       | Montante | Nº       | Montante |
| Crédito Regular                      | 98         | 271.652.903.486        | 99         | 199.803.574.064        | 99         | 210.764.595.771        | 1,0%     | -26,4%   | 0,0%     | 5,5%     |
| Crédito Irregular                    | 24         | 90.215.167.571         | 38         | 129.674.138.015        | 35         | 139.974.544.068        | 58,3%    | 43,7%    | -7,9%    | 7,9%     |
| Descobertos                          | 32         | 8.967.350.865          | 37         | 36.516.212.090         | 37         | 69.140.103.992         | 15,6%    | 307,2%   | 0,0%     | 89,3%    |
| <b>Total da Carteira de Créditos</b> | <b>154</b> | <b>370.835.421.922</b> | <b>174</b> | <b>365.993.924.169</b> | <b>171</b> | <b>419.879.243.831</b> | 13,0%    | -1,3%    | -1,7%    | 14,72%   |

Montantes em STD

## PRINCIPAIS ÁREAS DE NEGÓCIO DO BISTP EM 2017

| Carteira de Crédito - Regular                                       |           |                        |           |                        |           |                        | Variação    |               |             |             |
|---------------------------------------------------------------------|-----------|------------------------|-----------|------------------------|-----------|------------------------|-------------|---------------|-------------|-------------|
| Carteira de Crédito                                                 | 2015      |                        | 2016      |                        | 2017      |                        | 16 Vs.15    |               | 17 Vs.16    |             |
| Crédito Regular                                                     | Nº        | Montante               | Nº        | Montante               | Nº        | Montante               | Nº          | Montante      | Nº          | Montante    |
| Comércio                                                            | 52        | 125.676.758.441        | 49        | 67.821.575.340         | 43        | 53.631.664.693         | -5,8%       | -46,0%        | -12,2%      | -21,1%      |
| Construção                                                          | 10        | 41.648.759.662         | 10        | 48.766.362.196         | 14        | 25.717.067.533         | 0,0%        | 17,1%         | 40,0%       | -47,3%      |
| Serviços                                                            | 26        | 25.378.772.071         | 31        | 18.948.153.854         | 34        | 58.088.568.648         | 19,2%       | -25,3%        | 6,5%        | -21,6%      |
| Agricultura                                                         | 3         | 4.781.676.603          | 3         | 3.329.874.860          | 3         | 3.698.997.332          | 0           | -30,4%        | 0,0%        | 11,1%       |
| Outros (Empresas, instituições Públicas e Outras empresas privadas) | 7         | 74.166.936.710         | 6         | 60.937.607.814         | 5         | 69.628.297.566         | 0,0%        | -17,8%        | -14,3%      | 85,2%       |
| <b>Total Crédito Regular</b>                                        | <b>98</b> | <b>271.652.903.486</b> | <b>99</b> | <b>199.803.574.064</b> | <b>99</b> | <b>210.764.595.771</b> | <b>1,0%</b> | <b>-26,4%</b> | <b>0,0%</b> | <b>5,5%</b> |

Montantes em STD

O crédito regular neste segmento conheceu um crescimento na ordem 5,5%, sustentado, essencialmente, pelos créditos concedidos às empresas e instituições públicas.

O crédito ao sector agrícola, em particular às empresas de exportação de cacau, conheceu um crescimento, consequência de melhorias de preço no mercado internacional.

O crédito ao comércio, serviços e construção, que detém maior peso neste segmento, registou uma variação negativa, resultado de um mercado pouco animador em termos de dinâmica económica e marcado por aumento de taxas aduaneiras que têm pesado sobre o volume de importação e faturação das empresas, daí explica-se, em parte, a pouca predisposição financeira das empresas para se endividarem junto da banca.

## PRINCIPAIS ÁREAS DE NEGÓCIO DO BISTP EM 2017

| Crédito Irregular                                 | Carteira de Crédito - Irregular |                       |           |                        |           |                        | Variação |          |        |          |
|---------------------------------------------------|---------------------------------|-----------------------|-----------|------------------------|-----------|------------------------|----------|----------|--------|----------|
|                                                   | 2015                            |                       | 2016      |                        | 2017      |                        |          |          |        |          |
|                                                   | Nº                              | Montante              | Nº        | Montante               | Nº        | Montante               | Nº       | Montante | Nº     | Montante |
| <b>Com atrasos &gt; 90 dias</b>                   |                                 |                       |           |                        |           |                        |          |          |        |          |
| Comércio                                          | 2                               | 32.732.746.805        | 11        | 48.200.922.864         | 5         | 15.373.407.042         | 450,0%   | 47,3%    | -54,5% | -68,1%   |
| Construção                                        | 2                               | 5.114.243.865         | 4         | 3.789.721.720          | 2         | 1.344.388.501          | 100,0%   | -25,9%   | -50,0% | -64,5%   |
| Serviços                                          | 1                               | 2.209.024.802         | 2         | 2.522.538.614          | 3         | 2.084.787.920          | 100,0%   | 14,2%    | 50,0%  | -17,4%   |
| Agricultura                                       | 3                               | 921.330.534           | 3         | 1.352.687.130          | 1         | 1.341.929.562          | 0        | 46,8%    | -66,7% | -0,8%    |
| Outros                                            | 1                               | 379.217.808           |           |                        |           |                        |          |          |        |          |
| <b>Total de créditos com atrasos &gt; 90 dias</b> | <b>9</b>                        | <b>41.356.563.813</b> | <b>20</b> | <b>55.865.870.329</b>  | <b>11</b> | <b>20.144.513.025</b>  | 122,2%   | 35,1%    | -45,0% | -63,9%   |
| <b>Contencioso</b>                                |                                 |                       |           |                        |           |                        |          |          |        |          |
| Comércio                                          | 9                               | 16.351.286.485        | 11        | 39.396.866.534         | 14        | 81.758.665.604         | 22,2%    | 140,9%   | 27,3%  | 107,5%   |
| Construção                                        | 2                               | 22.251.043.558        | 2         | 23.013.828.741         | 3         | 23.523.756.153         | 0,0%     | 3,4%     | 50,0%  | 2,2%     |
| Serviços                                          | 2                               | 2.146.759.482         | 2         | 826.804.393            | 4         | 3.880.016.841          | 0,0%     | -61,5%   | 100,0% | 369,3%   |
| Outros                                            | 2                               | 8.109.514.233         | 3         | 10.570.768.019         | 3         | 10.667.592.445         | 50,0%    | 30,4%    | 0,0%   | 0,9%     |
| <b>Total de créditos em contencioso</b>           | <b>15</b>                       | <b>48.858.603.758</b> | <b>18</b> | <b>73.808.267.687</b>  | <b>24</b> | <b>119.830.031.043</b> | 20,0%    | 51,1%    | 33,3%  | 62,4%    |
| <b>Total Crédito Irregular</b>                    | <b>24</b>                       | <b>90.215.167.571</b> | <b>38</b> | <b>129.674.138.015</b> | <b>35</b> | <b>139.974.544.068</b> | 58,3%    | 43,7%    | -7,9%  | 7,9%     |

Montantes em STD

## PRINCIPAIS ÁREAS DE NEGÓCIO DO BISTP EM 2017

O crédito irregular conheceu em 2017 um crescimento moderado (+7,9%), quando comparado com o crescimento registado em 2016 (+43,7%). Este crescimento foi essencialmente sustentado pela deterioração dos créditos às empresas que operam no ramo do comércio, que transitaram da situação de créditos com atraso para créditos em contencioso, fazendo com que o contencioso crescesse em 62,4% contra uma redução, do crédito em atraso por mais de 90 dias, em -63,9%. O elevado número de empresas operando neste sector, associado à elevação dos custos aduaneiros e ao fraco poder de compra da população, podem justificar a deterioração financeira de algumas empresas comerciais.

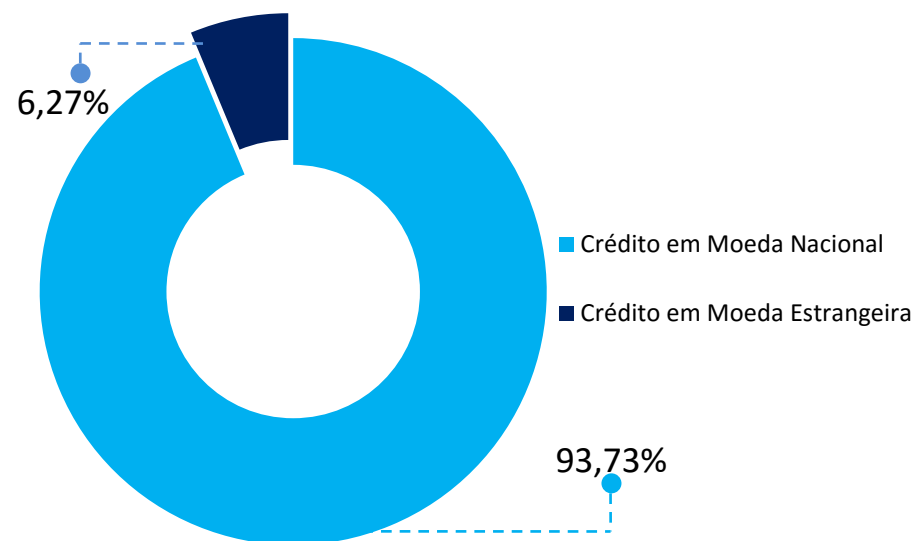
No tocante à qualidade da carteira, salienta-se que apesar dos esforços investidos num melhor acompanhamento e recuperação de crédito, as condições do mercado (fraca atividade económica) e judiciais (excesso de morosidade no tratamento judicial dos contenciosos) não permitiram uma redução desejada do crédito em situação irregular, em particular dos créditos em contencioso. Assim, o peso do crédito irregular sobre o total de crédito neste segmento ainda é elevado (33,35%), embora inferior ao peso registado em 2016 (35,43%).

A deterioração da carteira de crédito neste segmento levou ao reforço de provisão para os créditos irregulares em MSTD 23.338, passando de MSTD 108.326, em 2016 para MSTD 132.488, em 2017, o que representa uma variação na ordem de 22,30%. As provisões constituídas para os créditos de cobrança duvidosa cobrem em 94,7% o total de crédito em situação irregular, evidenciando a prudência do banco na sua política de risco de crédito.

No tocante à composição de crédito por moeda, nota-se que em 2017, o crédito em moeda nacional tinha um peso de 93,7% contra 91,8% em 2016.

Esta clara ascendência na concessão de crédito em moeda nacional resulta da vontade do BISTP em fortalecer a confiança dos agentes económicos na moeda nacional, relacionar a moeda em que os financiamentos são concedidos com a moeda dos rendimentos dos clientes, mas, também, para reduzir a exposição do banco às flutuações das taxas indexantes (Euribor e Libor).

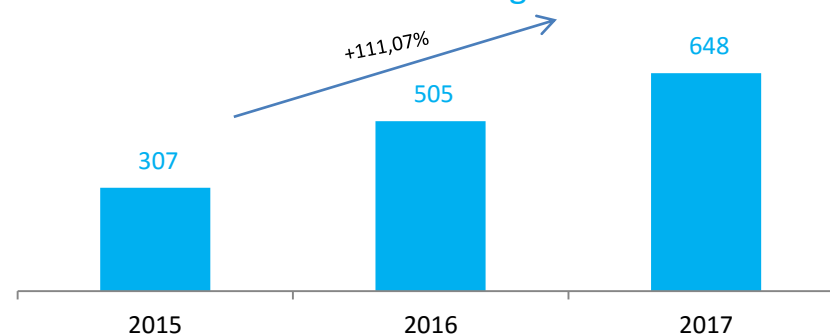
### Peso dos créditos por natureza de moeda



### e-Banking

O esforço visando maior penetração da banca eletrónica junto dos clientes empresa tem-se traduzido no aumento dos contratos do serviço internet *banking* "Kwa-Non"

### Contratos de E-banking- "Kwa-Non"





## 6.2 Princípios de Gestão de Risco

O sistema financeiro tem sido cada vez mais exigente, quer a nível nacional, quer internacional, e o BISTP sendo uma instituição financeira de cariz internacional, está sujeito a riscos de diversas naturezas relacionados com o desenvolvimento da sua atividade. Assim sendo, o Banco adotou uma política de gestão de risco que obedece a princípios, procedimentos e metodologias de controlo e reporte, supervisionada e coordenada pelo Gabinete de Gestão de Risco-GGR que, em articulação com outras áreas implicadas, faz cumprir as orientações da Administração, bem como da Comissão Executiva do Banco.

A referida política, visa a identificação, avaliação e acompanhamento de todos os riscos a que o Banco se encontra exposto, quer seja interna ou externamente, porquanto, assegura que os mesmos se mantenham dentro dos limites de tolerância ao risco predefinidos pelo órgão de Administração do Banco.

Neste âmbito, é dada relevância ao acompanhamento e controlo dos principais tipos de riscos, com particular destaque para:

- **Risco de crédito** - o risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrerem perdas financeiras decorrentes do eventual não cumprimento integral e pontual, pela contraparte ou terceiro, das obrigações relativas ao serviço da dívida acordado nos termos do respetivo contrato. Dada a natureza da atividade bancária, o Risco de Crédito reveste-se de uma particular importância face à sua materialidade, não obstante a sua interligação com os restantes riscos.

### Metodologia

A atuação do BISTP concernente ao risco de crédito é desenvolvida através da elaboração de pareceres e do controlo do risco implícito na carteira, aos quais incorpora-se na análise a evolução económico-financeira, a influência e a perceção de fatores suscetíveis de criar um risco agravado.

Relativamente às empresas/Instituições com um nível de exposição mais significativo, o GGR efetua análise numa base periódica e/ou sempre que existam

alterações no relacionamento com o cliente ou se identifiquem fatores endógenos ou exógenos que recomendam uma reavaliação do risco.

No segmento retalho, perspectiva-se implementar grelhas de *scoring* e ferramentas estatísticas de avaliação de risco ainda no decurso do primeiro semestre de 2018, o que irá não só agilizar o processo de análise, mas também a atribuição do melhor preço (taxa de juros) ao cliente, relativamente ao seu envolvimento com o banco e o seu perfil de risco.

- **Risco de Mercado** – o risco de mercado reflete a perda potencial que pode ser registada numa determinada carteira, face a alterações de taxas de juros e de câmbio, ou ainda dos preços dos diferentes instrumentos financeiros que compõem a referida carteira, devendo-se considerar também as correlações existentes, quer sejam entre eles, quer ainda as respetivas volatilidades.

### Metodologia

O Banco tem desenvolvido regras de gestão cada vez mais eficientes a nível do risco de mercado, que incluem limites, tomando em consideração a rentabilidade exigida, tipos de instrumentos autorizados e níveis de perda máximos admissíveis. São também definidos a nível do risco de mercado os objetivos da carteira sob gestão, que vão desde objetivos de curto prazo e aproveitamento de oportunidades de mercado, passando também por objetivos de médio e longo prazo, tendo em vista a geração de um fluxo regular e pouco volátil de resultados.

Visando uma maior rentabilidade, mas sempre subordinada ao risco, será implementada no decurso do ano 2018, melhoria aos procedimentos internos relativamente ao controlo do risco taxa de juro, bem como risco cambial, promovendo exposições congruentes com as expectativas de evolução dos referidos riscos, mas, limitando a sua dimensão de forma a não inviabilizar as mudanças necessárias, em caso de inflexão dessas expectativas.

- **Risco Liquidez** – o risco liquidez reflete a incapacidade do Banco em cumprir com as suas obrigações em cada um dos prazos de vencimento sem incorrer em perdas

## PRINCIPAIS ÁREAS DE NEGÓCIO DO BISTP EM 2017

significativas, quer sejam decorrentes da deterioração das condições de financiamento (captar recursos ou financiar-se a preços mais elevados), quer sejam fruto de vendas dos seus ativos a preços inferiores ao justo valor (risco de liquidez do próprio mercado, que poderá obrigar a que as vendas sejam abaixo dos valores de mercado).

### Metodologia

A gestão do risco de liquidez no BISTP tem na sua génese a análise dos prazos residuais de maturidade dos diferentes ativos e passivos do balanço. Os volumes de *cash inflows* e *cash outflows* são evidenciados por intervalos temporais em função do seu prazo residual de ocorrência e, a partir daí, apurados os respetivos gaps de liquidez tanto do período como acumulados.

A gestão do risco de liquidez incorpora ainda, a realização de exercícios de *Stress Tests* (Testes de Esforço) articulado com o plano de contingência de liquidez existente, conforme os princípios e recomendações existentes.

Por outro lado, tem-se desenvolvido esforços no sentido de aumentar cada mais o *buffer* de liquidez, sobretudo por via de aplicações financeiras com elevado grau de conversão em liquidez.

- **Risco Operacional** – visa traduzir as perdas potenciais associadas a esse tipo de risco, em resultado de falhas ou inadequabilidades dos processos, quer sejam internos, praticados por pessoas ou pelo sistema, quer sejam por eventos externos.

### Metodologia

A gestão do risco operacional no BISTP encontra-se suportada por um conjunto de orientações, metodologias e regulamentos reconhecidos como boas práticas a nível internacional, tendo sido adotada uma metodologia de gestão do risco operacional integrada com a gestão do sistema de controlo interno.

A nível organizacional estão implementadas estruturas que se dedicam a esta gestão, onde se destacam o Gabinete de Auditoria Interna-GAI, o Gabinete de Compliance-GCO e o Gabinete de Gestão do Risco-GGR, áreas responsáveis pela

gestão do risco operacional e controlo interno e a figura dos *Process Owners* (Donos dos Processos), aos quais compete o papel de facilitador e dinamizador no processo de gestão do risco operacional e controlo interno nos respetivos âmbitos de intervenção, caracterizando as perdas operacionais capturadas no contexto dos seus processos, contribuindo assim para o reforço dos mecanismos de controlo e para a melhoria do ambiente de controlo interno.

- **Risco Reputacional** – A eficaz gestão da reputação reduz conflitos, daí que, a política relacionada com risco reputacional visa salvaguardar a perceção positiva que os *stakeholders* têm relativamente à Instituição. Note-se que não estamos a falar de imagem ou marca, mas sim de um ativo valioso que se constrói com ações e relacionamentos consistentes, transparentes e coerentes ao longo dos anos, que ajuda a Instituição a lidar com a diversidade e gera valor e benefícios mútuos.

A gestão do risco reputacional é realizada pelo alinhamento entre a visão estratégica do Banco, sua cultura organizacional e as perceções dos *stakeholders*, sendo a perceção medida principalmente através de inquéritos.

No uso da ferramenta inquérito, realizou-se em finais de 2017, uma saga de inquéritos de satisfação com os produtos e serviços oferecidos pela Banco. Por essa via, conseguimos medir a perceção que os clientes têm relativamente à excelência dos nossos serviços e produtos, aproveitando de igual modo as sugestões de melhorias exequíveis, propostas pelos mesmos, porquanto, garantimos um cada vez maior nível de satisfação, bem como a nossa credibilidade em relação ao *stakeholder-cliente*.





7.

RECURSOS HUMANOS



## RECURSOS HUMANOS

O ano de 2017, ao nível do Capital Humano, foi marcado por uma estratégia de manutenção das políticas de ajustamentos face ao contexto atual e aos novos desafios.

Sendo assim, o reforço de apoio às áreas de negócio, o reconhecimento do mérito, gestão do potencial, desenvolvimento das competências e melhoria das condições pessoal e profissional dos colaboradores constituíram as principais linhas estratégicas.

Neste ano, ao nível de ajustamentos no processo de capacitação e mudanças, realizaram-se ações de formação para apoio à área de negócio com destaque para os seguintes temas:

- Negociação Comercial,
- Comunicação eficaz,
- Atendimento e qualidade de serviço na Banca,
- O profissional Bancário – Desempenho de excelência,

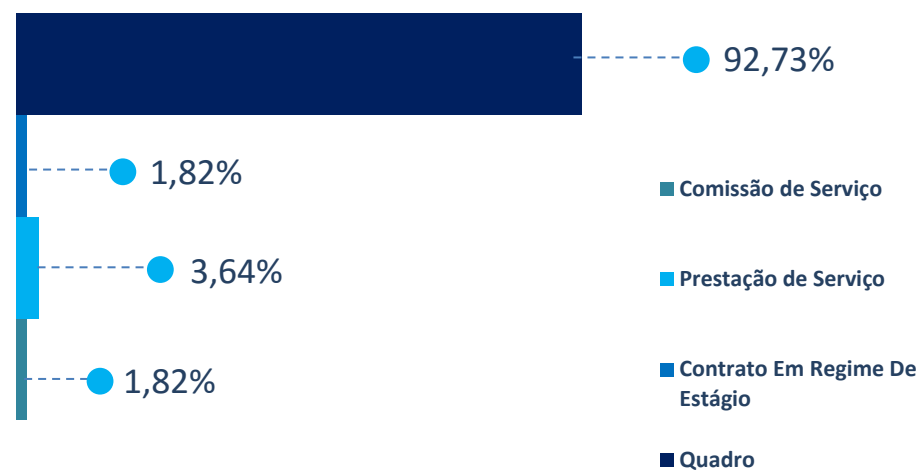
Realizou-se também, uma ação de formação relacionada com questões de risco operacional e *compliance* (AML), onde se abordou temas sobre BC/FT (Branqueamento de Capitais e Financiamento de Terrorismo), uma ação transversal a todas as estruturas do Banco que contou com o envolvimento e participação de todo o universo de colaboradores do BISTP.

Ainda no ano 2017, deu-se início a uma iniciativa de melhoria, com uma ação formativa/informativa, sobre ocorrências mais relevantes detetadas pela Auditoria Interna.

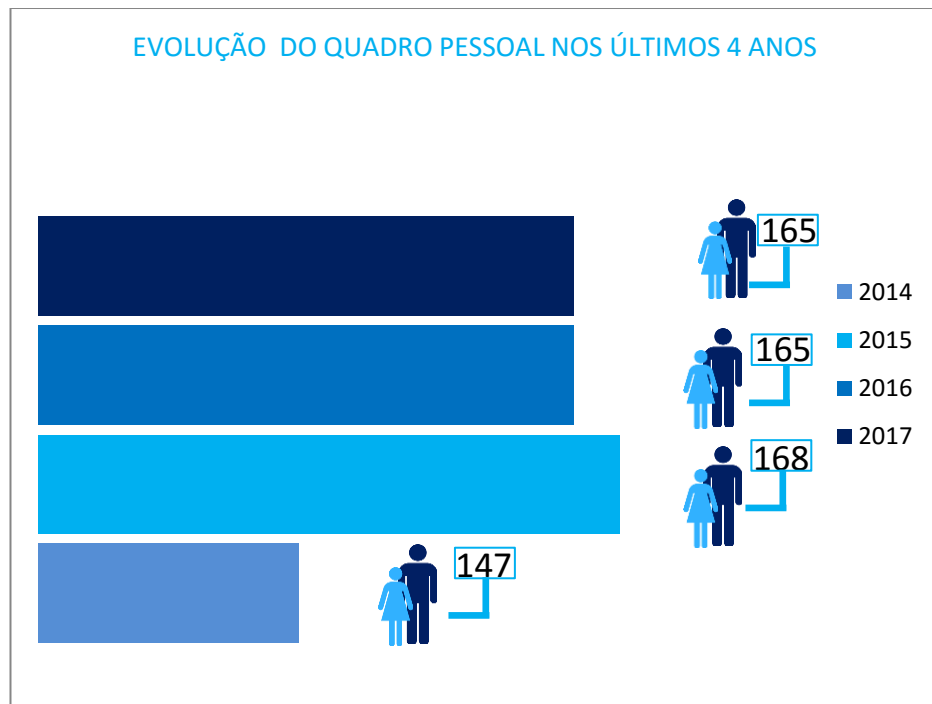
### 7.1 Distribuição por Vínculo Jurídico

Em 2017, o quadro de pessoal do BISTP estava composto por 165 colaboradores, dos quais 3 em comissão de serviço, 6 em regime de prestação de serviço, 3 com contrato em regime de estágio e 153 com vínculo efetivo.

#### VÍNCULO JURÍDICO DO QUADRO PESSOAL 2017



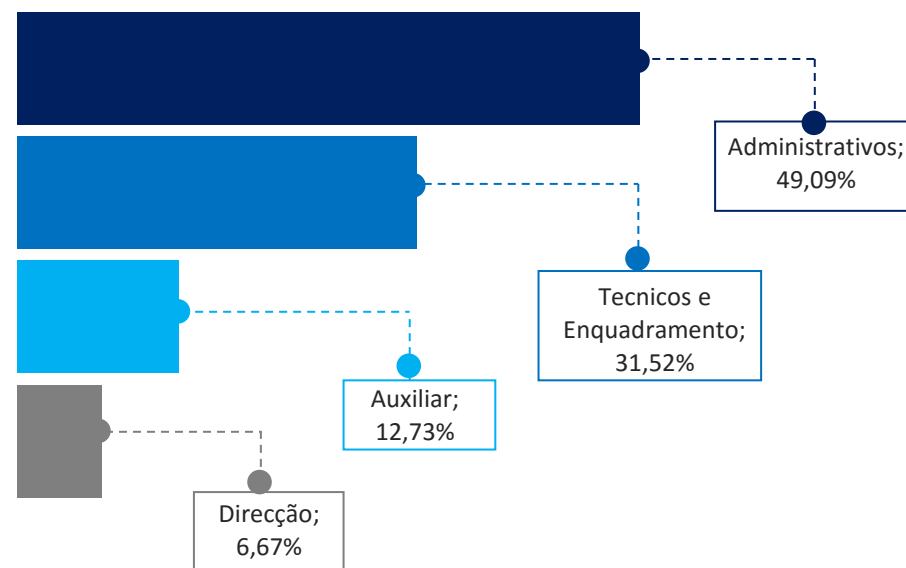
### EVOLUÇÃO DO QUADRO PESSOAL NOS ÚLTIMOS 4 ANOS



## 7.2 Distribuição Funcional

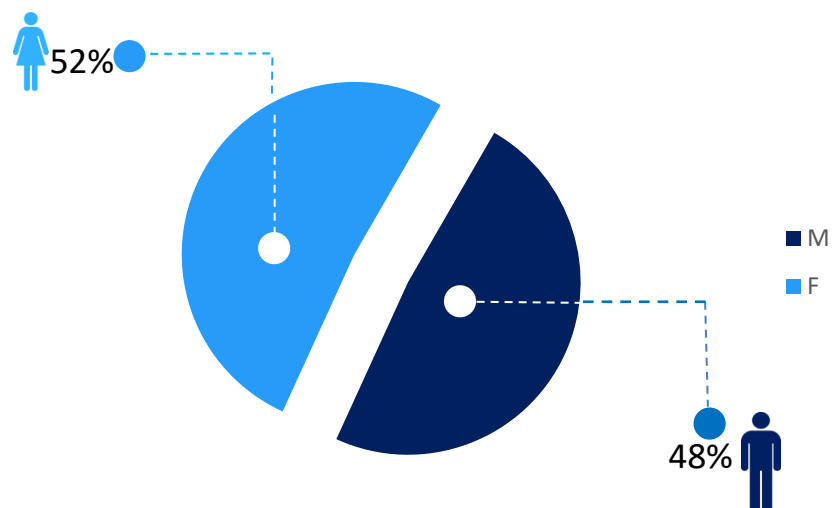
De acordo com o novo Plano de Carreiras, os administrativos continuam a ser o grupo profissional com maior número de empregados (81), e representavam 49,09% do total do efetivo. As admissões dos jovens licenciados como estratégia adotada no processo de recrutamento, permitiram o reforço de quadro dos técnicos que conjuntamente com os empregados com funções de enquadramento, representavam cerca de 31,52% do efetivo. O grupo profissional com funções de direcção (11 elementos) representa cerca de 6,67% do total do efetivo.

### QUADRO PESSOAL POR GRUPO PROFISSIONAL

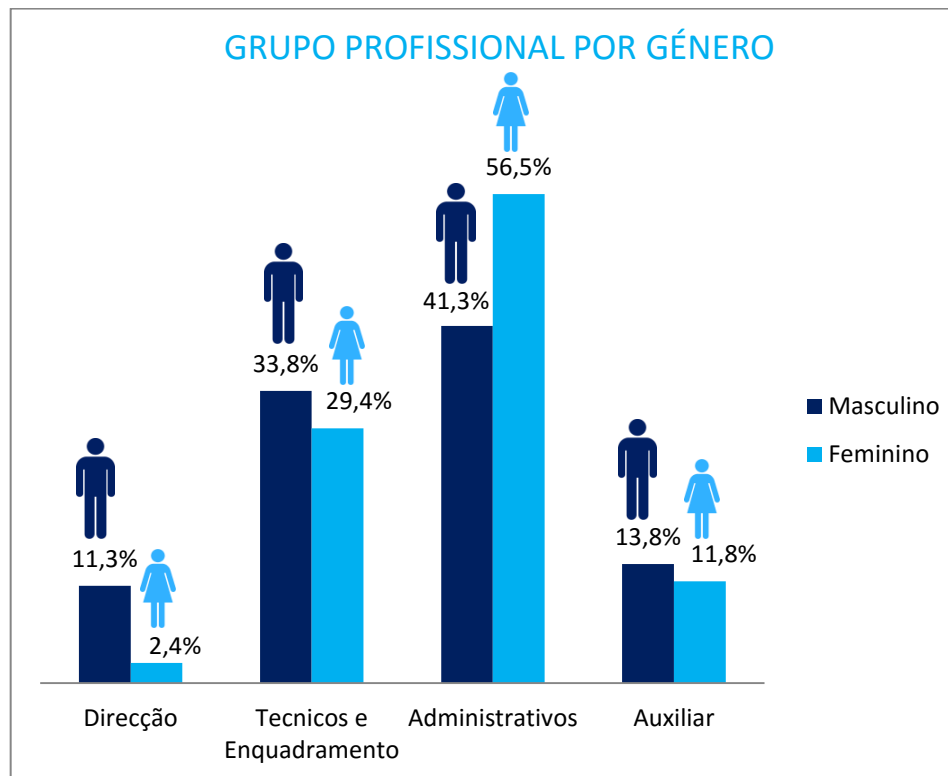


## 7.3 Distribuição segundo género

Na distribuição por género, mantém-se a tendência para o aumento de número das mulheres (85 empregados do sexo feminino e 80 masculino). Desta distribuição compreende-se facilmente que se regista um ligeiro aumento da taxa de feminização (51,52%).



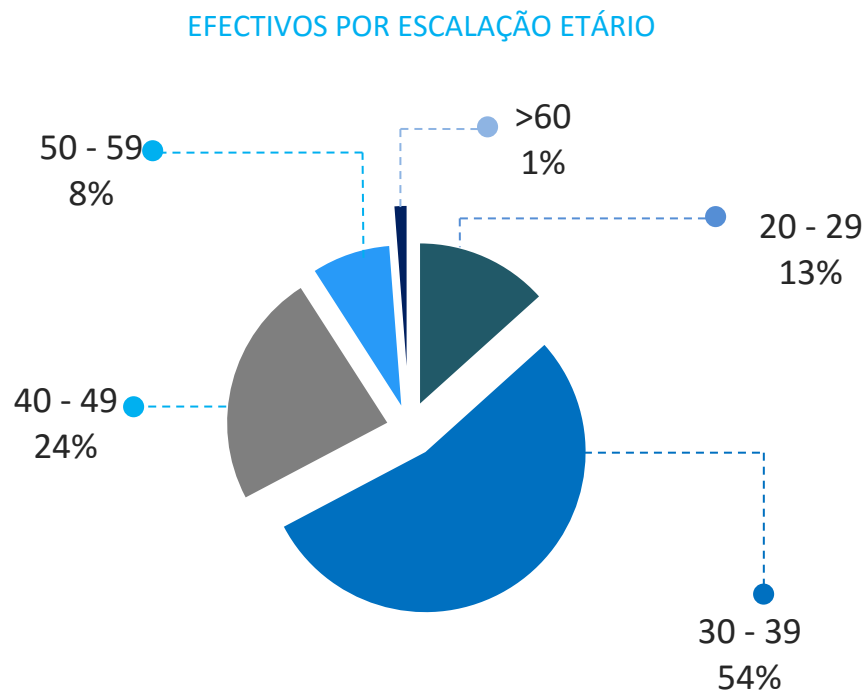
Como se pode verificar no gráfico seguinte, existe uma notória diferença de género, no grupo dos administrativos.





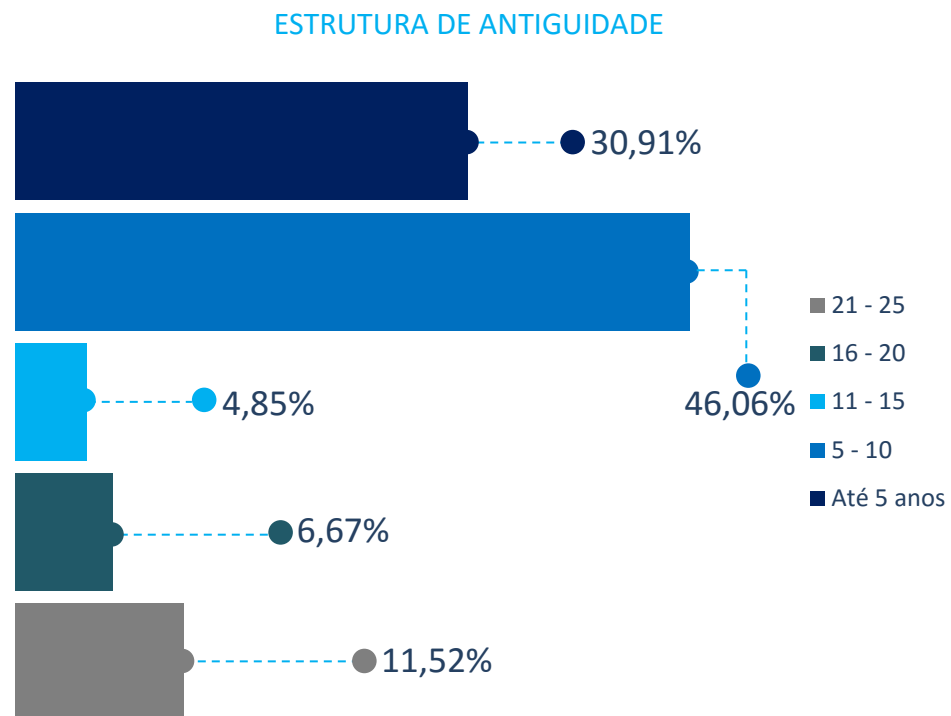
## 7.4 Distribuição por escalão etário

O escalão etário com maior número de empregados é o de 30 a 39 anos, situação análoga ao período homólogo anterior, em 2017 representavam 54% dos efetivos do BISTP.



## 7.5 Distribuição por antiguidade

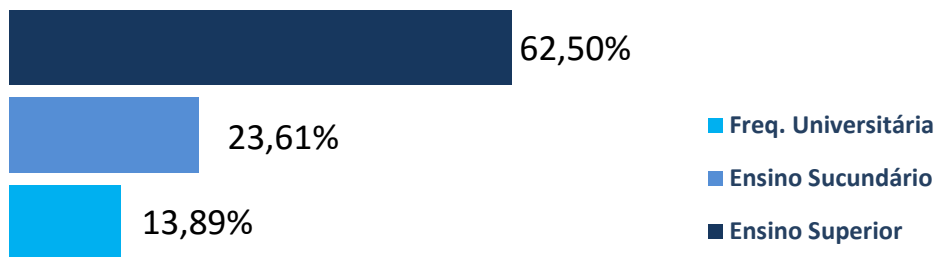
No BISTP, a antiguidade de 46,06% dos colaboradores situa-se entre os “5 a 10 anos”.



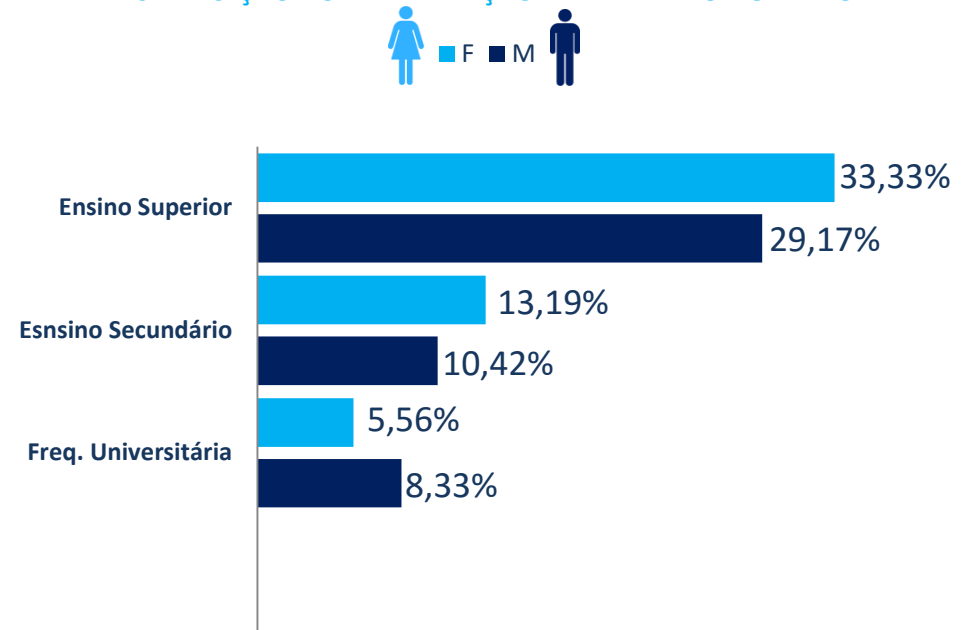
## 7.6 Distribuição segundo o nível de escolaridade

A forte aposta do BISTP na contratação de jovens licenciados nos últimos anos, permitiu o aumento do índice de habilitação dos empregados. Assim, em 2017 o número de colaboradores com habilitação ao nível do Ensino Superior atingiu 62,50% do efetivo total do Banco (profissionais com função bancária).

DISTRIBUIÇÃO POR HABILITAÇÃO LITERÁRIA



DISTRIBUIÇÃO POR HABILITAÇÃO LITERÁRIA POR GÉNERO





8.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

## RESPONSABILIDADE SOCIAL

A responsabilidade social é quando empresas, de forma voluntária, adotam posturas, comportamentos e ações que promovam o bem-estar dos seus públicos interno e externo. É uma prática voluntária pois não deve ser confundida exclusivamente por ações compulsórias impostas pelo governo ou por quaisquer incentivos externos (como fiscais, por exemplo). O conceito, nessa visão, envolve o benefício da coletividade, seja ela relativa ao público interno (funcionários, acionistas, etc.) ou atores externos (comunidade, parceiros, meio ambiente, etc.).

Ao longo dos seus 24 anos de institucionalização, o BISTP tem pautado a sua gestão num modelo que não se norteia apenas pelos interesses monetários (lucro), mas, como é possível se verificar, tem-se preocupado em partilhar parte dos seus dividendos contribuindo para o bem-estar do meio em que está envolvido, praticando acções com vista a beneficiar os seus colaboradores, apoiar causas sociais, os mais desfavorecidos, as comunidades locais, as ONG's que têm o nobre papel de apoiar a inserção social das crianças, os jovens em risco de exclusão social, os clientes, os fornecedores, as autoridades públicas, os concorrentes, bem como, a sociedade em geral.

O ano de 2017, ao nível da responsabilidade social do Banco, revelou-se igualmente um ano decisivo para o seu desenvolvimento e crescimento, de tal forma que, para celebrar o seu 24º aniversário, contribuiu de forma significativa para o Projecto Integrado de Lembá (conhecido pelo "*Projecto da Irmã Lúcia*") dada a magnitude que este tem na sociedade santomense, apoiando a alfabetização de crianças desfavorecidas, criando emprego para jovens desempregados e no apoio aos idosos. Renovou o seu contributo (através de patrocínio) junto às Associações dos Cegos e Ambliopes de São Tomé e Príncipe, Associação dos Deficientes de STP, lar das crianças da Fundação Novo Futuro e Fundação da Criança e da Juventude, pelo trabalho excepcional que estas instituições têm desenvolvido para o desenvolvimento de acções que têm como objectivo a protecção e o acompanhamento de menores, jovens carenciados, deficientes, nas áreas sociais e cívicas, culturais pedagógicas e lúdicas.

## Educação

Sendo o principal motor impulsionador de uma sociedade e um dos meios identificados para atingir o desenvolvimento de São Tomé e Príncipe, o BISTP continuou a apoiar financeiramente algumas instituições ligadas à área de educação. De tal forma que em 2017, como tem vindo a desenvolver há 3 anos consecutivos, atribuiu um patrocínio ao Ministério de Educação, Cultura, Ciência e Comunicação, através do prémio atribuído aos melhores 12 alunos do 9º ano de todas as escolas do País, organizado pelo Núcleo Solidário de S. Tomé e Príncipe – NUSTP. Estabeleceu um acordo com a Universidade de Évora STP, em que atribui um prémio monetário aos dois melhores alunos que frequentam os cursos por ela ministrados na Universidade de S. Tomé – USTP.

## Desporto

O estímulo à actividade física não foi esquecido, como tal, apoiou novamente em 2017 a Federação de Canoagem e Surf de S. Tomé e Príncipe na realização do Campeonato Nacional de Canoagem, e, a Direcção do Desporto do Ministério da Juventude e Desporto na realização da 1ª Edição da Feira do Desporto 2017, cujo objectivo foi o estímulo à prática do desporto.

## Cultura

O Banco Internacional de S. Tomé e Príncipe é conhecido pelo apoio à promoção de obras literárias e escritores Santomenses, em que tem um acordo estabelecido e anualmente renovável com a Embaixada de Portugal para a utilização do Centro Cultural Português para o lançamento de obras patrocinadas. Em 2017 foram elas:

- "No Tempo das Roças", do Padre Francisco Assis Brito;
- "Mutété – Cronologia Histórica Santomense", do conceituado escritor santomense Francisco Costa Alegre;



## RESPONSABILIDADE SOCIAL

- “Ao Cair da Noite” do conceituado escritor santomense Albertinho Bragança.

No que toca ao apoio à Cultura Santomense destacamos o patrocínio anual ao concurso “PaçuFiáGleza”, organizado pela União Nacional dos Escritores e Artistas Santomenses (UNEAS)

### Outros apoios importantes atribuídos em 2017:

- - Patrocínio ao IX Congresso Ordinário da Ordem dos Advogados de S. Tomé e Príncipe, sob o Lema “Por uma Justiça mais Equitativa”;
- - Patrocínio à Cruz Vermelha de S. Tomé e Príncipe ao apadrinhar uma Obra Social: Construção de um espaço para consultas e tratamento para os médicos e enfermeiros voluntários que assistem os idosos na zona de Palmar;
- - Patrocínio ao 4º Congresso Internacional de Educação Ambiental dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa, na ilha do Príncipe;
- - Patrocínio à 3ª edição do “São Tomé e Príncipe MusicAwards – STPMA/2017” organizado pela Organizer Eventos;
- - Apoio à Realização da Oficina Agrícola/Empreendedorismo, realizado pela “Frutas e Legumes” (do reconhecido agricultor Abel Bom Jesus), com o objectivo de transmitir conhecimentos e experiências na área agrícola;
- - Patrocínio à Semana Nacional da Juventude, realizado pelo Ministério da Juventude e Desporto no âmbito das comemorações do dia da Juventude em todo o continente Africano (1 de Novembro).





9.

ANÁLISE FINANCEIRA



## 9.1 Componentes do Balanço

Em consequência de diversos acontecimentos que tiveram um impacto negativo na atividade económica de S. Tomé e Príncipe, é reconhecido o ano de 2017, à imagem de 2016, como sendo mais um de grandes desafios e teste de resiliência à capacidade dos bancos na gestão eficiente dos seus ativos e passivos.

Apesar da conjuntura pouco favorável, o BISTP procurou ajustar-se, fazendo uma gestão prudencial dos seus ativos, tendo sempre no centro da sua gestão os riscos subjacentes aos ativos, em particular o de crédito, e uma gestão eficiente dos seus recursos, alinhando os custos dos mesmos às condições e às alternativas de rentabilização a riscos semelhantes.

Uma gestão mais prudencial e assente na análise de risco, permitiu que o banco ajustasse as suas diretivas comerciais e de propaganda mais compatíveis com os objetivos de crescimento do ativo, reforço da solidez financeira e liquidez, e, aumento da rentabilidade.

Assim, em 2017 o ativo total do banco cresceu em 2,26%, sustentado essencialmente pelo crescimento da carteira de crédito a clientes e carteira de títulos de Bilhetes de Tesouro do Estado. O passivo também cresceu, resultante do crescimento dos depósitos de clientes.

O capital próprio registou uma ligeira contração, -1,32%, em resultado da decisão administrativa de reduzir, em 2017, as provisões para riscos gerais para 2%, em linha com as orientações do Banco Central, contra uma taxa mais conservadora (3,25%) praticada em 2016.

O volume de crédito bruto sobre clientes registou um crescimento de 10,36%, o que em termos absolutos representa um aumento de MSTD 82.229, quando comparado

com o ano de 2016; este crescimento reflete os ajustamentos realizados ao nível de alguns produtos de crédito (redução de taxa e alargamento de maturidade) e da estratégia de comunicação e propaganda junto do público alvo.

Relativamente à qualidade da carteira, salienta-se que, apesar dos esforços imprimidos ao nível da recuperação estarem a traduzir-se em alguns resultados positivos, o nível histórico de incumprimento, dado pelo rácio de crédito irregular sobre a carteira global, ainda é elevado, apesar de um pequeno recuo em 2017, fixando-se em 24,74%, contra 25,85%. O nível de crédito em situação irregular fixou-se em MSTD 216.604, contra MSTD 205.130 em 2016, evidenciando uma tendência de degradação da carteira de crédito, com maior destaque para o segmento de empresas.

Perante uma conjuntura que tem concorrido para a deterioração da carteira de crédito, o Banco tem adotado uma postura conservadora, elevando o seu nível de provisão. Em 2017 as provisões criadas para cobrir o crédito irregular elevavam-se a MSTD 193.437, representando um crescimento de 11,65% face a 2016, e permitindo uma cobertura de 89,30% do crédito irregular, contra uma cobertura de 84,5% em 2016.

A redução de -34,3% (- MSTD 126.510) verificada na rubrica “Aplicações em Instituições de Crédito” deve-se à desmobilização de parte de depósitos a prazo para fazer face à necessidade de divisas para fins operacionais, consequência da redução substancial de fluxo de entrada de divisas neste ano.

As “Aplicações em Títulos” conheceram um crescimento na ordem 377,3%, sendo um crescimento em termos absolutos de MSTD 205.838, resultado de uma maior subscrição dos Bilhetes de Tesouro emitidos pelo Estado, permitindo obter alguma rentabilidade com as reservas excedentárias nas contas junto do Banco Central.

## ANÁLISE FINANCEIRA

Apesar do importante aumento de aplicação em títulos por diminuição das reservas mantidas junto do Banco Central, constatou-se que o saldo das reservas registou uma queda moderada -5,14%, ou seja menos MSTD 39.152 que em 2016. A evolução positiva ao nível de captação de recursos concorreu para alimentar a conta das reservas junto do Banco Central e minimizar o impacto de redução, em resultado de maior subscrição de Bilhetes de Tesouro.

Relativamente à captação de recursos, importa salientar que, apesar da contínua intensificação da concorrência interbancária na área de captação de recursos, e da revisão em baixa das nossas taxas de remuneração dos passivos, os depósitos de clientes no Banco, cresceram na ordem de 2,69% fixando-se em MSTD 1.925.093, demonstrando uma forte estabilidade dos depósitos. Essa *performance* na capacidade de captação e manutenção de recursos, não obstante as medidas de redução das taxas passivas, explica-se pela imagem de solidez, rigor e confiança que o banco consegue passar aos seus clientes. Esta estabilidade dos depósitos é também o resultado da maior proximidade que o Banco vem estabelecendo ao longo dos anos com os seus Clientes, através das suas redes de Agências, ATM e POS, que têm funcionado como sendo um fator potenciador de fidelização.

Apesar do nível de transformação (Crédito Líquido /Depósitos de Clientes) ainda ser relativamente baixo, regista-se, contudo, uma melhoria em 2017, tendo o referido rácio fixado-se em 35,44% contra 33,08% em 2016.

## 9.2 Componentes da Demonstração de Resultados

Como consequência de níveis de carteira de crédito ainda baixos, apesar do crescimento verificado, associado à redução nas taxas de juro ativas, os juros cobrados sobre os créditos concedidos registaram uma queda na ordem de -3,25%. Porém a melhoria das comissões associadas a operações de créditos, decorrente do ajuste do preçário, permitiu um aumento “Outros Juros e Proveitos Equiparados” em 37,4% face a 2016.

Os juros recebidos sobre os depósitos a prazo caíram na ordem de -4,7% em resultado de menor volume de aplicações em depósito a prazo.

Os juros de títulos também caíram (-10,65%), apesar do aumento significativo de aplicação em Bilhetes de Tesouro. A queda nos juros dos títulos explica-se pelo facto das subscrições dos títulos, com maturidade de 1 ano, terem ocorrido, essencialmente, no terceiro e quarto trimestre de 2017, pelo que, o impacto mais efetivo dos juros gerados por estes títulos terá lugar em 2018.

Os juros pagos sobre os depósitos a prazo dos clientes conheceram uma queda de -42,82%. Essa redução dos juros resulta de uma gestão prudencial da taxa passiva, através de revisão em baixa dessas taxas de forma a ajustá-las com a evolução da atividade.

Apesar da redução dos “JUROS E PROVEITOS EQUIPARADOS”, em -0,75%, motivada, essencialmente pela redução dos juros de crédito, a redução registada nos “JUROS E CUSTOS EQUIPARADOS” (-39,73%), permitiu um crescimento moderado da margem financeira em 5,51%.

As comissões líquidas conheceram um crescimento de 14,88%, fruto da redução de preçários especiais, em particular relativamente a transferências internacionais, e da atualização do preçário. Os proveitos líquidos das operações cambiais registaram uma queda (-22%), consequência de menores ganhos cambiais realizados resultante

da posição longa mantida nos dólares americanos, enquanto esta mesma divisa registou períodos de depreciação ao longo de 2017.

O crescimento registado nas comissões líquidas de 14,88% e, em outros proveitos de exploração líquido de +89,76%, permitiu uma evolução positiva da margem complementar em 20,53% face a 2016. Importa ressaltar que o significativo crescimento registado em outros proveitos operacionais resulta nas mais-valias realizadas com a venda de imóveis recebidos em dação por pagamento de crédito.

O crescimento da Margem Financeira e Complementar permitiu que o Produto Global de Atividade conhecesse um crescimento na ordem de 12,99%.

O Custo Operativo registou um ligeiro crescimento, sendo na ordem de 2,12%, devendo-se à redução das despesas com “Fornecimentos e Serviços de Terceiros” em -4,08%, em resultado de uma maior contenção e racionalização de gastos, com vista à otimização dos recursos. Ao passo que os custos com pessoal evoluíram no sentido inverso, tendo crescido 6,6%, impulsionado pelo aumento do custo com empregados e órgãos de gestão.

A deterioração da carteira de crédito, associada a uma postura prudencial, totalmente ajustada ao contexto de agravamento do risco, contribuíram para o aumento das dotações de provisão em 218,81%, ou seja, mais MSTD 16.539 que em 2016.

Assim, como corolário final, o Resultado Líquido registou um aumento importante face ao ano de 2016, na ordem de 19,26%, sendo um incremento de mais MSTD 6.322.

Este aumento de resultado evidencia a grande capacidade de resiliência e rápida adaptação às novas condições do mercado.





10.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO E  
DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS



## PROPOSTA DE APLICAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe, tendo em conta as disposições legais e estatutárias, que o resultado líquido de STD 39.154.518.778,41 (Trinta e nove mil, cento e cinquenta e quatro milhões, quinhentos e dezoito mil, setecentos e setenta e oito dobras e quarenta e um cêntimos), referente ao exercício de 2017, tenha a seguinte aplicação:

| Reservas Legais   | 10%  | 3.915.451.877,84  |
|-------------------|------|-------------------|
| Reservas Livres   | 30%  | 11.746.355.633,52 |
| Acionistas        | 60%  | 23.492.711.267,05 |
| Resultado Líquido | 100% | 39.154.518.778,41 |



11.

RELATÓRIO DE AUDITORIA  
EXTERNA



## Relatório do auditor independente

### Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Banco Internacional de São Tomé e Príncipe S.A.R.L. (adiante designado como “Banco” ou “BISTP”), que compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2017 (que evidencia um total de 2.353.597 milhões de Dobras de São Tomé e Príncipe, adiante designadas por “MSTD”, e um total de situação líquida de 362.264 MSTD, incluindo um resultado líquido positivo 39.155 MSTD), a Demonstração dos resultados e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, bem como as correspondentes Notas explicativas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Banco Internacional de São Tomé e Príncipe em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao exercício findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em São Tomé e Príncipe para o sector bancário.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes do Banco de acordo com os requisitos do Código de Ética do IESBA.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.  
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal  
Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, [www.pwc.pt](http://www.pwc.pt)  
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000  
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

#### Matérias relevantes de auditoria

#### Síntese da abordagem de auditoria

##### Provisões para a carteira de crédito sobre clientes

##### Divulgações relacionadas com crédito sobre clientes e respetivas provisões apresentadas nas notas 2.2, 6, 15 e 16 das demonstrações financeiras do Banco

A significativa expressão das rubricas de crédito sobre clientes e provisões que lhes estão associadas, cujo apuramento requer a aplicação de um conjunto de pressupostos e julgamentos por parte da Administração do Banco no que respeita à identificação, quer do momento do reconhecimento quer do correspondente montante, justificam que esta tenha constituído uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria. Em 31 de Dezembro de 2017 o valor bruto desta rubrica ascende a 875.619 MSTD e as provisões para crédito irregular reconhecidas a deduzir a esta rubrica ascendem a 193.437 MSTD. Adicionalmente o Banco apresenta provisões, para crédito regular e para garantias e avais prestados, reconhecidas na rubrica de Provisões diversas na Situação líquida, no montante de 16.468 MSTD.

As provisões são apuradas conforme previsto na Norma de Aplicação Permanente (“NAP”) 07/2007 do Banco Central de São Tomé e Príncipe (“BCSTP”). Esta NAP, obriga ao enquadramento dos vários tipos de crédito em classes de risco que refletem o escalonamento temporal dos créditos e juros vencidos em função do período decorrido após o respetivo vencimento (o período decorrido após a data em que formalmente há a exigência da sua liquidação).

Adicionalmente, para as operações individualmente significativas, o Conselho de Administração procede a uma análise de imparidade em base individual. O Banco regista o maior de entre o montante de imparidade

Os procedimentos de auditoria que desenvolvemos incluíram a revisão dos controlos instituídos pelo Banco no que se refere à aprovação, registo e monitorização do crédito concedido a clientes, bem como a apreciação das metodologias, dos dados e dos pressupostos adotados pela Administração no apuramento das perdas com imparidade e provisões. Estes procedimentos abrangeram, entre outros, o teste detalhado aos controlos e procedimentos de gestão do risco de crédito pelo Banco, com particular ênfase nos controlos internos subjacentes à atempada identificação, correta mensuração e registo das perdas com imparidade e à correta aplicação da metodologia de cálculo de provisões definidas pelo BCSTP.

Neste âmbito, os procedimentos e controlos testados compreenderam os relacionados com: (i) a atempada identificação dos clientes com indícios de imparidade ou em situação de incumprimento; (ii) a metodologia de cálculo de provisões seguida pelo Banco, conforme definido na NAP 07/2007 do BCSTP, incluindo os *inputs*, dados e pressupostos seguidos pelo Conselho de Administração; e (iii) a marcação de elementos relevantes para a metodologia de cálculo anteriormente referida.

Adicionalmente, por amostragem, analisámos um conjunto de clientes, com o objetivo de obter o nosso próprio julgamento sobre a existência de indícios de imparidade, e avaliar de que forma as imparidades foram atempadamente



| <i>Matérias relevantes de auditoria</i>                                                                                                                                                                                                                                  | <i>Síntese da abordagem de auditoria</i>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| resultante da análise individual e da provisão calculada de acordo com a NAP.                                                                                                                                                                                            | <p>identificadas, quantificadas e reconhecidas pelo Conselho de Administração.</p> <p>Relativamente aos clientes analisados individualmente pelo Banco, para uma amostra representativa da carteira de crédito sobre clientes em 31 de Dezembro de 2017, desenvolvemos os seguintes procedimentos: (i) rever a documentação associada ao processo de concessão de crédito; (ii) analisar o suporte contratual e os colaterais mais relevantes, e confirmar o registo desses colaterais a favor do Banco; (iii) desafiar as avaliações dos colaterais que se encontravam disponíveis; (iv) apreciar a evolução das exposições; e (iv) desafiar a visão dos responsáveis do Banco quanto à situação económico-financeira dos clientes e quanto à previsão de fluxos de caixa esperados do negócio dos clientes, bem como sobre as perspetivas de cobrabilidade dos créditos. Sempre que concluímos pela necessidade de revisão de algum <i>input</i> ou pressuposto utilizado pelo Conselho de Administração, procedemos a um novo cálculo do montante de imparidade e comparámos os resultados por forma a avaliar a existência de eventuais divergências.</p> |
| <p><b>Valorização de imóveis recebidos por recuperação de crédito</b></p> <p><i>Divulgações relacionadas com os imóveis recebidos em dação por recuperação de crédito irregular apresentadas nas notas anexas 2.2, 9 e 15 das demonstrações financeiras do Banco</i></p> |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |
| Os imóveis em dação no Balanço do BISTP, constituíram uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria pela sua significativa expressão e por requererem a aplicação de um                                                                                          | Para a totalidade dos imóveis, foi analisada a sua valorização e, se aplicável, a subsequente perda por imparidade registada com base nas avaliações de peritos avaliadores. Sempre que                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |

| <i>Matérias relevantes de auditoria</i>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | <i>Síntese da abordagem de auditoria</i>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| conjunto de pressupostos e julgamentos por parte do Conselho de Administração no que respeita à sua valorização e à determinação, quer do momento do reconhecimento quer do montante, das correspondentes perdas por imparidade. Em 31 de Dezembro de 2017, o valor bruto destes imóveis na rubrica de Outros ativos – Imóveis recebidos em dação por recuperação de crédito ascende a 40.223 MSTD. O montante de perdas por imparidade reconhecidas a 31 de dezembro de 2017 ascende a 8.925 MSTD, e é apresentado no Balanço a deduzir à referida rubrica no ativo. | necessário, efetuámos reuniões para compreensão, entendimento e desafio dos julgamentos e pressupostos adotados na valorização atribuída aos imóveis em análise. Nas situações em que se verificaram dúvidas sobre a adequação dos pressupostos considerados ou sobre a qualidade da restante informação utilizada, foi solicitada nova avaliação a outros peritos avaliadores de forma a comparar os resultados. |
| De acordo com as políticas em vigor no Banco, os imóveis são objeto de avaliações periódicas, realizadas por peritos avaliadores, que dão origem ao registo de perdas por imparidade sempre que o valor decorrente dessas avaliações seja inferior ao seu valor líquido contabilístico.                                                                                                                                                                                                                                                                               |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |

#### **Outra informação – relatório de gestão**

O Conselho de Administração é responsável pela preparação do relatório de gestão. A outra informação compreende o relatório de gestão mas não inclui as demonstrações financeiras e o relatório do auditor sobre as mesmas.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não cobre a informação constante do relatório de gestão e não expressamos qualquer garantia de fiabilidade sobre essa outra informação.

No âmbito da auditoria sobre as demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é fazer uma leitura do relatório de gestão e, em consequência, considerar se a informação constante do relatório de gestão é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras, com o conhecimento que obtivemos durante a auditoria, ou se aparenta estar materialmente distorcida. Se, com base no trabalho efetuado, concluirmos que existe uma distorção material nesta outra informação, exige-se que relatemos sobre esse facto. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### **Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela:



- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em São Tomé e Príncipe para o sector bancário;
- b) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Os encarregados da governação são responsáveis pela supervisão do processo de relato financeiro do Banco.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Banco;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

- d) concluímos sobre o uso apropriado, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Banco para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Banco descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- f) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- g) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- h) declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

17 de Abril de 2018

PricewaterhouseCoopers & Associados  
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.  
representada por:

  
Aurélio Adriano Rangel Amado, R.O.C.

Relatório do Auditor Independente  
31 de dezembro de 2017

Banco Internacional de São Tomé e Príncipe S.A.R.L.  
PwC 6 de 6





12.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

## 12.1 Balanço

| ATIVO                                                  | Notas | 2017                 |                          | 2016                 |                      | PASSIVO E SITUAÇÃO LÍQUIDA                    | Notas | 2017                 | 2016                 |
|--------------------------------------------------------|-------|----------------------|--------------------------|----------------------|----------------------|-----------------------------------------------|-------|----------------------|----------------------|
|                                                        |       | Activo bruto         | Amortizações e provisões | Activo líquido       | Activo líquido       |                                               |       |                      |                      |
| Caixa e disponibilidades no Banco Central              | 3     | 766,485,436          | -                        | 766,485,436          | 826,332,209          | Depósitos:                                    |       |                      |                      |
| Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito | 4     | 108,389,351          | -                        | 108,389,351          | 96,009,200           | À vista                                       | 11    | 1,598,335,174        | 1,496,792,859        |
| Outros créditos sobre instituições de crédito          | 5     | 241,993,657          | -                        | 241,993,657          | 368,504,318          | A prazo ou com pré-aviso                      | 11    | 326,758,243          | 377,889,963          |
| Créditos sobre clientes                                | 6     | 875,618,811          | (193,437,185)            | 682,181,626          | 620,134,070          | Recursos de outras entidades                  | 12    | 7,422,109            | 5,642,517            |
| Obrigações e outros títulos                            | 7     | 260,394,509          | -                        | 260,394,509          | 54,555,603           | Outros passivos                               | 13    | 20,604,892           | 15,269,617           |
| Imobilizações corpóreas                                | 8     | 394,256,346          | (144,529,801)            | 249,726,545          | 266,781,737          | Contas de regularização                       | 14    | 38,213,031           | 38,775,645           |
| Imobilizações incorpóreas                              | 8     | 26,014,240           | (23,989,492)             | 2,024,748            | 3,987,321            | Total do Passivo                              |       | 1,991,333,449        | 1,934,370,601        |
| Imobilizações em curso                                 | 8     | 5,373,515            | -                        | 5,373,515            | 1,791,970            | Capital                                       | 16    | 166,600,000          | 150,000,000          |
| Imobilizações financeiras                              | 8     | 2,940,000            | (2,940,000)              | -                    | 2,940,000            | Reservas                                      | 16    | 136,954,023          | 140,421,387          |
| Outros ativos                                          | 9     | 43,682,387           | (8,925,395)              | 34,756,992           | 57,189,644           | Provisões diversas                            | 16    | 19,554,984           | 43,845,716           |
| Contas de regularização                                | 10    | 2,270,595            | -                        | 2,270,595            | 3,243,223            | Resultado do exercício                        | 16    | 39,154,518           | 32,831,591           |
|                                                        |       |                      |                          |                      |                      | Total da Situação Líquida                     |       | 362,263,525          | 367,098,694          |
| <b>Total do Ativo</b>                                  |       | <b>2,727,418,847</b> | <b>(373,821,873)</b>     | <b>2,353,596,974</b> | <b>2,301,469,295</b> | <b>Total do Passivo e da Situação Líquida</b> |       | <b>2,353,596,974</b> | <b>2,301,469,295</b> |

## 12.2 Demonstração de Resultados

|                                                           | Notas | 2017               | 2016               |
|-----------------------------------------------------------|-------|--------------------|--------------------|
| Juros e rendimentos similares                             | 20    | 114,378,823        | 115,237,524        |
| Juros e encargos similares                                | 20    | (9,608,061)        | (15,941,419)       |
| <b>MARGEM FINANCEIRA</b>                                  |       | <b>104,770,762</b> | <b>99,296,105</b>  |
| Rendimentos de serviços e Comissões                       | 21    | 92,316,603         | 79,111,357         |
| Encargos com serviços e Comissões                         | 21    | (6,366,165)        | (4,295,338)        |
| Resultado Líquido de Operações Cambiais                   | 22    | 8,410,788          | 10,867,538         |
| Outros Resultados de Exploração                           | 23    | 24,420,720         | 12,869,508         |
| <b>PRODUTO BANCÁRIO</b>                                   |       | <b>223,552,708</b> | <b>197,849,170</b> |
| Custos com o Pessoal                                      | 24    | (70,982,823)       | (66,576,691)       |
| Gastos Gerais Administrativos                             | 25    | (46,383,998)       | (48,359,102)       |
| Amortizações do Exercício                                 | 8     | (27,649,080)       | (28,819,293)       |
| Provisões para crédito líquidas de reposições e anulações | 15    | (20,574,932)       | 7,650,801          |
| Outras provisões líquidas de reposições e anulações       | 15    | (3,523,532)        | (15,209,604)       |
| <b>RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS</b>                       |       | <b>54,438,343</b>  | <b>46,535,281</b>  |
| Imposto sobre o rendimento                                | 19    | (15,283,825)       | (13,703,690)       |
| <b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>                             |       | <b>39,154,518</b>  | <b>32,831,591</b>  |



## 12.3 Demonstração de Alteração na Situação Líquida

| Reservas                                                |             |            |             |                        |            |              |                       |                                      |              |
|---------------------------------------------------------|-------------|------------|-------------|------------------------|------------|--------------|-----------------------|--------------------------------------|--------------|
|                                                         | Capital     | Legal      | Reavaliação | Reavaliação<br>Cambial | Outras     | Total        | Provisões<br>diversas | Resultado<br>líquido do<br>exercício | Total        |
| Saldos em 31.12.2015                                    | 150,000,000 | 22,633,216 | 892,214     | 47,739,164             | 58,926,111 | 130,190,704  | 78,801,679            | 25,576,708                           | 384,569,090  |
| Distribuição do resultado líquido do exercício de 2015: |             |            |             |                        |            |              |                       |                                      |              |
| Incorporação em reservas                                | -           | 2,557,669  | -           | -                      | 7,673,013  | 10,230,682   | -                     | (10,230,682)                         | -            |
| Distribuição de dividendos                              | -           | -          | -           | -                      | -          | -            | -                     | (15,346,026)                         | (15,346,026) |
| Resultado líquido do exercício                          | -           | -          | -           | -                      | -          | -            | -                     | 32,831,591                           | 32,831,591   |
| Transferência do saldo provisão p/ depreciação capital  | -           | -          | -           | -                      | -          | -            | -                     | -                                    | -            |
| Movimento provisões diversas (Nota 15)                  | -           | -          | -           | -                      | -          | -            | (34,955,963)          | -                                    | (34,955,963) |
| Saldos em 31.12.2016                                    | 150,000,000 | 25,190,885 | 892,214     | 47,739,164             | 66,599,124 | 140,421,387  | 43,845,716            | 32,831,591                           | 367,098,694  |
| Distribuição do resultado líquido do exercício de 2016: |             |            |             |                        |            |              |                       |                                      |              |
| Incorporação em reservas                                | -           | 3,283,159  | -           | -                      | 9,849,477  | 13,132,636   | -                     | (13,132,636)                         | -            |
| Distribuição de dividendos                              | -           | -          | -           | -                      | -          | -            | -                     | (19,698,955)                         | (19,698,955) |
| Resultado líquido do exercício                          | -           | -          | -           | -                      | -          | -            | -                     | 39,154,518                           | 39,154,518   |
| Transferência do saldo provisão p/ depreciação capital  | -           | -          | -           | -                      | -          | -            | -                     | -                                    | -            |
| Transferência de reservas para capital                  | 16,600,000  | -          | -           | (16,600,000)           | -          | (16,600,000) | -                     | -                                    | -            |
| Movimento provisões diversas (Nota 15)                  | -           | -          | -           | -                      | -          | -            | (24,290,732)          | -                                    | (24,290,732) |
| Saldos em 31.12.2017                                    | 166,600,000 | 28,474,044 | 892,214     | 31,139,164             | 76,448,601 | 136,954,023  | 19,554,984            | 39,154,518                           | 362,263,525  |

## 12.4 Demonstração dos Fluxos de Caixa

|                                                                    | 2017                 | 2016                |
|--------------------------------------------------------------------|----------------------|---------------------|
| <b>Atividades Operacionais</b>                                     |                      |                     |
| Resultado Líquido do exercício                                     | 39,154,518           | 32,831,591          |
| Ajustamentos:                                                      |                      |                     |
| Amortizações do Exercício                                          | 27,649,080           | 28,819,293          |
| Provisões e Imparidade                                             | 24,098,464           | 7,558,804           |
| Variações nos ativos e passivos operacionais:                      |                      |                     |
| (Aumento) / diminuição de aplicações em instituições de crédito    | 126,510,661          | 66,875,521          |
| (Aumento) / diminuição de crédito a clientes                       | (81,853,779)         | (2,493,273)         |
| (Aumento) / diminuição de outros ativos                            | 4,162,233            | (8,545,670)         |
| (Aumento) / diminuição de recurso de clientes e outros empréstimos | 28,900,426           | (35,028,772)        |
| (Aumento) / diminuição de outros passivos                          | 16,945,391           | (12,197,257)        |
| <b>Fluxo de Atividades Operacionais</b>                            | <b>185,566,994</b>   | <b>77,820,237</b>   |
| <b>Atividades de Investimento</b>                                  |                      |                     |
| (Pagamentos) / Recebimentos respeitantes a:                        |                      |                     |
| Obrigações e outros títulos                                        | (204,045,412)        | 3,980,427           |
| Imobilizações Corpóreas                                            | (8,107,124)          | (13,457,591)        |
| Imobilizações Incorpóreas                                          | (6,500,843)          | (1,578,536)         |
| <b>Fluxo da Atividade de Investimento</b>                          | <b>(218,653,379)</b> | <b>(11,055,700)</b> |
| <b>Atividade de Financiamento</b>                                  |                      |                     |
| Pagamentos respeitantes a:                                         |                      |                     |
| Dividendos distribuídos                                            | (14,380,237)         | (11,202,599)        |
| <b>Fluxo da Atividade de Financiamento</b>                         | <b>(14,380,237)</b>  | <b>(11,202,599)</b> |
| Aumento/(diminuição) líquida de caixa e seus equivalentes          | (47,466,622)         | 55,561,938          |
| Caixa e seus equivalente no início do período                      | 922,341,409          | 866,779,471         |
| <b>Caixa e seus equivalente no final do período</b>                | <b>874,874,787</b>   | <b>922,341,409</b>  |





13.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS



### 1. NOTA INTRODUTÓRIA

O Banco Internacional de São Tomé e Príncipe, S.A.R.L. (adiante igualmente designado por “Banco” ou “BISTP”), tem sede em São Tomé, e foi constituído por Escritura Pública de 3 de março de 1993.

O Banco dedica-se à obtenção de recursos de terceiros sob a forma de depósitos ou outros, os quais aplica, juntamente com os seus recursos próprios, na concessão de empréstimos a clientes, depósitos no Banco Central de São Tomé e Príncipe, aplicações em instituições de crédito, aquisição de títulos e outros ativos, para os quais se encontra devidamente autorizado. Presta ainda outros serviços bancários, dispondo para o efeito, em 31 de dezembro de 2017, de uma rede nacional de doze balcões, localizados na cidade de São Tomé (9), na cidade da Trindade (1), na cidade de Santana (1) e na Ilha do Príncipe (1).

### 2. BASES DE APRESENTAÇÃO E RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As Demonstrações Financeiras agora apresentadas foram preparadas no sentido de dar cumprimento à legislação em vigor.

#### 2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos mantidos pelo Banco de acordo com os princípios consagrados no Plano de Contas para Instituições Financeiras (PCIF), nos termos da Norma de Aplicação Permanente nº 5/09, de 9 de julho, emitida pelo Banco Central de São Tomé e Príncipe. O PCIF, que entrou em vigor em 1 de janeiro de 2010, representa uma aproximação às Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF), contendo um conjunto alargado de

adaptações à realidade São-tomense.

Através de comunicação do Banco Central de São Tomé e Príncipe, datada de 3 de dezembro de 2010 e cujas orientações foram prorrogadas em novas comunicações de 24 de abril de 2015, de 8 de dezembro de 2015, de 10 de março de 2017 e de 26 de março de 2018, foram autorizadas as seguintes exceções às disposições definidas no PCIF para os exercícios de 2016 e 2017, respetivamente:

» o diferimento das comissões associadas a crédito foi efetuado pelo método linear, e não pela taxa de juro efetiva;

» os títulos em carteira foram registados ao custo de aquisição, não sendo deste modo aplicado o conceito de justo valor na sua valorização;

» as provisões para crédito concedido foram determinadas com base nas regras previstas na NAP nº 7/2007, não sendo deste modo calculada imparidade de acordo com a IAS 39;

» a apresentação de divulgações de acordo com a Norma IFRS 7 – “Instrumentos Financeiros: Divulgações” apenas será obrigatória após a implementação das disposições acima definidas.

Foi ainda clarificado que as NIRF não previstas no PCIF não são de aplicação obrigatória. Não obstante, o Banco Central permite que o Banco introduza as NIRF de forma plena, desde que os procedimentos adotados sejam divulgados nas notas às contas e devidamente validados pela Supervisão Bancária.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração do BISTP aquando da sua reunião a 16 de abril de 2018 e estão pendentes de aprovação em Assembleia Geral de acionistas. No entanto, é do entendimento do Conselho de Administração que as demonstrações financeiras venham a ser aprovadas sem alterações significativas.



### 2.2 Políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

#### a) Especialização de exercícios

Os proveitos e custos são reconhecidos em função do período de vigência das operações, de acordo com o princípio contabilístico da especialização de exercícios, sendo registados quando se vencem, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

#### b) Conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras do Banco em 31 de dezembro de 2017 encontram-se expressas na moeda funcional, em Dobras de São Tomé e Príncipe, tendo os ativos e passivos denominados em outras divisas sido convertidos para moeda nacional, com base no câmbio de compra indicativo publicado pelo Banco Central de São Tomé e Príncipe naquelas datas, no seguimento do disposto na Norma de Aplicação Permanente nº 5/09, de 9 de julho.

Através da entrada em vigor da Norma de Aplicação Permanente nº 17/09, de 31 de dezembro, do Banco Central de São Tomé e Príncipe, foi fixada a paridade cambial com o Euro (EUR) a partir de 1 de janeiro de 2010, tendo o câmbio sido fixado em 1 Euro/24,500 Dobras de São Tomé e Príncipe (STD). Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o câmbio face ao Dólar Norte-Americano (USD) era o seguinte:

|       | 2017          | 2016          |
|-------|---------------|---------------|
| 1 USD | 20,529.28 STD | 23,438.25 STD |

As operações em moeda estrangeira são registadas de acordo com os princípios do sistema "multi-currency", sendo cada operação registada em função das respetivas moedas de denominação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda

estrangeira encontram-se convertidos para STD ao câmbio de compra comunicado pelo Banco Central de São Tomé e Príncipe diariamente. Por sua vez, os ativos e passivos não monetários são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor à data do final de dia da transação.

Os custos e proveitos relativos a diferenças cambiais registam-se na demonstração dos resultados do exercício em que ocorrem, na rubrica "Resultado líquido de operações cambiais".

A conversão dos réditos e custos em moedas estrangeiras é efetuada numa base diária ao câmbio do final do dia.

De acordo com a Norma de Aplicação Permanente nº 5/09, as instituições financeiras que realizaram o seu capital em moeda estrangeira estão autorizadas a constituir uma provisão para riscos cambiais, destinada à manutenção do valor do capital. Admite-se ainda que as instituições financeiras constituam uma provisão destinada à reavaliação do ativo imobilizado. Estas duas provisões destinam-se exclusivamente a ser incorporadas no capital das instituições, mediante aprovação do Banco Central de São Tomé e Príncipe.

#### c) Provisões para riscos de crédito

Conforme definido no PCIF, as provisões para crédito devem transitoriamente corresponder ao maior de entre as provisões regulamentares e a imparidade. Tal como descrito na Nota 2.1, relativamente aos exercícios de 2017 e 2016 o Banco Central de São Tomé e Príncipe autorizou que não fosse calculada a imparidade de acordo com a IAS 39.

Contudo, o Banco realizou uma análise individual de imparidade de acordo com a IAS 39 dos Grupos Económicos individualmente significativos tendo para esses registado o maior entre o valor de imparidade e de provisões.

## NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Para a carteira não significativa, o Banco calculou as provisões para riscos de crédito de acordo com as disposições da Norma de Aplicação Permanente nº 7/07, de 6 de agosto, do Banco Central de São Tomé e Príncipe.

Nos termos desta Norma, o Banco classifica as operações de crédito por ordem crescente de risco, de acordo com as seguintes categorias:

- a) Normal
- b) Sob supervisão
- c) Abaixo do normal
- d) Crédito duvidoso

e) Perda

A classificação das operações de crédito a um mesmo cliente, para efeitos de constituição de provisões, é efetuada na categoria que apresentar maior risco e é independente das garantias associadas a cada operação.

O crédito irregular é classificado nas categorias de risco em função do tempo decorrido desde a data de entrada das operações em incumprimento, sendo os níveis mínimos de provisionamento calculados de acordo com a seguinte tabela:

| Categoria                                        | Normal      | Sob supervisão  | Abaixo do normal | Crédito duvidoso       | Perda            |
|--------------------------------------------------|-------------|-----------------|------------------|------------------------|------------------|
| % de provisão                                    | 2%          | 10%             | 25%              | 50%                    | 100%             |
| Tempo decorrido desde a entrada em incumprimento | até 30 dias | de 30 a 89 dias | de 90 a 180 dias | de 180 dias a 360 dias | mais de 360 dias |

## NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2016, o Banco utilizou a percentagem de 3.25% para efeitos da constituição de provisões para a categoria “Normal”.

Face à revisão dos procedimentos internos do Banco, que em 2017 fez uma avaliação mais abrangente das provisões dos clientes significativos, o Conselho de Administração alterou o provisionamento dos clientes da categoria “Normal” para 2%, de forma a alinhar com os requisitos da NAP nº 7/2007. Para as exposições extrapatrimoniais a percentagem de provisão constituída em 2017 e 2016 foi de 2% e 2.5%, respetivamente.

Os juros vencidos, bem como os créditos em cobrança coerciva, são integralmente provisionados. Adicionalmente, foram registadas provisões específicas adicionais para algumas situações onde se estimam dificuldades mais significativas na cobrança dos créditos, incluindo créditos reestruturados.

O Conselho de Administração do Banco considera que as dotações para as provisões supramencionadas são integralmente dedutíveis para efeitos de apuramento do imposto sobre o rendimento, em virtude de serem inerentes/indispensáveis para a realização dos proveitos sujeitos a imposto. Adicionalmente, a natureza das provisões registadas decorre do normativo do Banco Central de São Tomé e Príncipe, no uso da competência que lhe é atribuída pela Lei das Instituições Financeiras.

As provisões apuradas pela análise individual de imparidade e para os clientes nas categorias abaixo do normal, crédito duvidoso e perda são registadas a crédito na rubrica de “Crédito sobre clientes” no ativo.

As provisões para as categorias normal e sob supervisão e as para as exposições extrapatrimoniais são registadas na rubrica de “Provisões diversas” na situação líquida.

### c) Bens em dação de pagamento

Os imóveis e outros bens recebidos em dação de pagamento por recuperação de créditos irregulares, são registados na rubrica “Outros ativos” (Nota 9), de acordo com o artigo nº8 da Norma de Aplicação Permanente nº7/07, de 6 de agosto.

O recebimento dos bens ou valores em dação de pagamento de crédito irregular é feito pelo mínimo entre o valor do principal do crédito ou ativo a receber, acrescido de eventuais despesas incorridas com processos judiciais e o justo valor estimado pelos avaliadores independentes.

Durante os exercícios de 2017 e 2016, e de forma a avaliar o justo valor dos imóveis recebidos em dação de pagamento, o Banco solicitou avaliações independentes. Foram registadas provisões caso o justo valor estimado pelo avaliador independente seja inferior ao valor contabilístico.

As mais-valias potenciais em ativos recebidos em dação por recuperação de crédito não são reconhecidas em balanço.

### e) Imobilizações corpóreas e incorpóreas

As imobilizações corpóreas adquiridas até 1998 encontram-se registadas ao custo de aquisição, reavaliado de acordo com a legislação em vigor. As adições posteriores de imobilizado corpóreo encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzidas das respetivas depreciações. A depreciação é calculada pelo método das quotas constantes, por duodécimos, de acordo com as taxas de amortização definidas na Lei nº 5/93, de 10 de agosto, as quais correspondem aos seguintes anos de vida útil estimada:

| Anos de vida útil       |        |
|-------------------------|--------|
| Imoveis de serviços     | 50     |
| Equipamentos:           |        |
| Mobiliários e material  | 8      |
| Maquinas e ferramentas  | 2 - 10 |
| Equipamento informático | 3 - 4  |
| Instalações interiores  | 8 - 20 |
| Materiais de transporte | 4      |

## NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O custo de aquisição inclui despesas que sejam diretamente atribuíveis à aquisição dos bens. As despesas de manutenção e reparação são reconhecidas como custo do exercício, na rubrica de “Gastos Gerais Administrativos”.

As imobilizações incorpóreas correspondem essencialmente a custos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de *software* utilizado no desenvolvimento das atividades do Banco. Estas imobilizações são amortizadas segundo o método das quotas constantes, por duodécimos, num período de três anos.

As despesas com manutenção de *software* são registadas como custo no exercício em que são incorridas.

Os custos associados a operações de capital próprio, incluindo despesas com aumentos de capital, são registados diretamente como uma dedução ao capital próprio, não afetando o resultado do exercício.

### **f) Carteira de títulos**

De acordo com o PCIF, os títulos em carteira deverão ser classificados em categorias de acordo com a natureza dos instrumentos financeiros e a intenção do Banco na sua aquisição. Este normativo prevê igualmente a contabilização de uma parte dos instrumentos ao justo valor. No entanto, conforme descrito na Nota 2.1, em 2017 e 2016 o Banco obteve autorização do Banco Central para manter os títulos registados ao custo de aquisição.

Pelo facto de ser intenção do BISTP manter os títulos em carteira até à respetiva data de maturidade, o Banco não regista provisões para eventuais menos-valias potenciais decorrentes da desvalorização dos títulos, exceto no caso de situações em que haja evidência de imparidade.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os investimentos em valores mobiliários encontram-se registados ao custo de aquisição e correspondem a Obrigações de Caixa emitidas pela Caixa Geral de Depósitos, S.A., a certificados de depósitos do Banco Angolano de Investimento e a bilhetes do tesouro do Estado de São Tomé e Príncipe. A diferença positiva ou negativa entre o custo de aquisição e o valor nominal dos títulos, que corresponde ao prémio ou desconto verificado quando da

compra, é reconhecida contabilisticamente como custo ou proveito entre a data de aquisição e a data de vencimento. Os juros corridos relativos a estes títulos são contabilizados no ativo na rubrica “Obrigações e outros títulos” (Nota 7).

### **g) Imobilizações financeiras**

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Imobilizações financeiras” corresponde à participação do Banco na Sociedade Gestora de Pagamentos Automáticos de São Tomé e Príncipe (SPAUT). As imobilizações financeiras encontram-se registadas ao custo de aquisição, sendo sujeitas a análises de imparidade.

### **h) Impostos**

O Banco encontra-se sujeito ao Imposto sobre o Rendimento através da aplicação de uma taxa normal de 25%, tal como previsto no Artigo 81º do Código Fiscal, promulgado através da Lei nº 16/2008, de 31 de dezembro.

Adicionalmente, ao valor apurado da coleta de imposto, acresce imposto do selo à taxa normal de 6%, o qual é refletido na rubrica “Outros resultados de exploração” da demonstração de resultados.

É ainda de referir que os juros dos Bilhetes do Tesouro emitidos pelo Estado de São Tomé e Príncipe estão sujeitos a retenção na fonte a uma taxa de 20% sendo este valor posteriormente dedutível para efeitos do apuramento da estimativa de imposto.

Não são registados impostos diferidos, uma vez que não existem diferenças temporárias ativas ou passivas entre os valores contabilísticos e os valores fiscais.

### **i) Pensões de reforma**

A Lei nº 1/90, de 8 de maio, que regulamenta o sistema de Segurança Social em São Tomé e Príncipe, prevê a atribuição de pensões de reforma a todos os trabalhadores inscritos na Segurança Social que atinjam a idade considerada normal para a cessação da atividade profissional (57 ou 62 anos conforme sejam, respetivamente, do sexo feminino ou masculino). O valor destas pensões é calculado nos termos dos Artigos 59º e 67º da supra referida Lei. De acordo com o seu Artigo 99º, as taxas de contribuição para este sistema são de 6% para a entidade empregadora e de 4% para



## NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

os trabalhadores. Para além destas contribuições, o Banco não assumiu qualquer responsabilidade adicional por benefícios de reforma dos seus empregados.

No entanto, dado antecipar que venha a ser concedido um complemento à pensão de reforma atribuída pela Segurança Social, o Banco registou, a partir do exercício de 2008, uma provisão para pensões na rubrica “Provisões para riscos e encargos” da situação líquida, no montante de mSTD 21,510,168 (Nota 15). Esta provisão foi determinada com base numa estimativa que assumiu o pressuposto de que o complemento corresponderia a cerca de 20% do salário à data de reforma.

A distribuição deste montante teve carácter de benefício de curto prazo pelo que o Banco apenas fará contribuições adicionais em anos seguintes caso assim o decida. O Banco não ficará com nenhuma responsabilidade para com o fundo.

A percentagem detida por cada um dos colaboradores foi calculada tendo por base a antiguidade e vencimento médio destes. Foram beneficiários deste prémio os colaboradores do Banco a 31 de dezembro de 2016.

No decorrer do exercício de 2017, o Conselho de Administração distribuiu a totalidade das provisões de reforma e sobrevivência constituídas no exercício de 2008 no montante mSTD 21,510,168, tendo este valor sido transferido para uma conta de depósito à ordem no Banco titulada pelo Fundo Social dos Trabalhadores do Banco.

### **j) Prémios de antiguidade**

O Banco assumiu o compromisso de liquidar prémios de antiguidade correspondentes a um ou dois meses de vencimento, aos colaboradores que perfaçam 15 e 30 anos de serviço, respetivamente. Os prémios de antiguidade são reconhecidos linearmente ao longo do tempo de serviço dos colaboradores na rubrica “Custos a pagar”, sendo registados em resultados na rubrica “Custos com pessoal” (Nota 24).

### **k) Comissões**

De acordo com o PCIF, as comissões cobradas pelo Banco na concessão de créditos deverão ser diferidas e reconhecidas em proveitos através do método da taxa efetiva, independentemente do momento em que estas comissões são cobradas ou

pagas. Conforme descrito na Nota 2.1, em 2017 e 2016 o Banco obteve autorização do Banco Central para efetuar o diferimento destas comissões através do método linear.

As comissões associadas a garantias prestadas, créditos documentários e anuidades de cartões, são objeto de diferimento linear ao longo do correspondente período.

As comissões por serviços prestados são reconhecidas como proveito ao longo do período de prestação do serviço ou de uma só vez, se corresponderem a uma compensação pela execução de atos únicos.

### **l) Crédito a clientes e outros valores a receber**

Os créditos e outros valores a receber compreende todos os ativos financeiros correspondentes ao fornecimento de dinheiro, bens ou serviços a um devedor. Este conceito abrange a atividade típica de concessão de crédito a clientes, bem como as posições credoras resultantes de operações com terceiros realizadas no âmbito da atividade da instituição e exclui as operações com instituições de crédito. Estes ativos financeiros são inicialmente registados pelos valores contratados, quando originados pelo Banco, ou pelos valores pagos, quando adquiridos a outras entidades.

Os juros, comissões e outros custos e proveitos associados a operações de crédito são periodificados ao longo da vida das operações por contrapartida de rubricas de resultados, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos.

O Banco procede ao abate de créditos ao ativo (*write-offs*) de operações que considere irrecuperáveis e cujas provisões estejam constituídas pelo valor total da operação.

Os créditos encontram-se sujeitos a provisões conforme divulgado na Nota 2.2 c).

### **m) Garantias prestadas e compromissos irrevogáveis**

As responsabilidades por garantias prestadas e compromissos irrevogáveis são registadas em rubricas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de juros, comissões ou outros proveitos registados em rubricas de resultados ao longo da vida das operações.

## NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Estas responsabilidades são abrangidas pelo regime de constituição de provisões para risco de crédito previsto na Norma de Aplicação Permanente nº7/07, conforme divulgado na Nota 2.2 c).

### **n) Outros passivos financeiros**

Esta categoria inclui os recursos de bancos centrais, de outras instituições de crédito e de clientes.

Estes passivos financeiros são mensurados ao seu valor nominal acrescido de eventuais comissões e de todos os custos incrementais diretamente atribuíveis à transação.

### **o) Provisões e passivos contingentes**

Uma provisão deve ser reconhecida quando se verifique uma obrigação presente (legal ou construtiva), (i) resultante de um acontecimento passado, relativamente à qual se verifique (ii) uma forte probabilidade de se efetuar um dispêndio de recursos e que seja (iii) quantificável de um modo fiável.

Quando não seja provável a ocorrência de um dispêndio de recursos, ou a estimativa da quantia da obrigação não possa ser apurada de forma fiável, estamos perante um passivo contingente, que apenas deve ser sujeito a divulgação, a menos que seja remota a possibilidade de ocorrência.

### **p) Caixa e seus equivalentes**

Para efeitos da preparação da demonstração dos fluxos de caixa, o Banco considera como “Caixa e seus equivalentes” os valores registados no balanço de aplicações de muito curto prazo, disponíveis de imediato sem perda de valor, onde se incluem as rubricas de caixa e disponibilidades no Banco Central e as disponibilidades à vista sobre instituições de crédito.

### 3. CAIXA E DISPONIBILIDADES NO BANCO CENTRAL

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

|                                                                          | 2017               | 2016               |
|--------------------------------------------------------------------------|--------------------|--------------------|
| <b>Caixa</b>                                                             |                    |                    |
| Notas e moedas nacionais                                                 | 13,426,463         | 24,205,195         |
| Notas e moedas estrangeiras:                                             |                    |                    |
| Em Euros                                                                 | 14,605,736         | 13,042,758         |
| Em Dólares dos Estados Unidos                                            | 13,053,528         | 21,354,519         |
| Em outras divisas                                                        | 2,567,683          | 5,745,001          |
| <b>Total</b>                                                             | <b>43,653,410</b>  | <b>64,347,473</b>  |
| <b>Depósitos à ordem no Banco Central de São Tomé e Príncipe (BCSTP)</b> |                    |                    |
| Em moeda nacional                                                        | 624,261,003        | 665,611,101        |
| Em moeda estrangeira:                                                    |                    |                    |
| Em Euros                                                                 | 78,970,237         | 77,664,516         |
| Em Dólares dos Estados Unidos                                            | 19,600,786         | 18,709,119         |
| <b>Sub-Total</b>                                                         | <b>722,832,026</b> | <b>761,984,736</b> |
| <b>Total</b>                                                             | <b>766,485,436</b> | <b>826,332,209</b> |

Os depósitos à ordem no BCSTP em moeda nacional visam cumprir as disposições em vigor de manutenção de reservas mínimas de caixa.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as reservas mínimas de caixa são atualizadas, através da aplicação das percentagens de 18% sobre os passivos elegíveis em moeda nacional e 21% sobre os passivos elegíveis em moeda estrangeira, respetivamente, referentes ao mês que antecede em dois meses o início do período de manutenção, nos termos da Norma de Aplicação Permanente nº 18/2011, de 17 de agosto, do Banco Central de São Tomé e Príncipe. Estes depósitos não são remunerados.

#### 4. DISPONIBILIDADES À VISTA SOBRE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

|                                         | 2017               | 2016              |
|-----------------------------------------|--------------------|-------------------|
| <b>Cheques a cobrar</b>                 |                    |                   |
| No estrangeiro                          | 11,025             | 1,960             |
| No país                                 | 94,813             | 1,371,507         |
| <b>Sub-Total</b>                        | <b>105,838</b>     | <b>1,373,467</b>  |
| <b>Títulos a cobrar no país</b>         | <b>612,040</b>     | <b>7,882,701</b>  |
| <b>Depósitos à ordem no estrangeiro</b> |                    |                   |
| Caixa Geral de Depósitos:               |                    |                   |
| Sede (Lisboa)                           | 80,378,252         | 27,798,649        |
| Cash Advance                            | -                  | 1,779,968         |
| Banca Eletrónica                        | -                  | 2,466,514         |
| Sucursal de França                      | 296,417            | 1,146,959         |
| Banco Comercial Português               | 16,440,328         | 39,626,342        |
| Banco Santander Totta                   | 4,200,649          | 7,817,554         |
| Banco Angolano de Investimento - Angola | 4,796,042          | 4,646,182         |
| Banco Caixa Angola                      | 1,333,779          | 1,216,654         |
| Outros Instituições de Crédito          | 224,937            | 253,263           |
| <b>Sub-Total</b>                        | <b>107,670,404</b> | <b>86,752,085</b> |
| <b>Outras disponibilidades</b>          | <b>1,069</b>       | <b>947</b>        |
| <b>TOTAL</b>                            | <b>108,389,351</b> | <b>96,009,200</b> |

Os cheques a cobrar correspondem a cheques sobre clientes de outros bancos, os quais, em regra, são cobrados nos primeiros dias úteis seguintes.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Títulos a cobrar no país” é composta por títulos da Direção Geral do Tesouro, disponibilizados por esta instituição ao Banco para efeitos de liquidação das suas responsabilidades. Estes montantes foram regularizados na sua totalidade junto do Banco Central de São Tomé e Príncipe nos primeiros dias de janeiro do respetivo ano subsequente.



## 5. OUTROS CRÉDITOS SOBRE INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica corresponde a depósitos a prazo, os quais apresentam a seguinte estrutura por moeda e taxa de juro:

| 2017                      |       |              |                    |                    |                  |                    |
|---------------------------|-------|--------------|--------------------|--------------------|------------------|--------------------|
|                           | Moeda | Taxa de juro | Montante em divisa | Montante em mSTD   | Juros a receber  | Total              |
| Caixa Geral de Depósitos  | USD   | 1.600%       | 3,000,000          | 61,588,740         | 391,431          | 61,980,171         |
| Caixa Geral de Depósitos  | USD   | 1.600%       | 2,000,000          | 41,059,160         | 260,954          | 41,320,114         |
| Caixa Geral de Depósitos  | USD   | 1.600%       | 650,000            | 13,344,227         | 84,810           | 13,429,037         |
| Banco Comercial Português | USD   | 1.800%       | 6,000,000          | 123,177,480        | 2,086,855        | 125,264,335        |
|                           |       |              |                    | <u>239,169,607</u> | <u>2,824,050</u> | <u>241,993,657</u> |
| 2016                      |       |              |                    |                    |                  |                    |
|                           | Moeda | Taxa de juro | Montante em divisa | Montante em mSTD   | Juros a receber  | Total              |
| Caixa Geral de Depósitos  | EUR   | 0.200%       | 2,500,000          | 61,250,000         | 101,063          | 61,351,063         |
| Caixa Geral de Depósitos  | USD   | 1.200%       | 2,000,000          | 46,876,500         | 478,140          | 47,354,640         |
| Caixa Geral de Depósitos  | USD   | 1.450%       | 3,500,000          | 82,033,875         | 453,207          | 82,487,082         |
| Caixa Geral de Depósitos  | USD   | 0.900%       | 1,500,000          | 35,157,375         | 1,758            | 35,159,133         |
| Banco Comercial Português | USD   | 1.150%       | 6,000,000          | 140,629,500        | 1,522,900        | 142,152,400        |
|                           |       |              |                    | <u>365,947,250</u> | <u>2,557,068</u> | <u>368,504,318</u> |

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os depósitos a prazo apresentam a seguinte estrutura, de acordo com os prazos residuais de vencimento:

|                           | 2017               |                  |                    | 2016               |                  |                    |
|---------------------------|--------------------|------------------|--------------------|--------------------|------------------|--------------------|
|                           | Montante em mSTD   | Juros a receber  | Montante Total     | Montante em mSTD   | Juros a receber  | Montante Total     |
| Até três meses            | 123,177,480        | 2,086,855        | 125,264,335        | 283,913,375        | 2,103,861        | 286,017,236        |
| Entre três meses e um ano | 115,992,127        | 737,195          | 116,729,322        | 82,033,875         | 453,207          | 82,487,082         |
|                           | <u>239,169,607</u> | <u>2,824,050</u> | <u>241,993,657</u> | <u>365,947,250</u> | <u>2,557,068</u> | <u>368,504,318</u> |

## 6. CRÉDITOS SOBRE CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

|                                                | 2017                 | 2016                 |
|------------------------------------------------|----------------------|----------------------|
| <b>Crédito regular:</b>                        |                      |                      |
| - Moeda Nacional:                              |                      |                      |
| Descontos comerciais                           | 839,000              | 5,072,030            |
| Empréstimos                                    | 482,812,604          | 381,427,349          |
| Crédito em conta corrente                      | 31,770,746           | 51,455,986           |
| Descobertos em depósitos à ordem               | 70,622,378           | 36,519,463           |
|                                                | <u>586,044,728</u>   | <u>474,474,828</u>   |
| - Moeda Estrangeira:                           |                      |                      |
| Descontos comerciais                           | -                    | -                    |
| Empréstimos                                    | 66,289,521           | 106,439,476          |
| Crédito em conta corrente                      | 2,122,384            | 1,626,234            |
| Descobertos em depósitos à ordem               | 11,645               | 13,154               |
| Outros Créditos                                | -                    | -                    |
|                                                | <u>68,423,550</u>    | <u>108,078,864</u>   |
| Total de crédito regular (1)                   | <u>654,468,278</u>   | <u>582,553,692</u>   |
| <b>Crédito irregular:</b>                      |                      |                      |
| - Moeda Nacional:                              |                      |                      |
| Capital                                        | 160,110,419          | 142,186,994          |
| Juros                                          | 406,544              | 1,189,964            |
|                                                | <u>160,516,963</u>   | <u>143,376,958</u>   |
| - Moeda Estrangeira:                           |                      |                      |
| Capital                                        | 56,051,340           | 61,421,083           |
| Juros                                          | 36,641               | 332,508              |
|                                                | <u>56,087,981</u>    | <u>61,753,591</u>    |
| Total de crédito irregular (2)                 | <u>216,604,944</u>   | <u>205,130,549</u>   |
| Total de crédito concedido (3) = (1) + (2)     | <u>871,073,222</u>   | <u>787,684,241</u>   |
| Juros a receber de crédito concedido (4)       | <u>4,545,589</u>     | <u>5,704,717</u>     |
| Total de crédito bruto (5) = (3) + (4)         | <u>875,618,811</u>   | <u>793,388,958</u>   |
| Provisões para crédito concedido (Nota 15) (6) | <u>(193,437,185)</u> | <u>(173,254,888)</u> |
| Total de crédito líquido (7) = (5) - (6)       | <u>682,181,626</u>   | <u>620,134,070</u>   |

Tendo por base a divisão entre crédito regular e irregular, a carteira de crédito em 31 de dezembro de 2017 e 2016 segmenta-se da seguinte forma:

|                        | 2017               | 2016               |
|------------------------|--------------------|--------------------|
| <b>Crédito Regular</b> |                    |                    |
| Normal                 | 618,153,928        | 559,228,280        |
| Sob supervisão         | 36,314,350         | 23,325,412         |
|                        | <u>654,468,278</u> | <u>582,553,692</u> |

|                              | 2017               | 2016               |
|------------------------------|--------------------|--------------------|
| <b>Crédito Irregular</b>     |                    |                    |
| Abaixo do normal             | 18,678,838         | 2,273,379          |
| Crédito duvidoso             | 30,235,261         | 61,286,875         |
| Perda                        | 19,602,446         | 29,321,566         |
| Crédito em cobrança coerciva | 148,088,399        | 112,248,729        |
|                              | <u>216,604,944</u> | <u>205,130,549</u> |

Segundo o plano de contas para as instituições financeiras emanada do BCSTP, os créditos com prestações vencidas até 89 dias, inseridos nas classes 1 e 2 da

## NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

carteira de crédito (situação normal e sob supervisão respetivamente), são consideradas em situação regular. Os créditos com prestações vencidas superiores a 90 dias, inseridos nas classes 3, 4 e 5 da carteira de crédito (situação abaixo do normal, duvidoso e perda, respetivamente), são considerados de irregulares ou adversamente classificados. O crédito em cobrança coerciva insere-se na classe 5 da carteira de crédito e é constituído por contratos que se encontram em situação de contencioso.

Para efeitos de distribuição do mapa apresentado abaixo, a distinção entre

exposição viva (sem dias de atraso) e vencida (com incumprimento) de cada contrato.

As provisões apresentadas são constituídas por provisões para crédito concedido (Nota 15) e provisões para riscos gerais de crédito (Nota 15 e Nota 16).

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a composição do crédito e respetivas provisões pelas classes apresentadas no mapa anterior, pode ser detalhada

| 2017                       |             |             |           |             |                  |                |            |             |
|----------------------------|-------------|-------------|-----------|-------------|------------------|----------------|------------|-------------|
| Classe                     | Vivo        | Vencido     |           |             | Total de crédito | Provisões      |            |             |
|                            |             | Capital     | Juros     | Total       |                  | Regulamentares | Económicas | Total       |
| Normal                     | 574,745,486 | 42,649,058  | 759,384   | 43,408,442  | 618,153,928      | 9,236,911      | -          | 9,236,911   |
| Sob supervisão             | 34,057,624  | 2,220,993   | 35,733    | 2,256,726   | 36,314,350       | 909,495        | 2,721,940  | 3,631,435   |
| Total de crédito regular   | 608,803,110 | 44,870,051  | 795,117   | 45,665,168  | 654,468,278      | 10,146,406     | 2,721,940  | 12,868,346  |
| Abaixo do normal           | 15,801,181  | 2,820,397   | 57,260    | 2,877,657   | 18,678,838       | 926,091        | 4,157,478  | 5,083,569   |
| Crédito duvidoso           | 29,334,102  | 887,452     | 13,707    | 901,159     | 30,235,261       | 861,088        | 19,801,684 | 20,662,772  |
| Perda                      | 11,539,979  | 7,690,250   | 372,217   | 8,062,467   | 19,602,446       | 3,139,649      | 16,462,796 | 19,602,445  |
| Crédito em Contencioso     | -           | 148,088,399 | -         | 148,088,399 | 148,088,399      | 148,088,399    | -          | 148,088,399 |
| Total de crédito irregular | 56,675,262  | 159,486,498 | 443,184   | 159,929,682 | 216,604,944      | 153,015,227    | 40,421,958 | 193,437,185 |
|                            | 665,478,372 | 204,356,549 | 1,238,301 | 205,594,850 | 871,073,222      | 163,161,633    | 43,143,898 | 206,305,531 |
| 2016                       |             |             |           |             |                  |                |            |             |
| Classe                     | Vivo        | Vencido     |           |             | Total de crédito | Provisões      |            |             |
|                            |             | Capital     | Juros     | Total       |                  | Regulamentares | Económicas | Total       |
| Normal                     | 558,716,003 | 489,089     | 23,188    | 512,277     | 559,228,280      | 15,643,813     | 0          | 15,643,813  |
| Sob supervisão             | 22,721,665  | 510,480     | 93,267    | 603,747     | 23,325,412       | 1,243,369      | 1,089,172  | 2,332,540   |
| Total de crédito regular   | 581,437,668 | 999,569     | 116,455   | 1,116,024   | 582,553,692      | 16,887,182     | 1,089,172  | 17,976,353  |
| Abaixo do normal           | 2,152,210   | 98,257      | 22,912    | 121,169     | 2,273,379        | 158,794        | 423,229    | 582,023     |
| Crédito duvidoso           | 59,073,187  | 1,098,457   | 1,115,231 | 2,213,688   | 61,286,875       | 19,384,079     | 11,718,491 | 31,102,570  |
| Perda                      | 27,609,418  | 1,327,819   | 384,329   | 1,712,148   | 29,321,566       | 9,579,548      | 19,742,018 | 29,321,566  |
| Crédito em Contencioso     | -           | 112,248,729 | -         | 112,248,729 | 112,248,729      | 112,248,729    | -          | 112,248,729 |
| Total de crédito irregular | 88,834,815  | 114,773,262 | 1,522,472 | 116,295,734 | 205,130,549      | 141,371,150    | 31,883,738 | 173,254,888 |
|                            | 670,272,483 | 115,772,831 | 1,638,927 | 117,411,758 | 787,684,241      | 158,258,332    | 32,972,910 | 191,231,241 |

crédito vivo e crédito vencido é efetuada tendo por base a divisão entre

como segue:

## NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Conforme apresentado no mapa anterior, para fazer face a algumas situações onde se estimam dificuldades mais significativas na cobrança dos créditos irregulares ou reestruturados, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, foram constituídas provisões adicionais para crédito concedido (provisões

económicas) nos montantes de mSTD 43,143,898, e mSTD 32,972,910, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a composição da carteira de crédito a clientes, por finalidade de financiamento, pode ser detalhada como segue:

|                     | 2017               |                    |                    | 2016               |                    |                    |
|---------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
|                     | Crédito regular    | Crédito irregular  | Crédito concedido  | Crédito regular    | Crédito irregular  | Crédito concedido  |
| <b>Empresas</b>     |                    |                    |                    |                    |                    |                    |
| Agrícola            | 1,534,124          | -                  | 1,534,124          | 710,179            | -                  | 710,179            |
| Automóvel           | 1,727,760          | -                  | 1,727,760          | 2,862,076          | -                  | 2,862,076          |
| Comércio            | 1,991,402          | 3,920,049          | 5,911,451          | 2,691,453          | 4,054,932          | 6,746,385          |
| Construção          | 495,723            | 2,660,810          | 3,156,533          | 478,854            | 2,184,000          | 2,662,854          |
| Consumo             | 53,717,033         | 1,054,713          | 54,771,746         | 36,511,912         | 544,424            | 37,056,336         |
| Habitação           | 46,056,345         | 14,532,791         | 60,589,136         | 49,200,565         | 14,532,791         | 63,733,356         |
| Importação          | 13,551,474         | 459,480            | 14,010,954         | 8,958,551          | 732,449            | 9,691,000          |
| Investimento        | 119,141,042        | 43,286,124         | 162,427,166        | 57,294,217         | 51,295,291         | 108,589,508        |
| Outros tipos        | 41,673,229         | 74,077,146         | 115,750,375        | 76,749,376         | 56,794,870         | 133,544,246        |
| Turismo             | -                  | -                  | -                  | -                  | 397,986            | 397,986            |
|                     | <u>279,888,132</u> | <u>139,991,113</u> | <u>419,879,245</u> | <u>235,457,183</u> | <u>130,536,743</u> | <u>365,993,926</u> |
| <b>Particulares</b> |                    |                    |                    |                    |                    |                    |
| Agrícola            | 56,201             | -                  | 56,201             | 10,736             | -                  | 10,736             |
| Automóvel           | 2,367,545          | 1,339,220          | 3,706,765          | 4,652,614          | 216,989            | 4,869,603          |
| Comércio            | 1,896,721          | 4,271,560          | 6,168,281          | 3,082,263          | 10,620,078         | 13,702,341         |
| Construção          | 136,733,440        | 6,277,659          | 143,011,099        | 99,643,496         | 2,834,353          | 102,477,849        |
| Consumo             | 62,951,134         | 3,996,475          | 66,947,609         | 57,768,197         | 5,182,727          | 62,950,924         |
| Educação            | 1,206,835          | -                  | 1,206,835          | 548,580            | -                  | 548,580            |
| Exploração          | -                  | -                  | -                  | -                  | -                  | -                  |
| Habitação           | 119,138,015        | 19,205,989         | 138,344,004        | 141,636,173        | 18,307,432         | 159,943,605        |
| Importação          | 271,914            | 554,099            | 826,013            | 468,470            | 77,143             | 545,613            |
| Investimento        | 44,726,417         | 20,675,143         | 65,401,560         | 28,943,573         | 15,799,904         | 44,743,477         |
| Outros tipos        | 4,355,681          | 20,293,686         | 24,649,367         | 9,464,091          | 21,555,180         | 31,019,271         |
| Saúde               | 876,243            | -                  | 876,243            | 878,316            | -                  | 878,316            |
|                     | <u>374,580,146</u> | <u>76,613,831</u>  | <u>451,193,977</u> | <u>347,096,509</u> | <u>74,593,806</u>  | <u>421,690,315</u> |
|                     | <u>654,468,278</u> | <u>216,604,944</u> | <u>871,073,222</u> | <u>582,553,692</u> | <u>205,130,549</u> | <u>787,684,241</u> |



## NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o crédito em situação regular apresenta a seguinte estrutura por moeda e taxa de juro média:

|                                  | 2017         |                    | 2016         |                    |
|----------------------------------|--------------|--------------------|--------------|--------------------|
|                                  | Taxa de juro | Crédito regular    | Taxa de juro | Crédito regular    |
| Em Dobras de São Tomé e Príncipe | 13.44%       | 586,044,728        | 16.15%       | 474,474,828        |
| Em Dólares dos Estados Unidos    | 8.79%        | 15,709,041         | 9.20%        | 26,194,020         |
| Em Euros                         | 6.40%        | 52,714,509         | 5.52%        | 81,884,844         |
|                                  |              | <u>654,468,278</u> |              | <u>582,553,692</u> |

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o crédito a clientes apresenta a seguinte estrutura, de acordo com os prazos residuais de vencimento

|                                   | 2017               | 2016               |
|-----------------------------------|--------------------|--------------------|
|                                   | Total              | Total              |
| Até um ano                        | 162,827,534        | 147,395,381        |
| De um a cinco anos                | 241,100,851        | 240,004,486        |
| Mais de cinco anos                | 393,182,659        | 286,303,366        |
| Crédito com duração indeterminada | 73,962,178         | 113,981,008        |
|                                   | <u>871,073,222</u> | <u>787,684,241</u> |

O crédito com duração indeterminada inclui o crédito em cobrança coerciva e os contratos nos quais a data de vencimento contratualizada se encontra ultrapassada.

## 7. OBRIGAÇÕES E OUTROS TÍTULOS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

| 2017                                    |       |                            |              |                    |                    |                  |                  |                    |
|-----------------------------------------|-------|----------------------------|--------------|--------------------|--------------------|------------------|------------------|--------------------|
|                                         | Moeda | Custo de aquisição de juro | Taxa de juro | Data de Vencimento | Montante em mSTD   | Juros a receber  | Desconto         | Total              |
| Certificados de depósitos BAI (Nota 17) | USD   | 650,000                    | Fixa         | 25-05-2018         | 13,344,227         | 211,675          | -                | 13,555,902         |
| CGD 2009/2019 Aniversário (Nota 17)     | EUR   | 1,000,000                  | Variável     | 11-05-2019         | 24,500,000         | 244,214          | -                | 24,744,214         |
| Bilhete de Tesouro (STPBTTES0003)       | mSTD  | 83,640,737                 | Fixa         | 08-03-2018         | 83,640,737         | 601,334          | 1,011,938        | 85,254,009         |
| Bilhete de Tesouro (STPBTTES0004)       | mSTD  | 18,247,062                 | Fixa         | 01-03-2018         | 18,247,062         | -                | 217,165          | 18,464,227         |
| Bilhete de Tesouro (STPBTTES0005)       | mSTD  | 115,601,716                | Fixa         | 30-10-2018         | 115,601,716        | -                | 2,774,441        | 118,376,157        |
|                                         |       |                            |              |                    | <u>255,333,742</u> | <u>1,057,223</u> | <u>4,003,544</u> | <u>260,394,509</u> |
| 2016                                    |       |                            |              |                    |                    |                  |                  |                    |
|                                         | Moeda | Custo de aquisição de juro | Taxa de juro | Data de Vencimento | Montante em mSTD   | Juros a receber  | Desconto         | Total              |
| Certificados de depósitos BAI (Nota 17) | USD   | 1,250,000                  | Fixa         | 22-05-2017         | 29,297,813         | 497,269          | -                | 29,795,082         |
| CGD 2009/2019 Aniversário (Nota 17)     | EUR   | 1,000,000                  | Variável     | 11-05-2019         | 24,500,000         | 260,521          | -                | 24,760,521         |
|                                         |       |                            |              |                    | <u>53,797,813</u>  | <u>757,790</u>   | <u>-</u>         | <u>54,555,603</u>  |

## NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, com base em estimativas de valorização fornecidas pela Caixa Geral de Depósitos, o justo valor dos títulos de dívida em carteira emitidos por esta instituição era inferior ao valor de balanço em mSTD 490 e mSTD 2,922,850, respetivamente. Conforme descrito na Nota 2.2 f), estas menos-valias não foram registadas dada a intenção do Banco de manter estes títulos até à sua maturidade e o Conselho de Administração considerar que não existe, neste momento, risco de perda por imparidade para o Banco. Para os restantes títulos o Banco considera igualmente que não existem indícios de imparidade

## 8. IMOBILIZAÇÕES

O movimento nestas rubricas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foi o seguinte:

|                                   | Saldo em 31-12-2016 |                         |                    |                   |                           | Abates           |                         |                  |                    | Saldo em 31-12-2017 |                         |                    |
|-----------------------------------|---------------------|-------------------------|--------------------|-------------------|---------------------------|------------------|-------------------------|------------------|--------------------|---------------------|-------------------------|--------------------|
|                                   | Ativo Bruto         | Amortizações acumuladas | Ativo líquido      | Aquisições        | Amortizações do exercício | Ativo Bruto      | Amortizações acumuladas | Imparidade       | Transferências     | Ativo Bruto         | Amortizações acumuladas | Ativo líquido      |
| <b>Imobilizações corpóreas:</b>   |                     |                         |                    |                   |                           |                  |                         |                  |                    |                     |                         |                    |
| Imóveis de serviço próprio        | 249,182,210         | (40,397,959)            | 208,784,251        | -                 | 9,847,788                 | -                | -                       | -                | -                  | 249,182,210         | (50,245,747)            | 198,936,463        |
| Mobiliário e material             | 48,041,108          | (21,254,657)            | 26,786,451         | 875               | 5,251,311                 | 223,089          | 208,374                 | -                | 250,516            | 48,069,410          | (26,297,594)            | 21,771,816         |
| Máquinas e ferramentas            | 34,129,290          | (24,334,575)            | 9,794,715          | 342,309           | 3,731,418                 | 386,553          | 285,800                 | -                | 1,041,669          | 35,126,715          | (27,780,193)            | 7,346,522          |
| Equipamento informático           | 18,463,289          | (15,947,329)            | 2,515,960          | 223,223           | 1,372,262                 | 5,995            | 5,178                   | -                | 3,657,628          | 22,338,145          | (17,314,413)            | 5,023,732          |
| Instalações interiores            | 16,953,867          | (6,653,095)             | 10,300,772         | -                 | 1,627,056                 | 30,437           | 30,429                  | -                | 193,076            | 17,116,506          | (8,249,722)             | 8,866,784          |
| Material de transporte            | 12,779,077          | (10,230,571)            | 2,548,506          | -                 | 1,705,946                 | 661,500          | 661,500                 | -                | 980,000            | 13,097,577          | (11,275,017)            | 1,822,560          |
| Equipamento de segurança          | 4,554,431           | (1,955,895)             | 2,598,536          | 673,244           | 471,394                   | -                | -                       | -                | -                  | 5,227,675           | (2,427,289)             | 2,800,386          |
| Outros equipamentos               | 2,876,573           | (639,437)               | 2,237,136          | -                 | 300,389                   | -                | -                       | -                | -                  | 2,876,573           | (939,826)               | 1,936,747          |
| Património artístico              | 1,215,410           | -                       | 1,215,410          | 6,125             | -                         | -                | -                       | -                | -                  | 1,221,535           | -                       | 1,221,535          |
|                                   | <u>388,195,255</u>  | <u>(121,413,518)</u>    | <u>266,781,737</u> | <u>1,245,776</u>  | <u>24,307,564</u>         | <u>1,307,574</u> | <u>1,191,281</u>        | <u>-</u>         | <u>6,122,889</u>   | <u>394,256,346</u>  | <u>(144,529,801)</u>    | <u>249,726,545</u> |
| <b>Imobilizações incorpóreas:</b> |                     |                         |                    |                   |                           |                  |                         |                  |                    |                     |                         |                    |
| Software                          | 24,580,146          | (20,592,825)            | 3,987,321          | -                 | 3,341,516                 | 5                | 5                       | -                | 1,378,943          | 25,959,084          | (23,934,336)            | 2,024,748          |
| Outros                            | 55,156              | (55,156)                | -                  | -                 | -                         | -                | -                       | -                | -                  | 55,156              | (55,156)                | -                  |
|                                   | <u>24,635,302</u>   | <u>(20,647,981)</u>     | <u>3,987,321</u>   | <u>-</u>          | <u>3,341,516</u>          | <u>5</u>         | <u>5</u>                | <u>-</u>         | <u>1,378,943</u>   | <u>26,014,240</u>   | <u>(23,989,492)</u>     | <u>2,024,748</u>   |
| <b>Imobilizações em curso:</b>    |                     |                         |                    |                   |                           |                  |                         |                  |                    |                     |                         |                    |
| Imobilizações incorpóreas         | 774,430             | -                       | 774,430            | 4,581,468         | -                         | -                | -                       | -                | (1,174,562)        | 4,181,336           | -                       | 4,181,336          |
| Imóveis de serviço próprio        | 102,900             | -                       | 102,900            | 316,216           | -                         | -                | -                       | -                | (250,516)          | 168,600             | -                       | 168,600            |
| Mobiliário e material             | -                   | -                       | -                  | -                 | -                         | -                | -                       | -                | -                  | -                   | -                       | -                  |
| Máquinas e ferramentas            | 92,019              | -                       | 92,019             | 198,062           | -                         | 5,044            | -                       | -                | (285,037)          | -                   | -                       | -                  |
| Equipamento informático           | 238,666             | -                       | 238,666            | 4,806,172         | -                         | -                | -                       | -                | (4,021,259)        | 1,023,579           | -                       | 1,023,579          |
| Instalações interiores            | -                   | -                       | -                  | -                 | -                         | -                | -                       | -                | -                  | -                   | -                       | -                  |
| Material de transporte            | -                   | -                       | -                  | 980,000           | -                         | -                | -                       | -                | (980,000)          | -                   | -                       | -                  |
| Equipamento de segurança          | 20,142              | -                       | 20,142             | 8,632             | -                         | -                | -                       | -                | (28,774)           | -                   | -                       | -                  |
| Outras imobilizações corpóreas    | 563,813             | -                       | 563,813            | 197,871           | -                         | -                | -                       | -                | (761,684)          | -                   | -                       | -                  |
|                                   | <u>1,791,970</u>    | <u>-</u>                | <u>1,791,970</u>   | <u>11,088,421</u> | <u>-</u>                  | <u>5,044</u>     | <u>-</u>                | <u>-</u>         | <u>(7,501,832)</u> | <u>5,373,515</u>    | <u>-</u>                | <u>5,373,515</u>   |
| <b>Imobilizações financeiras:</b> |                     |                         |                    |                   |                           |                  |                         |                  |                    |                     |                         |                    |
| SPAUT                             | 2,940,000           | -                       | 2,940,000          | -                 | -                         | -                | -                       | 2,940,000        | -                  | 2,940,000           | (2,940,000)             | -                  |
|                                   | <u>417,562,527</u>  | <u>(142,061,499)</u>    | <u>275,501,028</u> | <u>12,334,197</u> | <u>27,649,080</u>         | <u>1,312,623</u> | <u>1,191,286</u>        | <u>2,940,000</u> | <u>-</u>           | <u>428,584,101</u>  | <u>(171,459,293)</u>    | <u>257,124,808</u> |

|                                   | Saldo em 31-12-2015 |                         |                    |                   |                           | Abates         |                         |                  |                     | Saldo em 31-12-2016 |                         |                    |
|-----------------------------------|---------------------|-------------------------|--------------------|-------------------|---------------------------|----------------|-------------------------|------------------|---------------------|---------------------|-------------------------|--------------------|
|                                   | Ativo Bruto         | Amortizações acumuladas | Ativo líquido      | Aquisições        | Amortizações do exercício | Ativo Bruto    | Amortizações acumuladas | Reclassificações | Transferências      | Ativo Bruto         | Amortizações acumuladas | Ativo líquido      |
| <b>Imobilizações corpóreas:</b>   |                     |                         |                    |                   |                           |                |                         |                  |                     |                     |                         |                    |
| Imóveis de serviço próprio        | 235,837,862         | (30,916,232)            | 204,921,630        | 1,500,000         | 9,481,727                 | -              | -                       | -                | 11,844,348          | 249,182,210         | (40,397,959)            | 208,784,251        |
| Mobiliário e material             | 44,684,018          | (15,981,885)            | 28,702,133         | 68,963            | 5,441,419                 | 210,674        | 168,647                 | -                | 3,498,801           | 48,041,108          | (21,254,657)            | 26,786,451         |
| Máquinas e ferramentas            | 33,510,349          | (19,618,232)            | 13,892,118         | 384,683           | 4,738,456                 | 37,360         | 22,113                  | -                | 271,618             | 34,129,290          | (24,334,575)            | 9,794,715          |
| Equipamento informático           | 18,334,065          | (14,364,238)            | 3,969,827          | 129,224           | 1,583,091                 | -              | -                       | -                | -                   | 18,463,289          | (15,947,329)            | 2,515,960          |
| Instalações interiores            | 14,476,646          | (5,093,160)             | 9,383,486          | 72,003            | 1,590,715                 | 37,865         | 30,780                  | -                | 2,443,083           | 16,953,867          | (6,653,095)             | 10,300,772         |
| Material de transporte            | 11,627,577          | (8,049,646)             | 3,577,931          | 1,151,500         | 2,180,925                 | -              | -                       | -                | -                   | 12,779,077          | (10,230,571)            | 2,548,506          |
| Equipamento de segurança          | 3,612,479           | (1,564,857)             | 2,047,621          | 40,033            | 391,038                   | -              | -                       | -                | 901,919             | 4,554,431           | (1,955,895)             | 2,598,536          |
| Outros equipamentos               | 2,876,573           | (339,044)               | 2,537,529          | -                 | 300,393                   | -              | -                       | -                | -                   | 2,876,573           | (639,437)               | 2,237,136          |
| Património artístico              | 1,215,410           | -                       | 1,215,410          | -                 | -                         | -              | -                       | -                | -                   | 1,215,410           | -                       | 1,215,410          |
|                                   | <u>366,174,979</u>  | <u>(95,927,294)</u>     | <u>270,247,685</u> | <u>3,346,406</u>  | <u>25,707,765</u>         | <u>285,899</u> | <u>221,540</u>          | <u>-</u>         | <u>18,959,769</u>   | <u>388,195,255</u>  | <u>(121,413,518)</u>    | <u>266,781,737</u> |
| <b>Imobilizações incorpóreas:</b> |                     |                         |                    |                   |                           |                |                         |                  |                     |                     |                         |                    |
| Software                          | 22,923,439          | (17,481,296)            | 5,442,143          | -                 | 3,111,529                 | -              | -                       | -                | 1,656,707           | 24,580,146          | (20,592,825)            | 3,987,321          |
| Outros                            | 55,156              | (55,156)                | -                  | -                 | -                         | -              | -                       | -                | -                   | 55,156              | (55,156)                | -                  |
|                                   | <u>22,978,595</u>   | <u>(17,536,452)</u>     | <u>5,442,143</u>   | <u>-</u>          | <u>3,111,529</u>          | <u>-</u>       | <u>-</u>                | <u>-</u>         | <u>1,656,707</u>    | <u>24,635,302</u>   | <u>(20,647,981)</u>     | <u>3,987,321</u>   |
| <b>Imobilizações em curso:</b>    |                     |                         |                    |                   |                           |                |                         |                  |                     |                     |                         |                    |
| Imobilizações incorpóreas         | 852,600             | -                       | 852,600            | 1,126,573         | -                         | -              | -                       | 451,964          | (1,656,707)         | 774,430             | -                       | 774,430            |
| Imóveis de serviço próprio        | 7,465,980           | -                       | 7,465,980          | 9,154,231         | -                         | -              | -                       | -                | (16,517,311)        | 102,900             | -                       | 102,900            |
| Mobiliário e material             | 1,298,076           | -                       | 1,298,076          | 230,172           | -                         | -              | -                       | -                | (1,528,248)         | -                   | -                       | -                  |
| Máquinas e ferramentas            | 66,150              | -                       | 66,150             | 92,019            | -                         | -              | -                       | -                | (66,150)            | 92,019              | -                       | 92,019             |
| Equipamento informático           | 451,964             | -                       | 451,964            | 238,666           | -                         | -              | -                       | (451,964)        | -                   | 238,666             | -                       | 238,666            |
| Instalações interiores            | -                   | -                       | -                  | -                 | -                         | -              | -                       | -                | -                   | -                   | -                       | -                  |
| Equipamento de segurança          | 20,142              | -                       | 20,142             | 848,060           | -                         | -              | -                       | -                | (848,060)           | 20,142              | -                       | 20,142             |
| Outras imobilizações corpóreas    | -                   | -                       | -                  | 563,813           | -                         | -              | -                       | -                | -                   | 563,813             | -                       | 563,813            |
|                                   | <u>10,154,912</u>   | <u>-</u>                | <u>10,154,912</u>  | <u>12,253,534</u> | <u>-</u>                  | <u>-</u>       | <u>-</u>                | <u>-</u>         | <u>(20,616,476)</u> | <u>1,791,970</u>    | <u>-</u>                | <u>1,791,970</u>   |
| <b>Imobilizações financeiras:</b> |                     |                         |                    |                   |                           |                |                         |                  |                     |                     |                         |                    |
| SPAUT                             | 2,940,000           | -                       | 2,940,000          | -                 | -                         | -              | -                       | -                | -                   | 2,940,000           | -                       | 2,940,000          |
|                                   | <u>402,248,486</u>  | <u>(113,463,746)</u>    | <u>288,784,740</u> | <u>15,599,940</u> | <u>28,819,293</u>         | <u>285,899</u> | <u>221,540</u>          | <u>-</u>         | <u>-</u>            | <u>417,562,527</u>  | <u>(142,061,499)</u>    | <u>275,501,028</u> |

## NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Imobilizações Financeiras – SPAUT”, refere-se a uma participação de 8%, correspondente a 120 ações, na Sociedade Gestora de Pagamentos Automáticos de São Tomé e Príncipe (SPAUT), cujo capital social ascende a mSTD 36,750,000.

No decorrer do exercício de 2017 o Banco provisionou em 100% esta participação, em resultado da ausência de informação financeira auditada e consequente baixa

perspetiva, por parte do Conselho de Administração do Banco, de recuperabilidade futura.

### 9. OUTROS ATIVOS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

|                                                            | 2017              | 2016              |
|------------------------------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Imóveis recebidos em dação por recuperação de crédito      | 40,222,580        | 86,698,758        |
| Adiantamentos - Cash advance                               | 618,408           | 626,074           |
| Fornecedores                                               | 15,195            | 15,195            |
| Outros                                                     | 2,826,204         | 2,534,590         |
|                                                            | <u>43,682,387</u> | <u>89,874,617</u> |
| Provisões para ativos por recuperação de crédito (Nota 15) | (8,925,395)       | (32,684,973)      |
|                                                            | <u>34,756,992</u> | <u>57,189,644</u> |

## NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

No exercício de 2017 o Banco alienou 4 imóveis recebidos em dação por recuperação de crédito que representavam um ativo bruto no montante de mSTD 47.668.664. Os resultados originados por estas alienações encontram-se apresentados na Nota 23.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a decomposição por antiguidade da carteira dos imóveis no Banco é a seguinte:

| Ano de aquisição | Movimento em 2017   |            |                     |              |                     | Movimento em 2016   |            |                     |            |                     |
|------------------|---------------------|------------|---------------------|--------------|---------------------|---------------------|------------|---------------------|------------|---------------------|
|                  | Saldo em 31-12-2017 | Aquisições | Despesas associadas | Alienações   | Reavaliação cambial | Saldo em 31-12-2016 | Aquisições | Despesas associadas | Alienações | Reavaliação cambial |
| anterior a 2012  | 241,693             | -          | -                   | -            | -                   | 241,693             | -          | -                   | -          | -                   |
| 2012             | 19,276,661          | -          | -                   | -            | (243,842)           | 19,520,503          | -          | -                   | -          | 85,062              |
| 2013             | 2,240,398           | -          | -                   | -            | -                   | 2,240,398           | -          | -                   | -          | -                   |
| 2014             | -                   | -          | -                   | (42,820,114) | -                   | 42,820,114          | -          | -                   | -          | -                   |
| 2015             | 12,250,000          | -          | -                   | (4,848,550)  | -                   | 17,098,550          | -          | -                   | -          | -                   |
| 2016             | 4,777,500           | -          | -                   | -            | -                   | 4,777,500           | 4,777,500  | -                   | -          | -                   |
| 2017             | 1,436,328           | 1,436,328  | -                   | -            | -                   | -                   | -          | -                   | -          | -                   |
| Total            | 40,222,580          | 1,436,328  | -                   | (47,668,664) | (243,842)           | 86,698,758          | 4,777,500  | -                   | -          | 85,062              |

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os imóveis recebidos em dação por recuperação de crédito resumem-se como se segue:

| Ano de aquisição | 2017        |           |               | 2016        |            |               |
|------------------|-------------|-----------|---------------|-------------|------------|---------------|
|                  | Valor bruto | Provisão  | Valor Líquido | Valor bruto | Provisão   | Valor Líquido |
| anterior a 2012  | 241,693     | 241,693   | -             | 241,693     | 241,693    | -             |
| 2012             | 19,276,661  | 8,167,476 | 11,109,185    | 19,520,503  | 8,269,018  | 11,251,485    |
| 2013             | 2,240,398   | 304,898   | 1,935,500     | 2,240,398   | 304,898    | 1,935,500     |
| 2014             | -           | -         | -             | 42,820,114  | 23,869,364 | 18,950,750    |
| 2015             | 12,250,000  | -         | 12,250,000    | 17,098,550  | -          | 17,098,550    |
| 2016             | 4,777,500   | -         | 4,777,500     | 4,777,500   | -          | 4,777,500     |
| 2017             | 1,436,328   | 211,328   | 1,225,000     | -           | -          | -             |
| Total            | 40,222,580  | 8,925,395 | 31,297,185    | 86,698,758  | 32,684,973 | 54,013,785    |

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o Banco tem registadas provisões no montante de mSTD 8,925,395 e mSTD 32,684,973, respetivamente, para fazer face a menos-valias na realização destes imóveis. Estas provisões são calculadas com base na política definida na Nota 2.2 d).



## 10. CONTAS DE REGULARIZAÇÃO DO ATIVO

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

|                                          | 2017      | 2016      |
|------------------------------------------|-----------|-----------|
| Proveitos a receber:                     |           |           |
| Outras comissões                         | 62,458    | 635,773   |
| Despesas com custo diferido:             |           |           |
| Seguros                                  | 900,872   | 1,047,096 |
| Licenças de software                     | 750,692   | 717,377   |
| Rendas                                   | 58,065    | 82,565    |
| Outras despesas                          | 388,917   | 331,229   |
|                                          | 2,098,546 | 2,178,267 |
| Outras contas de regularização do ativo: |           |           |
| Outros                                   | 109,591   | 429,183   |
|                                          | 2,270,595 | 3,243,223 |

A rubrica de outras despesas inclui despesas incorridas pelo Banco que se encontram a ser diferidas.

## 11. DEPÓSITOS DE CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica apresenta a seguinte composição

|                                                       | 2017                 | 2016                 |
|-------------------------------------------------------|----------------------|----------------------|
| <b>Depósitos à ordem:</b>                             |                      |                      |
| Residentes em moeda nacional:                         |                      |                      |
| Organismos autónomos e empresas privadas              | 447,229,015          | 472,807,827          |
| Particulares                                          | 397,817,295          | 417,287,411          |
| Organismos estatais e empresas públicas               | 223,682,388          | 29,435,522           |
|                                                       | 1,068,728,698        | 919,530,760          |
| Residentes em moeda estrangeira:                      |                      |                      |
| Organismos autónomos e empresas privadas              | 221,739,949          | 258,648,188          |
| Particulares                                          | 233,790,352          | 278,550,785          |
| Organismos estatais e empresas públicas               | 71,028,728           | 30,771,616           |
|                                                       | 526,559,029          | 567,970,589          |
| Não residentes em moeda estrangeira:                  |                      |                      |
| Particulares                                          | 3,047,447            | 9,291,510            |
|                                                       |                      |                      |
| Total de depósitos à ordem (1)                        | 1,598,335,174        | 1,496,792,859        |
| <b>Depósitos a prazo:</b>                             |                      |                      |
| Residentes em moeda nacional:                         |                      |                      |
| Particulares                                          | 186,223,690          | 174,732,096          |
| Organismos autónomos e empresas privadas              | 9,109,170            | 51,741,589           |
|                                                       | 195,332,860          | 226,473,685          |
| Residentes em moeda estrangeira:                      |                      |                      |
| Organismos autónomos e empresas privadas              | 2,099,680            | 973,028              |
| Particulares                                          | 115,611,710          | 135,169,444          |
|                                                       | 117,711,390          | 136,142,472          |
| Não residentes em moeda estrangeira:                  |                      |                      |
| Particulares                                          | 11,862,363           | 13,332,271           |
|                                                       |                      |                      |
| Juros a pagar de depósitos a prazo de clientes        | 1,851,630            | 1,941,535            |
|                                                       |                      |                      |
| Total de depósitos a prazo (2)                        | 326,758,243          | 377,889,963          |
|                                                       |                      |                      |
| <b>Total de depósitos de clientes (3) = (1) + (2)</b> | <b>1,925,093,417</b> | <b>1,874,682,822</b> |

## NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os depósitos a prazo de clientes apresentam a seguinte estrutura por moeda e taxa de juro média:

|                                  | 2017         |                    | 2016         |                    |
|----------------------------------|--------------|--------------------|--------------|--------------------|
|                                  | Taxa de juro | Montante           | Taxa de juro | Montante           |
| Em Dobras de São Tomé e Príncipe | 3.40%        | 196,842,565        | 3.65%        | 228,084,233        |
| Em Dólares dos Estados Unidos    | 0.74%        | 99,638,683         | 1.10%        | 111,817,017        |
| Em Euros                         | 0.25%        | 29,662,806         | 0.30%        | 37,629,571         |
| Em Libras Esterlinas             | 0.33%        | 614,189            | 0.99%        | 359,142            |
|                                  |              | <u>326,758,243</u> |              | <u>377,889,963</u> |

Os depósitos à ordem de clientes não são remunerados.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os depósitos a prazo de clientes apresentam a seguinte estrutura, de acordo com os prazos residuais de vencimento:

|                      | 2017               |                  |                    | 2016               |                  |                    |
|----------------------|--------------------|------------------|--------------------|--------------------|------------------|--------------------|
|                      | Capital            | Juro             | Total              | Capital            | Juro             | Total              |
| Até três meses       | 118,909,654        | 882,066          | 119,791,720        | 119,951,439        | 726,061          | 120,677,500        |
| De três a seis meses | 98,596,541         | 408,015          | 99,004,556         | 139,683,797        | 541,699          | 140,225,496        |
| Mais de seis meses   | 107,400,418        | 561,549          | 107,961,967        | 116,313,191        | 673,776          | 116,986,967        |
|                      | <u>324,906,613</u> | <u>1,851,630</u> | <u>326,758,243</u> | <u>375,948,427</u> | <u>1,941,536</u> | <u>377,889,963</u> |

## 12. RECURSOS DE OUTRAS ENTIDADES

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

|                   | 2017             | 2016             |
|-------------------|------------------|------------------|
| Moeda nacional    | 5,428,441        | 5,642,517        |
| Moeda estrangeira | 1,993,668        | -                |
|                   | <u>7,422,109</u> | <u>5,642,517</u> |

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o saldo das rubricas “Moeda nacional” e “Moeda estrangeira” correspondem a cheques visados e a descobertos contabilísticos em contas de depósitos à ordem no estrangeiro, respetivamente.

## 13. OUTROS PASSIVOS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

|                                                | 2017              | 2016              |
|------------------------------------------------|-------------------|-------------------|
| <b>Credores:</b>                               |                   |                   |
| Caução para operações de crédito               | 315,152           | 1,082,688         |
| Caução por abertura de créditos documentários  | 4,190,747         | 1,543,500         |
| Fornecedores                                   | 0                 | 582,176           |
| Outros credores                                | 14,076,108        | 9,750,285         |
| Imposto do selo sobre operações bancárias      | 713,178           | 721,616           |
| Retenção na fonte sobre rendimento de capitais | 213,747           | 474,954           |
| Imposto sobre o consumo                        | 534,906           | 435,796           |
| Outros impostos e tributos                     | 0                 | 215,836           |
| Retenção na fonte sobre trabalho independente  | 561,054           | 462,766           |
|                                                | <u>20,604,892</u> | <u>15,269,617</u> |

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o saldo de outros credores é constituído essencialmente por dividendos a serem pagos à Caixa Geral de Depósitos (mSTD 13,731,245 e mSTD 9,476,271, respetivamente – Nota 17).

## 14. CONTAS DE REGULARIZAÇÃO DO PASSIVO

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

|                                              | 2017              | 2016              |
|----------------------------------------------|-------------------|-------------------|
| <b>Custos a pagar:</b>                       |                   |                   |
| Férias e subsídio de férias                  | 8,740,179         | 8,081,319         |
| Prémio de produtividade                      | 5,875,574         | 6,694,713         |
| Prémio de antiguidade                        | 2,299,354         | 1,931,009         |
| Outros custos a pagar                        | 4,457,332         | 3,461,312         |
|                                              | <u>21,372,439</u> | <u>20,168,353</u> |
| <b>Receitas com proveito diferido:</b>       |                   |                   |
| Empréstimos e créditos em conta corrente     | 8,064,434         | 5,930,270         |
| Obrigações e outros títulos                  | 2,944,713         | -                 |
| Garantias e avais prestados                  | 598,724           | 375,661           |
| Outras receitas                              | 37,155            | 29,400            |
|                                              | <u>11,645,026</u> | <u>6,335,331</u>  |
| <b>Outras contas de regularização:</b>       |                   |                   |
| Compensação sistema de pagamentos            | 1,340,728         | 6,362,946         |
| Imposto sobre o rendimento a pagar (Nota 19) | 3,854,838         | 5,909,015         |
|                                              | <u>38,213,031</u> | <u>38,775,645</u> |

O prémio de produtividade pago nos exercícios de 2017 e 2016, relativo a exercícios anteriores, totalizou mSTD 5,998,668 e mSTD 3,711,997, respetivamente.

A rubrica de outros custos a pagar refere-se a faturas de fornecedores e gastos gerais, recebidas no final do respetivo ano.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o saldo da rubrica “Receitas com proveito diferido – Empréstimos e créditos em conta corrente” refere-se ao diferimento das comissões associadas a operações de crédito.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 o saldo da rubrica “Outras contas de regularização – Compensação sistema de pagamentos” refere-se ao saldo a pagar relativo à compensação do sistema automático de pagamentos.

## 15. PROVISÕES

O movimento das provisões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foi o seguinte:

| 2017                                                      |                         |                     |                   |                |                                  |                         |
|-----------------------------------------------------------|-------------------------|---------------------|-------------------|----------------|----------------------------------|-------------------------|
|                                                           | Saldos em<br>31-12-2016 | Dotação<br>líquida  | Utilizações       | Transferências | Diferenças de<br>câmbio e outros | Saldos em<br>31-12-2017 |
| <b>A deduzir ao ativo</b>                                 |                         |                     |                   |                |                                  |                         |
| Provisões para crédito concedido (Nota 6)                 | 173,254,888             | 23,677,035          | 714,986           | -              | (2,779,752)                      | 193,437,185             |
| Provisões para imobilização financeiras (Nota 8)          | -                       | 2,940,000           | -                 | -              | -                                | 2,940,000               |
| Provisões para ativos por recuperação de crédito (Nota 9) | 32,684,973              | 211,577             | 23,871,814        | -              | (99,341)                         | 8,925,395               |
|                                                           | <u>205,939,861</u>      | <u>26,828,612</u>   | <u>24,586,800</u> | <u>-</u>       | <u>(2,879,093)</u>               | <u>205,302,580</u>      |
| <b>Reconhecida na situação líquida</b>                    |                         |                     |                   |                |                                  |                         |
| Provisões para riscos gerais de crédito (Nota 6 e 16)     | 17,976,354              | (5,057,592)         | -                 | -              | (50,416)                         | 12,868,346              |
| Provisões para exposições extrapatrimoniais (Nota 18)     | 1,644,484               | 1,955,489           | -                 | -              | -                                | 3,599,973               |
| Pensões de reforma e sobrevivência (Nota 2.2 i) e 16)     | 21,510,168              | -                   | 21,510,168        | -              | -                                | -                       |
| Provisões para outros ativos (Nota 9 e 16)                | 2,496,927               | 371,955             | -                 | -              | -                                | 2,868,882               |
| Outras provisões (Nota 16)                                | 217,783                 | -                   | -                 | -              | -                                | 217,783                 |
|                                                           | <u>43,845,716</u>       | <u>(2,730,148)</u>  | <u>21,510,168</u> | <u>-</u>       | <u>(50,416)</u>                  | <u>19,554,984</u>       |
|                                                           | <u>249,785,577</u>      | <u>24,098,464</u>   | <u>46,096,968</u> | <u>-</u>       | <u>(2,929,509)</u>               | <u>224,857,564</u>      |
| 2016                                                      |                         |                     |                   |                |                                  |                         |
|                                                           | Saldos em<br>31-12-2015 | Dotação<br>líquida  | Utilizações       | Transferências | Diferenças de<br>câmbio e outros | Saldos em<br>31-12-2016 |
| <b>A deduzir ao ativo</b>                                 |                         |                     |                   |                |                                  |                         |
| Provisões para crédito concedido (Nota 6)                 | 146,036,336             | 26,811,183          | 134,895           | -              | 542,264                          | 173,254,888             |
| Provisões para ativos por recuperação de crédito (Nota 9) | 16,948,138              | 15,696,214          | -                 | -              | 40,621                           | 32,684,973              |
|                                                           | <u>162,984,474</u>      | <u>42,507,397</u>   | <u>134,895</u>    | <u>-</u>       | <u>582,885</u>                   | <u>205,939,861</u>      |
| <b>Reconhecida na situação líquida</b>                    |                         |                     |                   |                |                                  |                         |
| Provisões para riscos gerais de crédito (Nota 6 e 16)     | 51,329,416              | (33,345,693)        | -                 | -              | (7,369)                          | 17,976,354              |
| Provisões para exposições extrapatrimoniais (Nota 18)     | 2,760,775               | (1,116,291)         | -                 | -              | -                                | 1,644,484               |
| Pensões de reforma e sobrevivência (Nota 2.2 i) e 16)     | 21,510,168              | -                   | -                 | -              | -                                | 21,510,168              |
| Provisões para outros ativos (Nota 9 e 16)                | 2,983,547               | (486,620)           | -                 | -              | -                                | 2,496,927               |
| Outras provisões (Nota 16)                                | 217,773                 | 10                  | -                 | -              | -                                | 217,783                 |
|                                                           | <u>78,801,679</u>       | <u>(34,948,594)</u> | <u>-</u>          | <u>-</u>       | <u>(7,369)</u>                   | <u>43,845,716</u>       |
|                                                           | <u>241,786,153</u>      | <u>7,558,803</u>    | <u>134,895</u>    | <u>-</u>       | <u>575,516</u>                   | <u>249,785,577</u>      |

Conforme descrito na Nota 2.2 i), no exercício de 2017, o Conselho de Administração distribuiu as provisões de reforma e sobrevivência constituídas



## NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

no exercício de 2008 no montante mSTD 21,510,168, tendo este valor sido transferido para uma conta de depósito à ordem titulada pelo Fundo Social dos Trabalhadores do Banco.

## 16. MOVIMENTO NA SITUAÇÃO LÍQUIDA

O movimento nas rubricas da situação líquida nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foi o seguinte:

|                                                         | Reservas    |            |             |                        |            |              | Provisões<br>diversas | Resultado<br>líquido do<br>exercício | Total        |
|---------------------------------------------------------|-------------|------------|-------------|------------------------|------------|--------------|-----------------------|--------------------------------------|--------------|
|                                                         | Capital     | Legal      | Reavaliação | Reavaliação<br>Cambial | Outras     | Total        |                       |                                      |              |
| Saldos em 31.12.2015                                    | 150,000,000 | 22,633,216 | 892,214     | 47,739,164             | 58,926,111 | 130,190,704  | 78,801,679            | 25,576,708                           | 384,569,090  |
| Distribuição do resultado líquido do exercício de 2015: |             |            |             |                        |            |              |                       |                                      |              |
| Incorporação em reservas                                | -           | 2,557,669  | -           | -                      | 7,673,013  | 10,230,682   | -                     | (10,230,682)                         | -            |
| Distribuição de dividendos                              | -           | -          | -           | -                      | -          | -            | -                     | (15,346,026)                         | (15,346,026) |
| Resultado líquido do exercício                          | -           | -          | -           | -                      | -          | -            | -                     | 32,831,591                           | 32,831,591   |
| Transferência do saldo provisão p/ depreciação capital  | -           | -          | -           | -                      | -          | -            | -                     | -                                    | -            |
| Movimento provisões diversas (Nota 15)                  | -           | -          | -           | -                      | -          | -            | (34,955,963)          | -                                    | (34,955,963) |
| Saldos em 31.12.2016                                    | 150,000,000 | 25,190,885 | 892,214     | 47,739,164             | 66,599,124 | 140,421,387  | 43,845,716            | 32,831,591                           | 367,098,694  |
| Distribuição do resultado líquido do exercício de 2016: |             |            |             |                        |            |              |                       |                                      |              |
| Incorporação em reservas                                | -           | 3,283,159  | -           | -                      | 9,849,477  | 13,132,636   | -                     | (13,132,636)                         | -            |
| Distribuição de dividendos                              | -           | -          | -           | -                      | -          | -            | -                     | (19,698,955)                         | (19,698,955) |
| Resultado líquido do exercício                          | -           | -          | -           | -                      | -          | -            | -                     | 39,154,518                           | 39,154,518   |
| Transferência do saldo provisão p/ depreciação capital  | -           | -          | -           | -                      | -          | -            | -                     | -                                    | -            |
| Transferência de reservas para capital                  | 16,600,000  | -          | -           | (16,600,000)           | -          | (16,600,000) | -                     | -                                    | -            |
| Movimento provisões diversas (Nota 15)                  | -           | -          | -           | -                      | -          | -            | (24,290,732)          | -                                    | (24,290,732) |
| Saldos em 31.12.2017                                    | 166,600,000 | 28,474,044 | 892,214     | 31,139,164             | 76,448,601 | 136,954,023  | 19,554,984            | 39,154,518                           | 362,263,525  |

## NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### Capital

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o capital social do Banco está representado por 150,000,000 ações, com um valor nominal de mil Dobras de São Tomé e Príncipe, integralmente subscritas e realizadas.

No decorrer do exercício de 2017, o Banco deliberou realizar um aumento de capital, no valor de mSTD 16,600,000, através da incorporação de reservas de reavaliação cambial constituídas em exercícios passados. O número de ações representativas do capital social do Banco foi aumentado de 150,000,000 em 31 de dezembro de 2016 para 166,600,000 em 31 de dezembro de 2017. O valor nominal das ações foi mantido em STD 1,000.

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a estrutura acionista do Banco, detalhada por número de ações, é a seguinte:

|                                          | 2017               |                |
|------------------------------------------|--------------------|----------------|
|                                          | Número de ações    | %              |
| Estado de São Tomé e Príncipe            | 79,968,000         | 48.00%         |
| Caixa Geral de Depósitos                 | 44,982,000         | 27.00%         |
| Banco Angolano de Investimentos - Angola | 41,650,000         | 25.00%         |
|                                          | <u>166,600,000</u> | <u>100.00%</u> |
|                                          |                    |                |
|                                          | 2016               |                |
|                                          | Número de ações    | %              |
| Estado de São Tomé e Príncipe            | 72,000,000         | 48.00%         |
| Caixa Geral de Depósitos                 | 40,500,000         | 27.00%         |
| Banco Angolano de Investimentos - Angola | 37,500,000         | 25.00%         |
|                                          | <u>150,000,000</u> | <u>100.00%</u> |

### Reserva legal

De acordo com a alínea a) do Artigo 23º dos Estatutos do BISTP, o Banco deverá constituir um fundo de reserva legal até à concorrência do seu capital. Para tal, é anualmente transferido para esta reserva um mínimo de 10% do resultado líquido do exercício anterior. Esta reserva só pode ser utilizada para a cobertura de prejuízos acumulados, quando esgotadas as demais reservas constituídas, ou para incorporação no capital.

### Reserva de reavaliação

Esta reserva resulta de reavaliações do imobilizado corpóreo efetuadas em exercícios anteriores e enquadradas na legislação anteriormente em vigor, que previa a reavaliação do ativo imobilizado através da aplicação de coeficientes de desvalorização cambial. O saldo da reserva de reavaliação em 31 de dezembro de 2017 e 2016, no montante de mSTD 892,214, resulta das reavaliações efetuadas pelo Banco até ao exercício de 1998. Através da entrada em vigor do Plano de Contas para Instituições Financeiras (PCIF), nos termos da Norma de Aplicação Permanente nº 5/09, de 9 de julho, emitida pelo Banco Central de São Tomé e Príncipe, esta reavaliação assumiu um carácter opcional, apenas podendo ser utilizada para aumento de capital (Nota 2.2 b)).

### Reserva de reavaliação cambial

Na sequência do disposto na Norma de Aplicação Permanente nº 1/02, de 10 de janeiro, revogada através da Norma de Aplicação Permanente nº 28/11, de 30 de dezembro, por forma a reter parte dos lucros gerados em moeda nacional em resultado da desvalorização cambial, o Banco passou a atualizar os ativos líquidos em moeda estrangeira. Os montantes das reavaliações cambiais mensais ao nível da posição cambial em divisas eram registados numa reserva especial de reavaliação cambial, incluída nos fundos próprios do Banco, mas que não afetava os resultados

## NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

do exercício. Esta reserva não é distribuível e apenas pode ser utilizada para aumento de capital. A partir de março de 2008, com a entrada em vigor da Norma de Aplicação Permanente nº 11/07, de 26 de novembro do Banco Central de São Tomé e Príncipe, a reavaliação da posição cambial em divisas passou a ser registada em resultados do exercício. Em 2014 o Banco incorporou nesta rubrica a provisão para a desvalorização cambial do capital social face ao Euro constituída em 2008, referente ao período compreendido entre 1 de março e 31 de dezembro de 2008, e acrescida do impacto da atualização do capital social face ao Euro no exercício de 2009 no montante total de mSTD 1,904,626. No o exercício de 2017 a reserva de reavaliação foi reduzida em mSTD 16,600,000, decorrente do aumento de capital deliberado pelo Banco.

Esta provisão tinha sido constituída nos termos da Norma de Aplicação Permanente nº11/07, de 26 de novembro, do Banco Central de São Tomé e Príncipe e apenas pode ser utilizada para aumento do capital social do Banco.

### Provisões diversas

A rubrica de provisões diversas apresentada na situação líquida do Banco inclui provisões para riscos gerais de crédito (Nota 2.2 c), Nota 6 e Nota 15), provisões para exposições extrapatrimoniais (Nota 2.2 c), Nota 15 e Nota 18), provisões para pensões de reforma e sobrevivência (Nota 2.2 i) e Nota 15), provisões para outros ativos (Nota 2.2 d), Nota 9 e Nota 15) e outras provisões (Nota 15). O registo destas provisões na situação líquida do Banco está conforme o definido no PCIF.

## 17. SALDOS E TRANSACÇÕES COM ACCIONISTAS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os principais saldos e transações mantidos com os acionistas Grupo Caixa Geral de Depósitos e Banco Angolano de Investimentos são os seguintes:

|                                                                        | 2017               | 2016               |
|------------------------------------------------------------------------|--------------------|--------------------|
| <b>Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito (Nota 4)</b> |                    |                    |
| Grupo Caixa Geral de Depósitos                                         | 80,674,669         | 33,192,090         |
| Banco Angolano de Investimentos - Angola                               | 4,796,042          | 4,646,182          |
|                                                                        | <u>85,470,711</u>  | <u>37,838,272</u>  |
| <b>Outros créditos sobre instituições de crédito (Nota 5)</b>          |                    |                    |
| Grupo Caixa Geral de Depósitos                                         | 116,729,322        | 226,351,918        |
|                                                                        | <u>116,729,322</u> | <u>226,351,918</u> |
| <b>Obrigações e outros títulos (Nota 7)</b>                            |                    |                    |
| Grupo Caixa Geral de Depósitos                                         | 24,744,214         | 24,760,521         |
| Banco Angolano de Investimentos - Angola                               | 13,555,902         | 29,795,082         |
|                                                                        | <u>38,300,116</u>  | <u>54,555,603</u>  |
| <b>Recursos de outras entidades (Nota 12)</b>                          |                    |                    |
| Grupo Caixa Geral de Depósitos                                         | -                  | -                  |
|                                                                        | <u>-</u>           | <u>-</u>           |
| <b>Outros Passivos (Nota 13)</b>                                       |                    |                    |
| Grupo Caixa Geral de Depósitos                                         | 14,076,108         | 9,476,271          |
|                                                                        | <u>14,076,108</u>  | <u>9,476,271</u>   |
| <b>Margem Financeira (Nota 20)</b>                                     |                    |                    |
| Grupo Caixa Geral de Depósitos                                         | 2,347,687          | 2,544,111          |
| Banco Angolano de Investimentos - Angola                               | 484,772            | 924,207            |
|                                                                        | <u>2,832,459</u>   | <u>3,468,318</u>   |

## 18. RUBRICAS EXTRA PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

|                                                         | 2017                 | 2016                 |
|---------------------------------------------------------|----------------------|----------------------|
| <b>Garantias prestadas e outros passivos eventuais:</b> |                      |                      |
| Garantias e avales prestados                            | 90,132,044           | 65,779,344           |
| Créditos documentários abertos                          | 30,197,106           | 9,309,822            |
|                                                         | <u>120,329,150</u>   | <u>75,089,166</u>    |
| <b>Responsabilidades por prestação de serviços:</b>     |                      |                      |
| Cobrança de valores sobre o estrangeiro                 | 4,961,082            | 4,402,163            |
| Depósito e guarda de valores                            | 1,080,000            | 1,080,000            |
|                                                         | <u>6,041,082</u>     | <u>5,482,163</u>     |
| <b>Responsabilidades de terceiros:</b>                  |                      |                      |
| Garantias reais                                         | <u>1,212,182,463</u> | <u>1,132,728,351</u> |
| <b>Outras contas extrapatrimoniais</b>                  |                      |                      |
| Consignações                                            | 779,163              | 515,357              |
| Contas diversas                                         | 26,389,224           | 23,434,766           |
|                                                         | <u>27,168,387</u>    | <u>23,950,123</u>    |

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, as provisões para garantias e avales prestados apresentam os seguintes valores:

|                                             | 2017      | 2016      |
|---------------------------------------------|-----------|-----------|
| Provisões para garantias e avales prestados | 3,559,973 | 1,644,484 |

As provisões para garantias e avales prestados são apresentadas na rubrica de provisões diversas incluída na situação líquida do Banco (Nota 16), conforme definido no PCIF.

Tal como descrito na Nota 2.2 c), em 31 de dezembro de 2017 as provisões constituídas são equivalentes a 2% do total das exposições extrapatrimoniais (2.5% em 31 de dezembro de 2016).

## 19. IMPOSTOS

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, os saldos relativos ao imposto sobre o rendimento foram apurados da seguinte forma:

|                                                                       | 2017              | 2016              |
|-----------------------------------------------------------------------|-------------------|-------------------|
| <b>Resultado antes de imposto</b>                                     | 54,438,343        | 46,535,281        |
| Ajustamentos:                                                         |                   |                   |
| Impostos pago em nome de terceiro (Artº 30, nº 1, alínea d))          | 2,955,033         | 2,955,033         |
| Salários e outros remunerações a pagar (Art. 30º, nº 3, alínea c))    | 784,977           | 438,171           |
| Prémio de desempenho a pagar (Art. 30º, nº 3, alínea c))              | (819,139)         | 1,201,900         |
| Prémio de antiguidade a pagar (Art. 30º, nº 3, alínea c))             | 368,345           | 324,646           |
| Seguro de Vida (Artº 30 .3 a) )                                       | 491,021           | 502,199           |
| Amortizações não dedutíveis (Art. 40º, nº 1, alínea e))               | 2,001,514         | 1,890,159         |
| Seguros, reparações e manutenção de viaturas ligeiras (art. 30º.nº 2) | 323,372           | 375,773           |
| Combustível viaturas (Art. 30º.2)                                     | 484,156           | 508,378           |
| Despesas de representação (Art. 31º.3)                                | 107,678           | 83,221            |
| Matéria coletável                                                     | <u>61,135,300</u> | <u>54,814,761</u> |
| Imposto sobre o rendimento (Taxa de 25%)                              | 15,283,825        | 13,703,690        |
| Excesso de estimativa de imposto de exercícios anteriores             | -                 | -                 |
| Imposto corrente do exercício (1)                                     | <u>15,283,825</u> | <u>13,703,690</u> |
| Pagamentos por conta (2)                                              | <u>10,277,768</u> | <u>7,500,398</u>  |
| Retenções na fonte (3)                                                | <u>1,151,219</u>  | <u>294,277</u>    |
| <b>Imposto a pagar (Nota 14) (4) = (1) - (2) - (3)</b>                | <u>3,854,838</u>  | <u>5,909,015</u>  |

## NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Nos exercícios de 2017 e 2016, as entregas antecipadas de imposto do selo, no montante de mSTD 1,134,834 e mSTD 845,536, respetivamente, foram refletidas na rubrica “Outros resultados de exploração” da demonstração dos resultados (Nota 23).

As autoridades fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal do Banco durante um período de cinco anos, podendo resultar devido a diferentes interpretações da legislação fiscal eventuais correções ao lucro tributável dos exercícios de 2013 a 2017. Dada a natureza das eventuais correções que poderão ser efetuadas, não é possível quantificá-las neste momento. No entanto, o Conselho de Administração do Banco entende que eventuais liquidações adicionais que possam resultar destas revisões não serão significativas para as demonstrações financeiras anexas.

O montante de retenções na fonte inclui uma taxa de 20% aplicada aos juros dos Bilhetes do Tesouro emitidos pelo Estado de São Tomé e Príncipe, conforme referido na Nota 2.2 h).

## 20. MARGEM FINANCEIRA

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

|                                                         | 2017               | 2016               |
|---------------------------------------------------------|--------------------|--------------------|
| <b>Juros e proveitos equiparados:</b>                   |                    |                    |
| De crédito concedido                                    | 96,272,803         | 99,493,373         |
| De obrigações e outros títulos                          | 3,715,350          | 4,158,224          |
| De aplicações em instituições de crédito no estrangeiro | 3,451,627          | 3,621,920          |
| Comissões associadas a operações de crédito             | 10,939,043         | 7,963,589          |
| Outros                                                  | -                  | 418                |
|                                                         | <u>114,378,823</u> | <u>115,237,524</u> |
| <b>Juros e custos equiparados:</b>                      |                    |                    |
| De depósitos de clientes                                | 9,114,937          | 15,941,360         |
| Outros                                                  | 493,124            | 59                 |
|                                                         | <u>9,608,061</u>   | <u>15,941,419</u>  |



## 21. RENDIMENTOS E ENCARGOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

|                                                     | 2017              | 2016              |
|-----------------------------------------------------|-------------------|-------------------|
| <b>Rendimentos de serviços e comissões:</b>         |                   |                   |
| Comissões de transferência                          | 37,843,870        | 33,096,855        |
| Comissões de garantias e avals                      | 10,290,053        | 8,270,809         |
| Comissão de intervenção                             | 2,396,373         | 1,305,838         |
| Comissão de risco                                   | 381,468           | 683,365           |
| Comissões de cobrança - Efeitos                     | -                 | -                 |
| Outras comissões                                    | 41,404,839        | 35,754,490        |
|                                                     | <u>92,316,603</u> | <u>79,111,357</u> |
| <b>Encargos com serviços e comissões:</b>           |                   |                   |
| Manutenção de cartões                               | 3,066,079         | 2,396,907         |
| Serviços bancários prestados por conta de terceiros | 803,770           | 115,713           |
| Taxas de serviço                                    | 1,399,718         | 1,178,260         |
| Outras comissões                                    | 1,009,397         | 314,868           |
| Por garantias recebidas                             | -                 | -                 |
| Por compromissos assumidos por terceiros            | 87,201            | 289,590           |
|                                                     | <u>6,366,165</u>  | <u>4,295,338</u>  |

A rubrica "Rendimentos de Serviços e Comissões - Outras Comissões" diz essencialmente respeito a comissões de venda de moeda, a comissões de manutenção de contas de depósitos à ordem e a comissões de transferências de valores

## 22. RESULTADOS DE REAVLIAÇÃO CAMBIAL

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

|                                 | 2017                   |                      |                  | 2016                   |                      |                   |
|---------------------------------|------------------------|----------------------|------------------|------------------------|----------------------|-------------------|
|                                 | Prejuízos              | Lucros               | Líquido          | Prejuízos              | Lucros               | Líquido           |
| Resultados sobre notas e moedas | (13,301,341)           | 10,729,175           | (2,572,166)      | (12,690,658)           | 13,405,713           | 715,055           |
| Resultados em divisas           | (1,496,533,843)        | 1,507,516,797        | 10,982,954       | (1,832,860,418)        | 1,843,012,901        | 10,152,483        |
|                                 | <u>(1,509,835,184)</u> | <u>1,518,245,972</u> | <u>8,410,788</u> | <u>(1,845,551,076)</u> | <u>1,856,418,614</u> | <u>10,867,538</u> |

## 23. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

|                                          | 2017               | 2016               |
|------------------------------------------|--------------------|--------------------|
| <b>Outros proveitos de exploração:</b>   |                    |                    |
| Prestação de serviços bancários diversos | 12,077,453         | 12,601,345         |
| Reembolso de despesas bancárias          | 3,510,865          | 3,343,790          |
| Mais valias na venda de imobilizado      | 8,046,944          | 4,090              |
| Recuperação de créditos incobráveis      | 1,236,484          | 2,368,403          |
| Outros                                   | <u>5,103,955</u>   | <u>485,727</u>     |
|                                          | <u>29,975,701</u>  | <u>18,803,355</u>  |
| <b>Outros custos de exploração:</b>      |                    |                    |
| Quotizações e donativos                  | (1,124,200)        | (1,479,546)        |
| Impostos e taxas                         | (1,274,389)        | (1,434,014)        |
| Outros                                   | <u>(3,156,392)</u> | <u>(3,020,287)</u> |
|                                          | <u>(5,554,981)</u> | <u>(5,933,847)</u> |
|                                          | <u>24,420,720</u>  | <u>12,869,508</u>  |

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o saldo de prestação de serviços bancários diversos inclui essencialmente proveitos com a venda de cheques no montante de mSTD 8,464,373 e mSTD 9,521,877, respetivamente.

## 24. CUSTOS COM PESSOAL

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

|                                                 | 2017              | 2016              |
|-------------------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Remuneração dos órgãos de gestão e fiscalização | 7,780,484         | 6,605,983         |
| Remuneração dos empregados                      | 54,472,167        | 51,773,615        |
| Prémio de produtividade                         | 5,179,529         | 4,913,897         |
| Encargos sociais obrigatórios                   | 2,660,752         | 2,592,529         |
| Encargos sociais facultativos                   | 178,696           | 134,864           |
| Prémios de antiguidade (Nota 2.2 j))            | 433,710           | 344,630           |
| Outros                                          | <u>277,485</u>    | <u>211,173</u>    |
|                                                 | <u>70,982,823</u> | <u>66,576,691</u> |

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o Banco tinha ao seu serviço 155 e 156 empregados, respetivamente.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “Custos com Pessoal - Outros” inclui mSTD 219,895 e mSTD 145,686 referentes à festa de confraternização dos empregados organizada durante os exercícios de 2017 e 2016, respetivamente.

A rubrica de encargos sociais obrigatórios diz respeito aos encargos com a Segurança Social e o subsídio de morte. Quanto aos encargos facultativos, esta rubrica é constituída por serviços médico sociais, internamento hospitalar assim como assistência médica e medicamentos.

## 25. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

|                                          | 2017              | 2016              |
|------------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Comunicações                             | 6,704,406         | 7,936,070         |
| Água, energia e combustível              | 6,519,771         | 7,396,578         |
| Publicidade                              | 1,430,688         | 1,060,104         |
| Conservação e reparação                  | 2,649,204         | 3,683,434         |
| Viagens e representação                  | 2,836,490         | 2,189,957         |
| Rendas e alugueres                       | 4,063,862         | 4,123,060         |
| Impressos e material de consumo corrente | 2,920,272         | 3,882,460         |
| Serviços de informática                  | 5,600,949         | 3,061,077         |
| Segurança e vigilância                   | 2,857,287         | 3,134,525         |
| Estudos e consultas                      | 2,433,280         | 2,884,792         |
| Outros                                   | 8,367,789         | 9,007,045         |
|                                          | <b>46,383,998</b> | <b>48,359,102</b> |

## 26. BALANÇO POR MOEDA

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o balanço por moeda do Banco apresenta a seguinte estrutura:

|                                                        | 2017                 |                      |                    |                   |                    |                      |
|--------------------------------------------------------|----------------------|----------------------|--------------------|-------------------|--------------------|----------------------|
|                                                        | Moeda nacional       | Moeda estrangeira    |                    |                   | Total ME           | Total                |
|                                                        |                      | EUR                  | USD                | Outras            |                    |                      |
| Caixa e disponibilidades no Banco Central              | 637,687,466          | 93,575,973           | 32,654,314         | 2,567,683         | 128,797,970        | 766,485,436          |
| Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito | 707,490              | 20,570,169           | 78,836,667         | 8,275,025         | 107,681,861        | 108,389,351          |
| Outros créditos sobre instituições de crédito          | -                    | -                    | 241,993,657        | -                 | 241,993,657        | 241,993,657          |
| Créditos sobre clientes                                | 604,540,085          | 61,004,715           | 16,636,827         | (1)               | 77,641,541         | 682,181,626          |
| Obrigações e outros títulos                            | 222,094,393          | 24,744,214           | 13,555,902         | -                 | 38,300,116         | 260,394,509          |
| Imobilizações corpóreas                                | 249,726,545          | -                    | -                  | -                 | -                  | 249,726,545          |
| Imobilizações incorpóreas                              | 2,024,748            | -                    | -                  | -                 | -                  | 2,024,748            |
| Imobilizações em curso                                 | 5,373,515            | -                    | -                  | -                 | -                  | 5,373,515            |
| Imobilizações financeiras                              | -                    | -                    | -                  | -                 | -                  | -                    |
| Outros ativos                                          | 19,353,257           | 14,235,024           | 1,168,711          | -                 | 15,403,735         | 34,756,992           |
| Contas de regularização                                | 1,375,423            | 892,845              | 2,327              | -                 | 895,172            | 2,270,595            |
| <b>Total do Ativo</b>                                  | <b>1,742,882,922</b> | <b>215,022,940</b>   | <b>384,848,405</b> | <b>10,842,707</b> | <b>610,714,052</b> | <b>2,353,596,974</b> |
| Depósitos:                                             |                      |                      |                    |                   |                    |                      |
| À vista                                                | 1,068,728,698        | 330,166,455          | 196,141,137        | 3,298,884         | 529,606,476        | 1,598,335,174        |
| A prazo ou com pré-aviso                               | 196,842,565          | 29,662,806           | 99,638,683         | 614,189           | 129,915,678        | 326,758,243          |
| Recursos de outras entidades                           | 5,428,441            | 1,753,659            | 240,009            | -                 | 1,993,668          | 7,422,109            |
| Outros passivos                                        | 3,913,894            | 16,173,744           | 517,254            | -                 | 16,690,998         | 20,604,892           |
| Contas de regularização                                | 33,402,661           | 4,293,878            | 516,492            | -                 | 4,810,370          | 38,213,031           |
| <b>Total do Passivo</b>                                | <b>1,308,316,259</b> | <b>382,050,542</b>   | <b>297,053,575</b> | <b>3,913,073</b>  | <b>683,017,190</b> | <b>1,991,333,449</b> |
| <b>Ativo / (Passivo) líquido</b>                       | <b>434,566,663</b>   | <b>(167,027,602)</b> | <b>87,794,830</b>  | <b>6,929,634</b>  | <b>-72,303,138</b> | <b>362,263,525</b>   |

|                                                        | 2016                 |                     |                    |                   |                    |                      |
|--------------------------------------------------------|----------------------|---------------------|--------------------|-------------------|--------------------|----------------------|
|                                                        | Moeda nacional       | Moeda estrangeira   |                    |                   | Total ME           | Total                |
|                                                        |                      | EUR                 | USD                | Outras            |                    |                      |
| Caixa e disponibilidades no Banco Central              | 689,816,296          | 90,707,274          | 40,063,638         | 5,745,001         | 136,515,913        | 826,332,209          |
| Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito | 9,254,663            | 41,027,065          | 40,387,046         | 5,340,426         | 86,754,537         | 96,009,200           |
| Outros créditos sobre instituições de crédito          | -                    | 61,351,063          | 307,153,255        | -                 | 368,504,318        | 368,504,318          |
| Créditos sobre clientes                                | 504,570,490          | 89,257,090          | 26,306,491         | (1)               | 115,563,580        | 620,134,070          |
| Obrigações e outros títulos                            | -                    | 24,760,533          | 29,795,070         | -                 | 54,555,603         | 54,555,603           |
| Imobilizações corpóreas                                | 266,781,737          | -                   | -                  | -                 | -                  | 266,781,737          |
| Imobilizações incorpóreas                              | 3,987,321            | -                   | -                  | -                 | -                  | 3,987,321            |
| Imobilizações em curso                                 | 1,791,970            | -                   | -                  | -                 | -                  | 1,791,970            |
| Imobilizações financeiras                              | -                    | 2,940,000           | -                  | -                 | 2,940,000          | 2,940,000            |
| Outros ativos                                          | 38,176,731           | 17,866,240          | 1,146,673          | -                 | 19,012,913         | 57,189,644           |
| Contas de regularização                                | 2,043,523            | 1,118,141           | 81,559             | -                 | 1,199,700          | 3,243,223            |
| <b>Total do Ativo</b>                                  | <b>1,516,422,731</b> | <b>329,027,406</b>  | <b>444,933,732</b> | <b>11,085,426</b> | <b>785,046,564</b> | <b>2,301,469,295</b> |
| Depósitos:                                             |                      |                     |                    |                   |                    |                      |
| À vista                                                | 919,530,873          | 327,010,849         | 246,726,144        | 3,524,993         | 577,261,986        | 1,496,792,859        |
| A prazo ou com pré-aviso                               | 228,083,025          | 37,629,633          | 111,818,120        | 359,185           | 149,806,938        | 377,889,963          |
| Recursos de outras entidades                           | 5,642,517            | -                   | -                  | -                 | -                  | 5,642,517            |
| Outros passivos                                        | 2,310,968            | 12,341,369          | 617,280            | -                 | 12,958,649         | 15,269,617           |
| Contas de regularização                                | 34,338,163           | 3,724,184           | 713,298            | -                 | 4,437,482          | 38,775,645           |
| <b>Total do Passivo</b>                                | <b>1,189,905,546</b> | <b>380,706,035</b>  | <b>359,874,842</b> | <b>3,884,178</b>  | <b>744,465,055</b> | <b>1,934,370,601</b> |
| <b>Ativo / (Passivo) líquido</b>                       | <b>326,517,185</b>   | <b>(51,678,630)</b> | <b>85,058,890</b>  | <b>7,201,248</b>  | <b>40,581,509</b>  | <b>367,098,694</b>   |

### 27. EVENTOS SUBSEQUENTES

O Estado de São Tomé e Príncipe aprovou, nos Decreto-Lei n.º 6/2016 e n.º 11/2016 divulgados em Diário da República de São Tomé e Príncipe de 21 de outubro e 16 de novembro, respetivamente, a emissão da “Nova família” da Dobra de São Tomé e Príncipe (nSTD), com entrada em circulação no dia 1 de janeiro de 2018, que substitui a atual família da Dobra, com menos três dígitos (três zeros).

Considerando a “Nova família”, o Banco apresenta, com referência a 31 de dezembro de 2017, um ativo líquido de 2,353,597 mnSTD, uma situação líquida de 362,264 mnSTD e um resultado do exercício de 39,155 mnSTD.

Com exceção da situação acima descrita, entre 31 de dezembro de 2017 e a data de aprovação das demonstrações financeiras, não ocorreram factos relevantes que tenham influenciado a posição patrimonial e os resultados do Banco.



14.

RELATÓRIO E PARECER DO  
CONSELHO FISCAL





## RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

## Senhores Acionistas

1. Nos termos da Lei e dos Estatutos do Banco Internacional de São Tomé e Príncipe (BISTP), e em conformidade com o mandato que nos foi conferido, apresentamos o Relatório sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida pelo Conselho Fiscal, bem como o Parecer sobre os documentos de prestação de contas apresentados pelo Conselho de Administração no seu Relatório e Contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2017.
2. Como a fiscalização do Banco compete ao Conselho Fiscal, para além das entidades de supervisão da actividade bancária e a um Revisor Oficial de Contas, examinámos o Relatório de Auditoria emitido, sem reservas, pela Sociedade PricewaterhouseCoopers & Associados, Lda. (PwC), com o qual declaramos concordar, dando-o aqui como integralmente reproduzido. De acordo com as Normas Internacionais de Auditoria os auditores externos certificam que as Demonstrações Financeiras que compreendem, nomeadamente, o Balanço, as Demonstrações dos Resultados e os fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, que, de acordo com as normas do Banco Central de São Tomé e Príncipe e com os princípios contabilísticos aplicáveis, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Banco.
3. O Conselho Fiscal, no âmbito das suas competências e tendo em consideração o modelo de governação adoptado pelo BISTP, acompanhou e fiscalizou regularmente a actividade do Banco, por contacto directo com as áreas operacionais, análise dos suportes documentais e registos contabilísticos e dos atos de gestão do Conselho de Administração e da Comissão Executiva, acedendo às atas das reuniões realizadas por estes órgãos e à documentação que suporta as decisões tomadas, tendo assistido a uma reunião do Conselho de Administração. Foram efectuadas as verificações julgadas oportunas e adequadas e analisado o processo de preparação das contas e sempre obtivemos, quer da Comissão Executiva quer dos serviços do Banco, todos os esclarecimentos solicitados.
4. No desenvolvimento do seu trabalho, o Conselho Fiscal não teve conhecimento de qualquer situação que não respeitasse os Estatutos ou de violação dos preceitos legais aplicáveis e acompanhou, com a periodicidade e extensão que considerou mais adequadas, a evolução da actividade do BISTP, a regularidade dos registos contabilísticos, a análise dos riscos de crédito e a conferência dos valores em cofre.

DESDE SEMPRE - PARA SEMPRE

Praça da Independência  
C.P. 536 - S. Tomé  
República Dem. de S. Tomé e Príncipe

Tel. (+ 239) 224 31 00  
Fax (+ 239) 222 24 27  
Email sgeral@bistp.st  
www.bistp.st



5. O Conselho Fiscal assume-se como órgão ativo na avaliação dos riscos do BISTP e nessa qualidade analisou o relatório de actividades desenvolvidas pelo Gabinete de Auditoria Interna e de Compliance. No seguimento, incentivou este órgão de estrutura a produzir um relatório anual sobre o Sistema de Controlo Interno do Banco, no sentido de melhor avaliar e monitorizar os riscos de crédito e operacionais, enumerando as deficiências de controlo existentes, apontando soluções e criando, revendo e divulgando os normativos internos.
6. No desenvolvimento da sua acção fiscalizadora, cujas principais conclusões ficaram registadas na Acta 1/2018 da reunião anual ordinária, de 18 de Abril de 2018, comunicadas ao Conselho de Administração, o Conselho Fiscal verificou que:
  - As Demonstrações Financeiras permitem uma adequada compreensão da posição financeira do Banco, dos seus resultados e dos fluxos de caixa. O Activo líquido atingiu os 2,353 biliões de STD e os Resultados Líquidos fixaram-se em 39.154 milhões de STD;
  - As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados estão de acordo com a lei bancária vigente, mas deveriam evoluir para a aplicação integral das disposições do PCIF sem as exceções que vêm sendo anualmente autorizadas pelo Banco Central;
  - O Relatório do Conselho de Administração é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação do Banco, evidenciando os aspectos mais significativos;
  - O elevado perfil de risco material devido à fraca qualidade da carteira de crédito, agravado pela difícil envolvente macroeconómica. Não obstante, é de realçar o bom resultado das políticas da gestão, nomeadamente na contenção de custos, com uma melhoria significativa da eficiência do Banco, refletida nos bons resultados alcançados;
  - A proposta da aplicação de resultados líquidos contempla as disposições legais e estatutárias aplicadas.

## PARECER

A responsabilidade do Conselho Fiscal encontra-se definida na Lei Bancária e nos Estatutos do BISTP.

O relatório anual do Conselho Fiscal, com o pormenor que julgamos adequado às circunstâncias, o trabalho e o âmbito da actividade fiscalizadora, proporcionam uma base aceitável para emitir o seu parecer sobre o Relatório e Contas e Demonstração de Resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2017, apresentados pelo Conselho de Administração.

DESDE SEMPRE - PARA SEMPRE

Praça da Independência  
C.P. 536 - S. Tomé  
República Dem. de S. Tomé e Príncipe

Tel. (+ 239) 224 31 00  
Fax (+ 239) 222 24 27  
Email sgeral@bistp.st  
www.bistp.st



**BANCO INTERNACIONAL  
DE S. TOMÉ E PRÍNCIPE**

Nestes termos, não obstante as preocupações assinaladas, o Conselho Fiscal dá o seu parecer positivo a que a Assembleia Geral de Acionistas aprove o Relatório do Conselho de Administração, as Demonstrações Financeiras e pondere sobre a proposta de aplicação dos resultados do exercício de 2017, apresentados pelo Conselho de Administração.

Cidade de São Tomé, 18 de Abril de 2018

O Conselho Fiscal

(João Manuel Barata da Silva)

(Molelalizto Santos Afonso Fernandes)

(Nyaneka Nazaré Ferreira Sousa)